

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira

2023

Certificado por ROC e Atuário Responsável

Índice

Síntese	3
A. Atividades e Desempenho	15
A.1. Atividades	16
A.2. Desempenho da subscrição	38
A.3. Desempenho dos investimentos	51
A.4. Desempenho de outras atividades	54
A.5. Eventuais informações adicionais	54
B. Sistema de Governação	55
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação	56
B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade	64
B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência	66
B.4. Sistema de controlo interno	78
B.5. Função de Auditoria Interna	80
B.6. Função Atuarial	81
B.7. Subcontratação	82
B.8. Eventuais informações adicionais	83
C. Perfil de Risco	84
C.1. Risco específico de seguros	87
C.2. Risco de mercado	92
C.3. Risco de crédito	95
C.4. Risco de liquidez	95
C.5. Risco operacional	96
C.6. Outros riscos materiais	97
C.7. Eventuais informações adicionais	98
D. Avaliação para efeitos de Solvência	100
D.1. Ativos	101
D.2. Provisões técnicas	109
D.3. Outras responsabilidades	117
D.4. Métodos alternativos de avaliação	119
D.5. Eventuais informações adicionais	119
E. Gestão de Capital	122
E.1. Fundos próprios	123
E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo	126
E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência	127
E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado	127
E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência	127
E.6. Informações relativas aos impostos diferidos	127
E.7. Eventuais informações adicionais	128
Anexos	129
Anexo - Informação quantitativa*	
Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável	
Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas	

Síntese

O regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, exige que as empresas de seguros divulguem publicamente um relatório anual sobre a sua solvência e situação financeira.

O conjunto de informação qualitativa que as empresas de seguros devem divulgar, encontra-se previsto no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

Por sua vez, a informação quantitativa¹ a divulgar em conjunto com este relatório, encontra-se estabelecida nos artigos 4.º e 5.º Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro, revogado pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril.

Considerando o descrito no artigo 292.º daquele Regulamento Delegado, apresenta-se, de seguida, uma síntese, “*clara e concisa*”, das matérias desenvolvidas neste relatório.

ATIVIDADES E DESEMPENHO

O Grupo Fidelidade está presente em quatro continentes, 13 países e serve 9,1 milhões de clientes. É a diversidade geográfica e a robustez das marcas que tornam o seu negócio mais sólido, conferindo-lhe maior resiliência a contextos adversos e garantindo novas oportunidades de crescimento.

Fruto da ambição de ir mais além e de fortalecer a presença no mercado internacional, a Fidelidade tem vindo a implementar um modelo de elevada proximidade entre as equipas locais e os serviços centrais, tirando partido das melhores práticas a nível global e valorizando as características locais das várias operações.

Opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros.

No mercado internacional atua através de sucursais e subsidiárias em diversos países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Macau, Perú, Bolívia, Paraguai, Chile, Moçambique e Liechtenstein.

Por outro lado, o Grupo Fidelidade detém subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar o Grupo Fidelidade como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

Desempenho individual

Em termos individuais, a Fidelidade atingiu uma produção total de 3.619,6 milhões de euros em 2023, registando uma diminuição de 1,7% face ao ano anterior, com origem no segmento Vida.

Com efeito, o negócio Vida registou uma produção de 1.604,7 milhões de euros, tendo diminuído 14,7% face a 2022, um comportamento alinhado com a tendência do mercado nacional.

No segmento Não-Vida, a Fidelidade individual cresceu 11,9% em 2023, refletindo o desempenho positivo de todas as linhas de negócio.

Em 2023, a Fidelidade registou um resultado líquido individual de 83,6 milhões de euros, um aumento de 22,7% face ao ano anterior, beneficiando da melhoria do resultado de contratos de seguro e do resultado de investimentos.

¹ A informação quantitativa de montantes monetários é apresentada em milhares de euros, podendo em algumas circunstâncias tabelas e gráficos apresentarem totais que não correspondem em valor exato à soma das partes, fruto do arredondamento dessas mesmas partes.

Desempenho consolidado

Apesar de um contexto desafiante, o Grupo Fidelidade alcançou em 2023 um volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 5.206,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 1,7% face ao ano anterior.

O rácio combinado em 2023 foi de 93,8%, uma diminuição de -5,0 p.p. face ao ano anterior, refletindo a redução de sinistralidade em algumas linhas de negócio Não Vida, nomeadamente em Acidentes de Trabalho e Incêndio e Outros Danos, e o aumento dos níveis de eficiência com reflexo nos custos alocados aos ramos.

Por sua vez, o resultado dos contratos de seguro evoluiu favoravelmente para 261,6 milhões de euros, um aumento de 44% face a 2022 motivado pelo aumento dos réditos de contratos de seguro e pela redução do rácio combinado.

As comissões provenientes da gestão de contratos de investimento atingiram 143,7 milhões de euros, um aumento de 26% face a 2022 em linha com a estratégia definida para os produtos de Vida Financeiro.

Por sua vez, o resultado de investimentos registou um valor de 217,7 milhões de euros, semelhante ao ano anterior dado que o efeito do aumento das taxas garantidas a clientes dos produtos Vida, em linha com a evolução das taxas de juro, foi compensada por um aumento dos proveitos de investimentos.

O resultado não operacional e gastos não atribuíveis evidenciou um agravamento para -344,8 milhões de euros, refletindo o facto de este resultado em 2022 ter beneficiado por eventos não recorrentes.

Em consequência das evoluções acima indicadas, e em particular do resultado dos contratos de seguro, o resultado líquido registou um aumento de 2,6% face a 2022, para 180,3 milhões de euros.

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

A Companhia possui estruturas de governo societário e de governação interna bem definidas e adequadas à sua estratégia de negócio e às suas operações. Estão estabelecidos, de forma clara, mecanismos de delegação de competências, canais de comunicação e atribuição de funções.

Estão definidas funções-chave de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance* no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais da Fidelidade assenta em princípios que promovem a sustentabilidade a longo prazo da Companhia, a gestão e controlo eficazes dos riscos por ela assumidos e o alinhamento dos interesses da Fidelidade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados, participantes e beneficiários.

A Companhia possui processos de avaliação dos requisitos de adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Estão implementados na Companhia processos e procedimentos de gestão de riscos por tipologia de risco – risco estratégico, risco específico de seguros (desenho de produtos e tarificação; subscrição; provisionamento das responsabilidades; gestão de processos de sinistros; resseguro e formas alternativas de transferência de risco), risco de mercado, risco de crédito, risco de concentração, risco de liquidez e risco de reputação.

Estão implementados processos de gestão de risco operacional e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente.

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência. Nestes termos, o ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia, pelo que os resultados obtidos durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de auditoria interna da Companhia encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna.

A função de auditoria interna é exercida com independência, imparcialidade e objetividade, estando previstos mecanismos para preservar estes princípios.

Tendo em consideração a natureza, complexidade e dimensão das carteiras da Companhia, a função atuarial encontra-se subdividida em função atuarial vida e função atuarial não vida e saúde. Aquelas funções atuariais são independentes em termos funcionais, reportando diretamente à Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia possui um Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) que tem como principais objetivos supervisionar a situação ativo/ passivo, a carteira de investimentos e os riscos de mercado.

Refira-se, por fim, que durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

PERFIL DE RISCO

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:



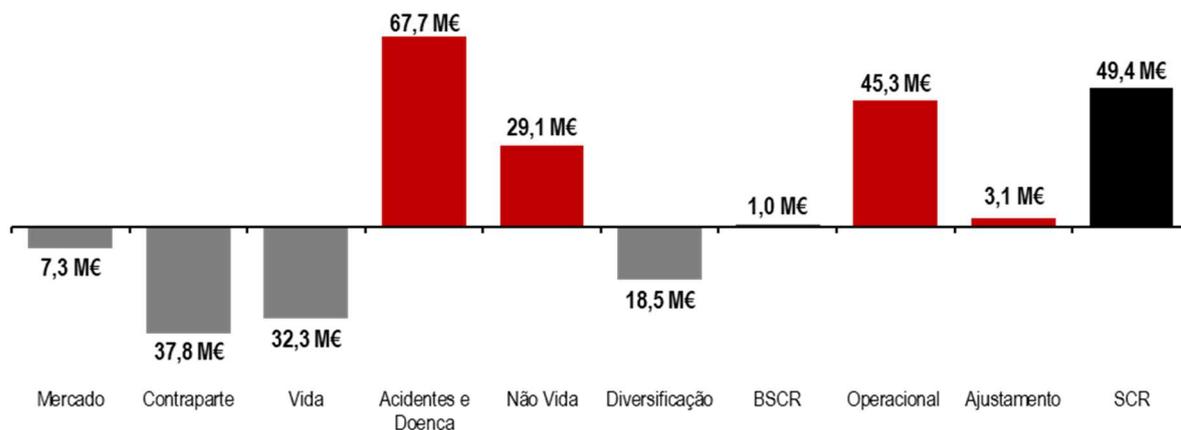
Deste requisito, destaca-se claramente o risco de mercado, seguindo-se, com uma dimensão claramente inferior, os riscos específicos de seguros Vida, Não Vida e Acidentes e Doença. Os riscos de Incumprimento pela contraparte e Operacional apresentam os valores mais baixos dos módulos de risco que compõem o SCR.

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão. Neste sentido, os seguintes riscos são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais: risco de reputação, risco estratégico, risco de (continuidade de) negócio e risco legal.

A Companhia reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não só do impacto no imposto diferido passivo, mas também o impacto no imposto diferido ativo. No caso do reconhecimento do ajustamento relativo ao imposto diferido ativo, a companhia testa a recuperabilidade do mesmo tendo em conta os lucros fiscais futuros estimados após o choque, num horizonte temporal limitado.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, verificou-se um aumento do requisito de capital de solvência (SCR) em cerca de 49,4 milhões de euros, quando comparado com o seu valor à data de referência de 31 de dezembro de 2022.

Variação SCR 2022-2023



Este aumento resultou, em grande medida, da evolução do risco específico de seguros de acidentes e doença, que decorre fundamentalmente da atividade da Companhia e do risco catastrófico, devido ao aumento do risco de concentração de acidentes.

Destaca-se também o aumento do risco específico de seguros de não vida que decorreu da atividade da companhia com incremento do volume de prémios e reservas dos contratos dos ramos automóvel e incêndio.

Destaca-se ainda a redução do risco de contraparte e do risco específico de seguros vida, que resulta essencialmente da diminuição do volume das despesas e risco de descontinuidade.

A redução do risco de mercado, justificado pela redução do risco de *spread*, explicado por uma redução da exposição a obrigações, redução dos riscos de taxa de juro e imobiliário e aumento dos riscos de concentração, acionista e cambial.

Por fim, o aumento do risco operacional reflexo da evolução da atividade da Companhia no negócio vida e do aumento das despesas respeitantes a *unit-linked*.

AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

Em relação aos ativos, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência, bem como a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por ativos financeiros, ativos imobiliários e outros ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	13.553.382	13.561.101	-7.719	13.513.555
Ativos imobiliários	218.793	214.801	3.992	301.105
Outros ativos	1.013.665	935.932	77.733	1.069.014
Recuperáveis de resseguro	368.986	513.027	-144.041	315.968
Total	15.154.826	15.224.861	-70.035	15.199.642

As principais diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações

Resulta, da valorização, para efeitos de solvência, das participadas não cotadas pelo Adjusted Equity Method (AEM). Em termos líquidos, o valor total destas participações para efeitos de solvência aumentou em 56.321 milhares de euros.

No valor total da diferença, estão incluídos (entre outros menos relevantes) os impactos das valorizações da Luz Saúde pelo Adjusted Equity Method (o valor desta participação para efeitos de solvência reduziu-se em 296.904 milhares de euros), da Fidelidade Property Europe (aumento de 212.590 milhares de euros na valorização em solvência), da Multicare (aumento de 53.653 milhares de euros na valorização em solvência) e da Fidelidade Assistência (o valor desta participação para efeitos de solvência reduziu-se em 26.019 milhares de euros).

Ações – não cotadas em bolsa

Resulta da valorização, para efeitos de solvência, de títulos não cotados pelo Adjusted Equity Method (AEM).

Obrigações de dívida pública

A diferença corresponde a valias potenciais da carteira de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reconhecidas em Solvência II.

Organismos de investimento coletivo

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem Look-through. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

Derivados

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.) estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

Depósitos que não equivalentes a numerário

A maioria do ajustamento de Solvência II deve-se ao facto de a partir do reporte trimestral relativo ao quarto trimestre de 2022, os ativos referentes a contas margem e de colateral deixaram de ser integrados na rubrica do balanço "Depósitos que não equivalentes a numerário" devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica "Quaisquer outros ativos não incluídos noutras elementos do balanço".

Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação

Resulta da utilização de valores de cotação a 31 de dezembro de 2023, obtidos, em diferentes momentos no tempo. Nas demonstrações financeiras, a valorização a 31 de dezembro de 2023 foi efetuada algumas horas antes do fecho de alguns mercados financeiros, aqueles que têm horários de funcionamento alargado ou contínuo. Para Solvência II foi possível considerar o valor final após o fecho de todos os mercados financeiros.

Ao mesmo tempo, a diferença resulta também de ajustes à valorização dos fundos em carteiras unit-linked para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano, entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio

Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização ao custo, pelo que a diferença resulta do facto de em Solvência II se estar a utilizar a valorização ao justo valor, conforme requerido pelas Autoridades de Supervisão.

Organismos de investimento coletivo

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

Custos de aquisição diferidos

O valor destes ativos para efeitos de solvência é zero.

Ativos intangíveis

Para que estes ativos tenham valor no balanço para efeitos de solvência, deveriam ser suscetíveis de serem vendidos separadamente e, para além disso, seria necessário demonstrar que existe um mercado ativo onde se transacionam ativos intangíveis semelhantes. Visto que os ativos da Companhia considerados nesta classe não reúnem estas características, o seu valor para efeitos de solvência é zero.

Ativos por impostos diferidos

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto às perdas com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto negativo nos fundos próprios.

Caixa e equivalentes de caixa

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos dos depósitos à ordem que na avaliação para efeitos de Solvência II foram consideradas na rubrica “Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço” das outras responsabilidades.

Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço

A partir do reporte trimestral relativo ao quarto trimestre de 2022, os ativos referentes a contas margem e de colateral deixaram de ser integrados na rubrica do balanço “Depósitos que não equivalentes a numerário” devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica “Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço”.

Recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais

As diferenças decorrem da metodologia aplicada no cálculo da melhor estimativa a qual assume pressupostos que divergem dos considerados nas demonstrações financeiras, como é o caso de:

- Desconto das responsabilidades estimadas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletidas nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2022 e 2023, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação dos ativos para efeitos de solvência.

Em relação às provisões técnicas, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por Vida, Não Vida, Saúde – SLT (*Similar to Life Techniques*) e Saúde NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

A Companhia aplicou o regime transitório, previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, às provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida ao nível dos grupos de risco homogêneos “Produtos de capitalização”, com e sem participação nos resultados, e “Saúde – SLT”, relacionado com responsabilidades de contratos de seguro de acidentes de trabalho.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida	8.427.319	8.988.337	-561.018	8.907.249
Não Vida	927.210	1.067.377	-140.167	850.280
Saúde – SLT	1.012.036	1.095.634	-83.598	897.493
Saúde – NSLT	249.257	275.953	-26.696	235.483
Total	10.615.822	11.427.301	-811.479	10.890.505

Vida

Nos produtos de risco as diferenças justificam-se essencialmente pelos diferentes momentos em que os lucros futuros são reconhecidos como fundos próprios para o conjunto de contratos vida grupo temporário anual renovável (TAR) tendo em atenção a fronteira contratual conforme descrito no ponto D.5.1.. Este reconhecimento dos lucros futuros provoca um impacto positivo no rácio de cobertura do requisito de capital de solvência da Companhia de cerca de 6,4 p.p.

Nos produtos de rendas, as diferenças resultam essencialmente da aplicação da estrutura temporal de risco de taxa de juro sem risco.

As diferenças apresentadas na classe dos *Index-linked and unit-linked insurance* provêm do valor atual da diferença entre os custos de gestão técnicos estimados e os encargos de gestão futuros.

Para os produtos de capitalização, com e sem participação nos resultados, as diferenças resultam, por um lado, da aplicação da medida transitória de provisões técnicas e, por outro, da diferença entre as taxas garantidas aos clientes e as taxas constantes na curva das taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Não Vida

As principais diferenças identificadas entre os montantes das demonstrações financeiras e as provisões técnicas de Solvência II decorrem de:

- Aplicação de estruturas de desconto distintas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletido nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II;
- Diferenças metodológicas na avaliação da margem para riscos não financeiros em Solvência II (Margem de Risco, de acordo com a fórmula padrão) e nas demonstrações financeiras (Ajustamento de risco, de acordo com a norma contabilística IFRS 17).

Saúde-SLT

Tendo em atenção a aplicação do ajustamento da medida transitória das provisões técnicas o impacto da reavaliação de provisões decorre fundamentalmente da evolução da estrutura de taxas de juro referida no ponto D.2.6.

Saúde-NSLT

As principais diferenças identificadas entre os montantes das demonstrações financeiras e as provisões técnicas de Solvência II decorrem de:

- Aplicação de estruturas de desconto distintas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletido nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II;
- Diferenças metodológicas na avaliação da margem para riscos não financeiros em Solvência II (Margem de Risco, de acordo com a fórmula padrão) e nas demonstrações financeiras (Ajustamento de risco, de acordo com a norma contabilística IFRS 17).

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2022 e 2023, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência.

Conforme previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia efetuou o decréscimo da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2023, apresentando-se no quadro seguinte o valor daquela dedução em 31 de dezembro de 2023.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogêneos de Risco		Dedução Transitória			
		Recálculo 1/1/2019	Decréscimo Anual	Decréscimo Acumulado até 31/12/2023 (4 anos)	Valor em 31/12/2023
29 e 33	Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	256.882	-19.760	-79.041	177.841
30	Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	137.145	-10.550	-42.198	94.947
32	Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	192.764	-14.828	-59.312	133.452
Total		586.791	-45.138	-180.551	406.240

É também apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Passivos contingentes	0	0	0	0
Provisões que não provisões técnicas	29.692	29.692	0	35.452
Obrigações a título de prestações de pensão	7.347	7.347	0	6.053
Depósitos de resseguradores	186.679	186.679	0	149.623
Passivos por impostos diferidos	395.981	133.139	262.842	420.404
Derivados	309.436	310.222	-786	167.770
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	55.675	44.192	11.483	34.854
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	96.805	96.805	0	103.968
Valores a pagar a título de operações de resseguro	94.414	94.414	0	91.905
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	62.878	62.878	0	64.467
Passivos subordinados	482.667	503.325	-20.658	462.590
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	161.258	131.582	29.676	189.936
Total	1.882.832	1.600.275	282.557	1.727.022

As diferenças, por classe de passivos, são as seguintes:

Passivos por impostos diferidos

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

Derivados

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Derivados".

Passivos subordinados

A diferença resulta de, em Solvência II, os passivos subordinados serem valorizados ao justo valor, enquanto nas demonstrações financeiras, os mesmos foram inicialmente reconhecidos ao justo valor (menos os custos de transação diretamente atribuíveis) e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos das contas à ordem relacionadas com os contratos de futuros e as componentes relativas, quer à valorização dos contratos ainda não vencidos (registadas na rubrica “Derivados”), quer à margem inicial (colateral), que na avaliação para efeitos de demonstrações financeiras foram consideradas na rubrica “Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos de balanço”, e os “Depósitos à ordem” com saldos negativos que na avaliação para efeitos da demonstração financeira foram considerados na rubrica “Caixa e equivalente de caixa”.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2022 e 2023, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação de outros passivos para efeitos de solvência.

GESTÃO DE CAPITAL

O quadro seguinte apresenta a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência.

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	15.154.826	15.224.861	-70.035	15.199.642
Provisões Técnicas	10.615.822	11.427.301	-811.479	10.890.505
Outras responsabilidades	1.882.832	1.600.275	282.557	1.727.022
Excedente do ativo sobre o passivo	2.656.172	2.197.285	458.887	2.582.115

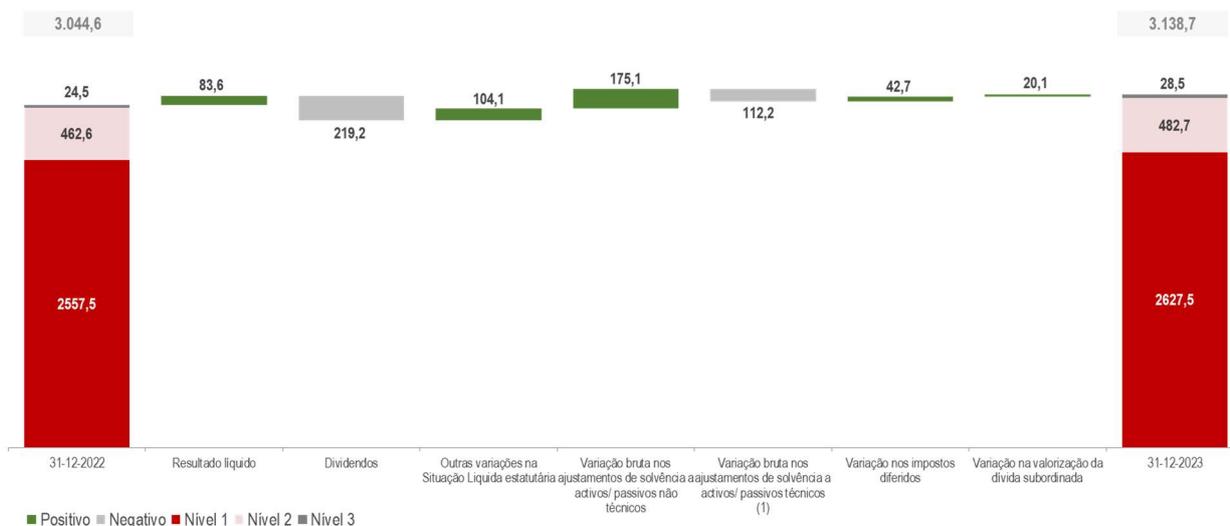
Em relação à estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base, verifica-se que a Companhia possui fundos próprios complementares, Nível 3, no valor de 28,5 milhões de euros, encontrando-se a maioria dos fundos próprios base classificada em Nível 1, existindo também fundos próprios base de Nível 2 referentes a passivos subordinados.

Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, encontram-se no quadro seguinte.

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível 1	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467
Nível 2	482.667	462.590	482.667	462.590	482.667	462.590	78.117	77.952
Nível 3	28.517	24.499	0	0	28.517	24.499	0	0
Total	3.138.690	3.044.556	3.110.173	3.020.057	3.138.690	3.044.556	2.705.623	2.635.419

O gráfico seguinte apresenta as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório.



(1) A variação bruta nos ajustamentos de solvência a ativos/passivos técnicos inclui a redução da medida transitória sobre as provisões técnicas no montante de 45,1 milhões de euros.

Em relação ao cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), a Companhia aplica a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

O cálculo dos requisitos de capital do submódulo de risco cambial incorpora o efeito da cobertura da exposição cambial dos ativos em carteira denominados em dólar americano (USD), dólar de Hong Kong (HKD) e libra esterlina (GBP), através do recurso a contratos de futuros, *forward* cambiais e *swaps* cambiais e dos ativos denominados em iene (JPY) e francos suíços (CHF) através de contratos *forward* cambiais.

A exposição às contrapartes com as quais a cobertura referida acima é efetuada também é tida em conta no módulo de risco de incumprimento pela contraparte.

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Companhia aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi efetuado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele Regime.

O requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes.

	Valores em milhares de euros			
	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
SCR	1.492.206	1.442.830	210,34%	211,01%
MCR	390.588	389.758	692,71%	676,17%

O rácio de cobertura do SCR teve um decréscimo resultante do aumento dos fundos próprios disponíveis para satisfazer o SCR ter sido proporcionalmente inferior ao aumento verificado nos requisitos de capital.

Uma nota final para indicar que, caso a Companhia não aplicasse a dedução transitória aplicável às provisões técnicas, os rácios de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) seriam 190,86% e 581,54%, respetivamente.

A Companhia continua a monitorizar os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, e reagirá ativamente a possíveis impactos no seu rácio de solvência.

A. Atividades e Desempenho

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram atividades ou outros eventos significativos, com impacto material na Companhia.

Não obstante, ao longo do presente capítulo são apresentadas comparações com as informações incluídas no relatório relativo ao exercício de 2022.

A.1. Atividades

A.1.1. Denominação e forma jurídica da Companhia

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade", "Companhia" ou "Sociedade"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz n.º 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A., ("Longrun") passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo e China.

A.1.2. Autoridade de supervisão responsável pela supervisão financeira da Companhia

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com sede na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa, é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, quer prudencial, quer comportamental, da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros.

Para efeitos de Supervisão de Grupos de Seguros, é também a ASF o supervisor do grupo a que a Companhia pertence.

A.1.3. Revisor Oficial de Contas da Companhia

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2022, é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC n.º 1579, registada na CMVM sob o n.º 20161189.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas exerce funções desde 15 de maio de 2014, tendo sido reconduzida em 30 de maio de 2023 para exercer funções no que respeita ao exercício de 2023.

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta recorrentemente os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF;

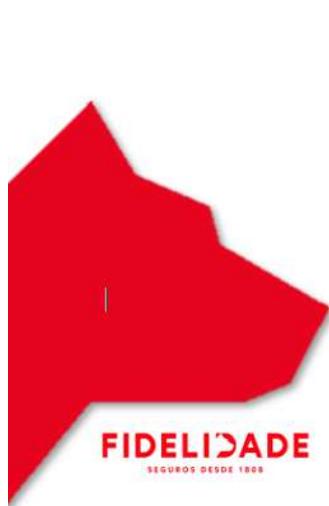
- Parecer sobre a avaliação periódica de eficácia das políticas e procedimentos e controlos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º da Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho (na sua redação atual), da ASF;
- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros, nos termos do n.º 4 do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF; e
- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos.

A.1.4. Titulares de participações qualificadas

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade, conta com dois acionistas de referência que, pela sua dimensão e complementaridade, são garante de estabilidade e dinamização das operações do Grupo.



FOSUN 复星

Grupo Fosun (através da Longrun Portugal, SGPS, S.A.): 84,9892%

Um dos maiores conglomerados privados chineses com presença internacional e cotado (Fosun International Limited) na Bolsa de Hong Kong. Detém participações em diversos setores, como seguros, banca, indústria farmacêutica e turismo.



Caixa Geral de Depósitos: 15%

Fundado em 1876, é um banco detido pelo Estado português e, atualmente, uma das maiores instituições financeiras em Portugal, com cerca de 4 milhões de clientes.

Restantes acionistas:

Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.: 0,0026%

Ações próprias: 0,0082%

A estrutura de *governance* desempenha um papel fundamental na gestão estratégica e operacional do Grupo Fidelidade, assegurando, por um lado, a necessária resiliência aos crescentes desafios do setor e, por outro, um desempenho sustentado assente em valores éticos e mecanismos internos de *compliance* e gestão do risco que promovem a transparência e a confiança junto das suas partes interessadas.

As participações qualificadas no capital social da Fidelidade, a 31 de dezembro de 2023, encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Acionista	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	137.402.839	84,9892%	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15%	15%
Total	161.653.483	99,9892%	99,9892%

Em 31 de dezembro de 2023, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

A.1.5. Posição da Companhia na estrutura do grupo segurador a que pertence

O Grupo Fidelidade está presente em quatro continentes, 13 países e serve 9,1 milhões de clientes. É a diversidade geográfica e a robustez das marcas que tornam o seu negócio mais sólido, conferindo-lhe maior resiliência a contextos adversos e garantindo novas oportunidades de crescimento.

Fruto da ambição de ir mais além e de fortalecer a presença no mercado internacional, a Fidelidade tem vindo a implementar um modelo de elevada proximidade entre as equipas locais e os serviços centrais, tirando partido das melhores práticas a nível global e valorizando as características locais das várias operações.

Opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros.

No mercado internacional atua através de sucursais e subsidiárias em diversos países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Macau, Perú, Bolívia, Paraguai, Chile, Moçambique e Liechtenstein.

No que diz respeito à Área Seguradora:



33%

Do negócio segurador do Grupo Fidelidade está fora de Portugal



13

Países



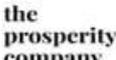
8.713

Colaboradores dos quais 5.107 fora de Portugal

Por outro lado, o Grupo Fidelidade detém subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar o Grupo Fidelidade como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

De seguida, são apresentadas as empresas do Grupo Fidelidade, as suas principais áreas de atuação e a percentagem detida pelo Grupo nas mesmas.

EUROPA

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. é a sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade, sediado em Lisboa, líder do setor segurador português, disponibilizando produtos nos segmentos Não-Vida e Vida, com operações em diversas geografias.	
	Via Directa – Companhia de Seguros S.A. é a seguradora vocacionada para a comercialização de seguros através de canais remotos (telefone e internet), operando através de várias marcas, entre elas a ok! seguros. É pioneira na venda de seguros online em Portugal e líder no segmento das seguradoras diretas.	100%
	Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é a seguradora vocacionada para os seguros de saúde, gerindo a marca líder dessa linha de negócio em Portugal, com mais de um milhão de clientes. Diferencia-se pelo pioneirismo, pela aposta na prevenção, pelos capitais robustos e por dispor de uma rede com cerca de cinco mil prestadores privados de saúde, incluindo as principais unidades de referência. É a única seguradora de saúde com a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001, desde 2011.	100%
	Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. é uma seguradora especializada em seguros de assistência e de proteção jurídica. Atuando essencialmente como resseguradora, é líder de mercado em Portugal.	100%
	A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. atua no resseguro dos ramos Não-Vida, subscrevendo essencialmente riscos ao abrigo dos Tratados Não Proporcionais com a Fidelidade.	100%
	The Prosperity Company é a cabeça do Grupo TPC. Tem sede no Liechtenstein e disponibiliza soluções de poupança, ancoradas em produtos de pensões unit linked, para particulares da Liechtenstein Life Assurance AG (seguradora Vida), tendo o grupo outras empresas para a exploração de outras dimensões da sua proposta de valor, tanto para clientes como para intermediários. A sua atividade é desenvolvida, sobretudo, na Suíça e na Alemanha.	70%
	Fidelidade – Property Europe, S.A. e Fidelidade – Property International, S.A. são responsáveis pela gestão dos investimentos imobiliários do Grupo Fidelidade.	100%
	Tenax Capital Limited é uma empresa de gestão de ativos, sediada em Londres, especialista na gestão de fundos direcionados para seguradoras e bancos, centrada na construção de produtos com baixo peso de capital nestas instituições financeiras.	80%
	Fidelidade – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo (SGOIC), S.A. foi constituída em 2018, tendo por objetivo gerir fundos de investimento imobiliários nos mercados do sul da Europa	100%
	Luz Saúde, S.A. é a cabeça do Grupo Luz Saúde, um dos maiores grupos do mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, gerindo 30 hospitais e clínicas privadas e uma residência sénior. Em 2023, contou com 1.126 camas, 2,3 milhões de consultas, 421 mil atendimentos de urgência e 68 mil cirurgias e partos.	99,9%
	Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. desenvolve e presta serviços de análise de risco e de segurança e saúde no trabalho, incluindo, entre outros, medicina do trabalho.	100%
	GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo Fidelidade, com presença em Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde.	100%
	Cares – Assistência e Reparações, S.A. é uma empresa especializada em reparações, manutenções e assistência em imóveis, trabalhando para o mercado segurador, retalho e corporate e certificada pela ISO 9001 de Qualidade desde 2013.	100%
	CETRA – Centro Técnico e Reparação Automóvel, S.A. é uma empresa que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel.	100%



Clinica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda, é uma unidade de medicina física e de reabilitação, localizada no Porto, com um corpo clínico e terapêutico especializado. Tem como missão a reabilitação funcional integral dos utentes, promovendo a funcionalidade, a diminuição das sequelas, a melhoria da qualidade de vida e independência nas atividades da vida diária, social e laboral.

100%



FID I&D, S.A. presta serviços de consultoria e desenvolvimento de novas soluções digitais e plataformas, de modelos analíticos, de novas soluções baseadas em modelos de Inteligência Artificial e Machine Learning,

100%



Veterinários Sobre Rodas, Lda, presta serviços de cuidados médico-veterinários ao domicílio, contando também com uma clínica em Sintra, uma carinhosa de banhos e tosquias, uma loja online e ainda um espaço canino com serviços de creche e treino.

88%

ÁSIA-PACÍFICO



A Fidelidade está presente em Macau desde 1999, com uma oferta diversificada de soluções de proteção para clientes particulares e empresas. Inicialmente através de sucursais e posteriormente através das empresas de direito local: a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. e a Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A., que comercializam seguros Não Vida e Vida através de uma rede de mediação e do Banco Nacional Ultramarino (BNU), entidade com quem existe um acordo de bancassurance.

100%

ÁFRICA



A Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A., (anterior Universal Seguros, S.A.), foi constituída em 2011, ocupa atualmente a terceira posição no ranking do mercado angolano, atuando nos segmentos Não-Vida e Vida, no âmbito dos quais disponibiliza uma gama diversificada de produtos, em particular uma oferta abrangente no segmento de empresas.

70%



A Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., destaca-se como a principal seguradora no mercado cabo-verdiano, operando nos segmentos de seguros de Vida e Não Vida com uma ampla gama de produtos, incluindo seguros de saúde, nos quais é pioneira no respetivo mercado. A distribuição desses produtos é realizada por meio das suas agências, da mediação e de parcerias estratégicas para o canal bancário, nomeadamente com o Banco Comercial do Atlântico, também seu acionista.

55,9%



A Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. (anteriormente Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), destaca-se como uma das maiores e mais experientes empresas de seguros a atuar no país, oferecendo uma ampla gama de produtos nos segmentos Vida e Não-Vida. Ocupando a terceira posição no mercado segurador moçambicano, a sua presença abrangente em todo o território nacional é garantida por uma rede própria de balcões nas capitais provinciais, sob a marca Fidelidade Ímpar, e pelo acesso exclusivo à rede do Millennium BIM, um dos maiores bancos em Moçambique.

70%

AMÉRICA LATINA



A La Positiva Seguros y Reaseguros S.A., fundada em 1937, lidera o Grupo La Positiva, consolidando-se há mais de 80 anos como um dos principais players no mercado de seguros peruano. Atualmente, ocupa a terceira posição, sustentada por uma base de mais de três milhões de clientes em todo o país. A missão da La Positiva passa pela melhora contínua, pela expertise na gestão de riscos e pelo aumento da presença no mercado segurador, focando-se no desenvolvimento e lançamento de produtos inovadores. Esta estratégia é reforçada pela colaboração com parceiros estratégicos e pelo uso eficaz dos canais de distribuição, que visam não apenas fortalecer o posicionamento da empresa no mercado, mas também elevar os padrões de excelência e rapidez no atendimento ao cliente.

93,9% (*)



Além da forte presença no Peru, o Grupo La Positiva expandiu as suas operações para:

- Bolívia através da participação nas empresas Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. E.M.A. e Alianza Vida Seguros y Reaseguros, S.A.
- Paraguai através da participação na empresa Alianza Garantia Seguros y Reaseguros S.A.



FID Chile Seguros Generales S.A. é empresa de seguros dos ramos Não-Vida que iniciou a sua operação em janeiro de 2020, após ter obtido a autorização do regulador chileno no último trimestre de 2019. A FID Chile desenvolveu uma gama de produtos Não-Vida dirigida a clientes individuais e empresariais, que distribui através de brokers e de outros canais não-tradicionais.

100%

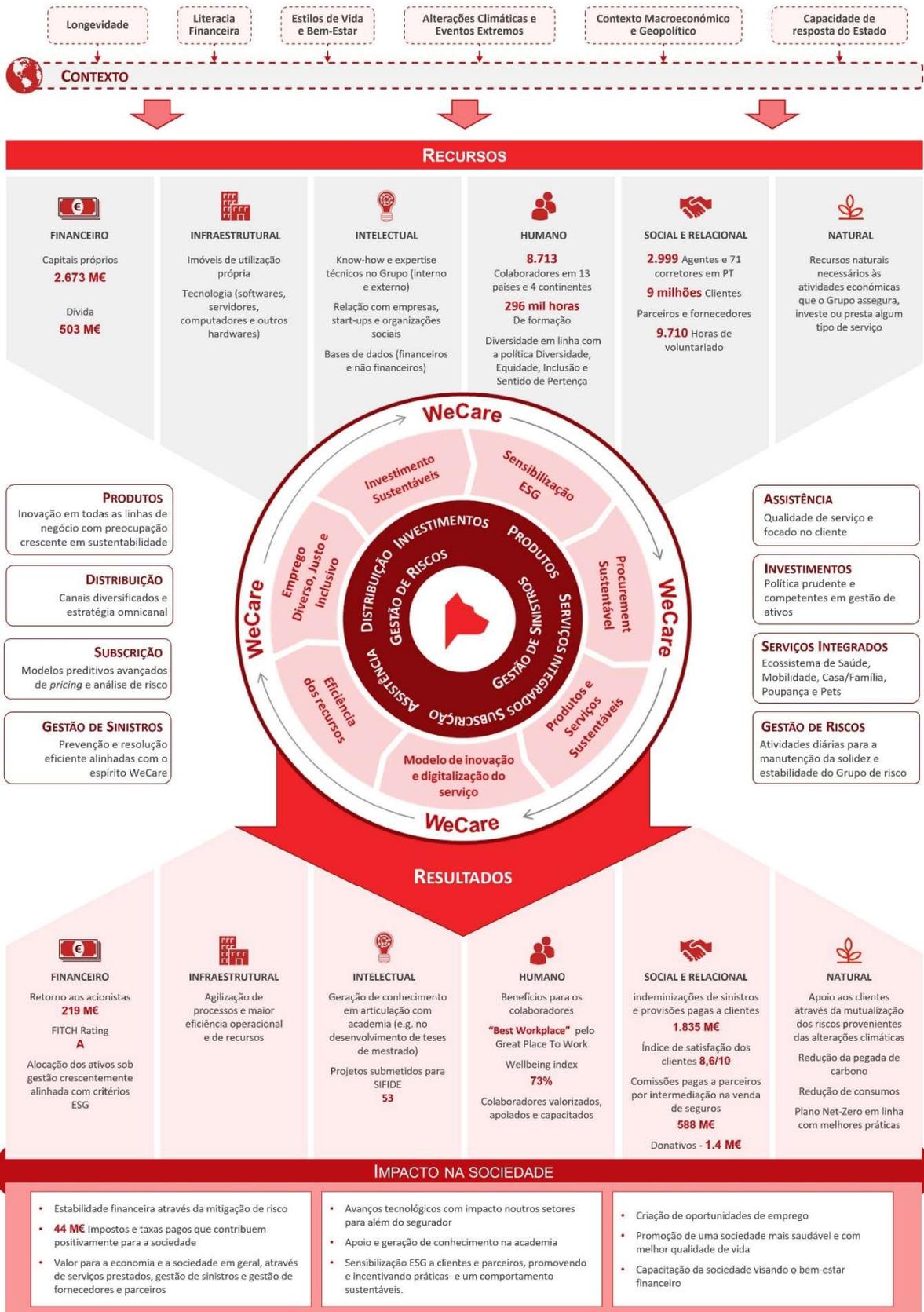
* Participação detida na La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.

A.1.6. Atividade da Companhia

MODELO DE CRIAÇÃO DE VALOR

O Modelo de Negócio do Grupo Fidelidade emerge da sua missão e dos seus valores, assentes numa estratégia de longo prazo e num modelo de governance robusto e transparente. Tem como objetivo primordial a criação de valor para os seus clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável. A atividade do Grupo Fidelidade, consubstanciada pelo compromisso WeCare, o qual se estende ao longo de toda a dimensão social do Grupo, procura superar o que é esperado por clientes e parceiros, colocando o foco no cliente, garantindo a sua proteção e satisfação.

O modelo seguinte explica o impacto que o Grupo tem na sociedade, como obtém os seus resultados, financeiros e não-financeiros, os recursos alocados para os conseguir, como o contexto influencia todo o modelo de criação de valor e como o espírito WeCare é nuclear em tudo o que faz.



SOLUÇÕES DE NEGÓCIO

Os produtos e serviços do Grupo Fidelidade são concebidos com o propósito de criar valor para os clientes, garantindo o seu bem-estar e proteção, bem como a proteção do seu património. Para o efeito, a Fidelidade tem procurado contribuir de forma ativa e próxima para a redução dos riscos e criação de soluções inovadoras e sustentáveis, assentes na potenciação de impactos positivos, em todas as fases da vida do cliente.

A Política de Conceção e Aprovação de Produtos tem como objetivo assegurar responsabilidade, qualidade e transparência na conceção, comunicação e venda de produtos. Além de reforçar a necessidade de transmitir informação precisa, detalhada e completa sobre os produtos, esta política passou também a contemplar a integração da abordagem sustentável no desenho e reformulação da oferta, promovendo de forma consistente a competitividade do Grupo Fidelidade num segmento de mercado em franco desenvolvimento.

As tendências globais, assim como os processos de gestão da satisfação, das necessidades e das expectativas dos clientes, têm vindo a evidenciar a importância exponencial que os temas ESG assumem no mercado, configurando novas oportunidades de negócio que devem ser exploradas, sob pena de o Grupo ser afetado por danos financeiros, regulatórios e reputacionais com graves repercussões na sua competitividade.

Para fazer face a esta tendência, a Fidelidade implementou um conjunto de estratégias, políticas e processos com base em estruturas governativas específicas visando assegurar a inclusão de critérios ESG na conceção e aprovação de produtos, de forma estruturada e transparente, tirando o máximo proveito das oportunidades associadas e mitigando potenciais danos.

Adicionalmente, a Fidelidade conta com o envolvimento da Direção de Sustentabilidade nas diferentes fases do ciclo de vida dos produtos e tem vindo a iniciar a medição de impacto na fase de desenvolvimento. Existe ainda um plano de formação, que inclui matérias como oferta e marketing responsáveis, dirigido a atores-chave do ciclo de vida dos produtos, dos quais se destacam os gestores de produto.

Diretrizes para a conceção de produtos



A integração da abordagem sustentável no desenho e reformulação da oferta tem resultado num conjunto de produtos e/ou coberturas em diferentes segmentos.

O envelhecimento crescente e acelerado da população é uma realidade. Atento às tendências globais e, em particular, aos desafios enfrentados pela sociedade atual, o Grupo Fidelidade tem aplicado um grande foco na questão da Longevidade. Neste âmbito, a Fidelidade aposta em produtos que assumem um papel de relevo na valorização de cada cliente, na dignificação da vida e na qualidade dos projetos e ambições atuais e futuros.

ACIDENTES PESSOAIS 65+

No final de 2023, o Grupo Fidelidade lançou um produto de Acidentes Pessoais destinado a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Em caso de acidente que provoque lesão corporal (fraturas, queimaduras, luxações ou outras lesões), este produto garante o pagamento de um capital previamente estabelecido (de acordo com uma tabela de lesões e indemnizações). Disponibiliza também um conjunto de serviços de assistência médica e doméstica para apoiar a pessoa sénior segurada no período de recuperação.

Ainda na oferta de Acidentes Pessoais, o Grupo Fidelidade apostou na ativação e acompanhamento da oferta de Acidentes Pessoais AP1 Mobility para clientes que utilizam meios de mobilidade suave.

MULTICARE VITALITY

Em 2023, a dinamização do programa Multicare Vitality foi reforçada com o lançamento da sua versão 2.0 – Weekly Lifestyle Goals –, que compreendeu uma campanha de meios com oferta de *FidCoins* a novos clientes Multicare, melhorias na comunicação com o cliente e a realização da 3.ª Corrida Multicare Vitality, entre outras iniciativas.

A Multicare, por exemplo, dispõe de um conjunto de opções de saúde para todas as idades e procura contribuir de forma ativa para uma mudança de comportamentos da sociedade. A sua aposta recai na prevenção de doenças físicas e mentais, nomeadamente através de programas que promovem e recompensam hábitos de vida saudável, como o Multicare Vitality, a par de eventos, ações de sensibilização e *check-ups* regulares, que permitem fazer diagnósticos de forma precoce. Focado em ser um parceiro que acompanha os clientes nas suas diferentes fases da vida.

A saúde mental é uma prioridade para a Multicare. Pioneira no lançamento de uma cobertura de saúde mental compreensiva, que inclui internamento psiquiátrico, cuidados em ambulatório e serviços na medicina online, estes últimos sem custos adicionais para os clientes, em 2023 a Multicare deu continuidade à valorização da intervenção do psicólogo especialista e da comparticipação de soluções digitais que desempenham um importante papel na gestão do stress e da ansiedade e no desenvolvimento cognitivo. Ao longo deste percurso a Multicare tem mantido uma estreita colaboração com a Ordem do Psicólogos Portugueses (OPP) para a promoção da literacia de todos os portugueses nestas matérias.

GARANTIA SEGUROS

Em Cabo Verde, a Garantia Seguros reposiciona o seguro de vida “Proteção Garantida” como um microseguro inclusivo, subscrito maioritariamente por mulheres chefes de família.



Auto

No âmbito da gestão dos sinistros automóvel, seguindo o espírito WeCare, enquanto elemento diferenciador da oferta, o Grupo Fidelidade dispõe de um modelo diversificado de pagamentos de indemnizações, permitindo que sejam realizados sob a forma de renda ou num misto de capital e renda. Deste modo, as vítimas e respetivas famílias dispõem de um maior controlo sobre os montantes a receber, garantindo que o capital não se dissipa e que a vítima não fica desprovida do rendimento que lhe permitirá continuar o plano de tratamentos e assistência acordado com a seguradora.

Adicionalmente, a oferta Auto inclui um conjunto de coberturas específicas para veículos elétricos e híbridos. Sendo esta uma oferta com procura crescente, o Grupo pretende em 2024 robustecer os produtos e as coberturas disponibilizados.

~75.000 veículos híbridos e elétricos seguros

+ de 40M€ de prémios anualizados

Na oferta AutoEstima, que prevê a escolha da oficina reparadora por parte da seguradora, o veículo é, predominantemente, reparado com peças verdes ou *aftermarket*, de qualidade equivalente às peças originais.

~ 60.000 veículos seguros



De igual modo, na vertente Multiriscos Habitação, a Fidelidade quer estar mais próxima das famílias. Para isso, tem vindo a percorrer um longo caminho de adaptação e inovação dos seus produtos, que em 2023 culminou no lançamento de produtos alinhados com necessidades de proteção específicas de cada cliente.

O segmento Multiriscos (empresas e habitação) permite, atualmente, segurar sistemas de microgeração de energia.

3.983 Clientes com a cobertura/objeto de sistemas de microgeração de energia

O seguro Multiriscos Habitação assenta num leque diversificado de novas coberturas, que abrangem tanto senhorios como inquilinos.

Coberturas afetas aos senhorios:

- Proteção jurídica (referente ao contrato de arrendamento);
- Danos ao imóvel causados pelo inquilino;
- Incumprimentos de pagamento de renda por quebra involuntária de rendimentos.

Coberturas afetas aos inquilinos:

- Incumprimentos de pagamento de renda por quebra involuntária de rendimentos.

ok! casa

NOVO SEGURO OK! CASA

A Via Directa lançou o novo seguro Ok! Casa, que segue os valores de simplicidade, proximidade e liberdade de escolha. Este é um seguro Multiriscos Habitação simples, modular e personalizável, para que cada cliente possa contratar somente as coberturas de que efetivamente precisa.

FIDELIDADE MYPETS

É uma *app* desenvolvida por veterinários com o propósito de ajudar os clientes da Fidelidade a cuidar dos seus animais de companhia.

Entre as suas funcionalidades destacam-se o registo do histórico de saúde dos animais, a gestão da alimentação e evolução do seu peso e o acesso facilitado a clínicas veterinárias. A *app* incorpora ainda um programa de recompensas – o Pet-a-Pontos.

O reconhecimento dos animais de estimação como parte das famílias é uma tendência nas sociedades evoluídas. As preocupações com a saúde, a alimentação e o bem-estar dos mesmos são cada vez significativas, o que se reflete numa maior predisposição para investir em produtos e serviços a eles dirigidos. É neste contexto que há quatro anos foi lançado o Fidelidade Pets – um seguro de saúde animal inovador e digital. Posiciona-se como um ecossistema que oferece um sólido plano de acidentes e doenças, adaptado à realidade de cada animal, que se distingue pela aposta na prevenção nos cuidados de saúde, livre escolha de veterinário e digitalização, e que incorpora um conjunto de serviços em múltiplas áreas complementares à proteção.

A Fidelidade disponibiliza ainda a cobertura Telepet, que inclui o aconselhamento telefónico por parte de um enfermeiro veterinário sobre questões relacionadas com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos animais (comportamentais, de alimentação, entre outras) e consultas de telemedicina veterinária.

SUCURSAL DA FIDELIDADE EM ESPANHA

Em 2023 foi lançada em Espanha a Fidelidade Pets, que consiste numa solução digital de seguros para animais de estimação com planos que cobrem acidentes e doença.

PROTEÇÃO VITAL EMPRESAS

Em 2023, a Fidelidade lançou um novo produto da família Proteção Vital – o Proteção Vital Empresas (PVE) – dirigido a PME. Desprovido de análise de risco e com um processo de aceitação automático, o PVE proporciona uma maior proteção dos colaboradores, em âmbito profissional e extraprofissional, e ajusta-se às necessidades específicas de cada empresa.

Os produtos de poupança e investimento do Grupo Fidelidade têm como principal propósito fornecer retornos positivos, atender às necessidades de liquidez e fortalecer a posição de capital dos seus clientes. Disponibiliza, assim, uma gama diversificada de produtos adaptável a diversos perfis de investidores, que permitem poupar a diferentes horizontes temporais – curto, médio e longo prazo – para dar cumprimento a objetivos concretos ou simplesmente para assegurar uma maior qualidade e bem-estar num período mais avançado da vida.

Neste âmbito, no Grupo Fidelidade em Portugal, destacam-se produtos como o Investimento Objetivo Seguro 2028, o Fidelidade Poupança Segura 5 anos 2ª Série, o PPR Garantido 52+, o Investimento Global 5 anos Julho 2023 e o Fidelidade Poupança Garantida 5 Anos.

A oferta de produtos do Grupo é gerida em cada geografia, considerando as particularidades da respetiva realidade socioeconómica, demográfica e climática. Deste modo, a Fidelidade assegura a adequabilidade dos seus produtos face aos riscos e oportunidades reais que dela decorrem.

LA POSITIVA

A La Positiva é líder na oferta de seguros agrícolas, cobrindo 1.493.062 hectares, o que representa cerca de 80% da área total assegurada no Peru.

O seguro agrícola catastrófico é um programa do governo peruano que oferece cobertura aos pequenos agricultores contra danos causados por eventos climáticos e naturais, como geadas, secas, inundações e pragas.

TYPHOON PROTECTION

Em Macau, pelo terceiro ano consecutivo, foi realizada uma campanha dedicada ao período de tufões – Typhoon Protection. Nesta campanha são disponibilizados capitais mais atrativos no seguro de Proteção Casa-Recheio e no seguro de Proteção para Acidentes Pessoais.

Macau é, desde sempre, uma região assolada por tufões. No entanto, este fenómeno, bem como a sua intensidade, têm vindo a agravar-se. Nos últimos 10 anos ocorreram dois dos maiores tufões em termos de sinistralidade e perda de vidas humanas desde que há registos.

ACADEMIA DE PREVENÇÃO

A Academia de Prevenção, enquanto parte integrante do ecossistema de prevenção do Grupo Fidelidade, foi concebida com a missão de contribuir para uma sociedade mais sustentável, através da promoção de uma cultura de prevenção de risco junto de colaboradores, parceiros e clientes.

Neste contexto, são realizadas diversas ações de formação sobre conhecimento do risco e respetiva mitigação, no âmbito dos seguros de acidentes de trabalho, patrimoniais e ambientais.

No segmento de clientes empresariais, o portefólio de produtos do Grupo Fidelidade apresenta uma enorme polivalência de coberturas, que abrangem os mais variados atores e estruturas empresariais – empresários, colaboradores, equipamento e danos a terceiros – independentemente da dimensão da empresa em questão. A versatilidade da oferta reflete-se também na multiplicidade de produtos dedicados a setores estratégicos específicos (por exemplo: restauração e comércio alimentar, escritórios especializados, beleza, transporte de mercadorias, comércio e distribuição não alimentar, stands e oficinas auto, educação e turismo).

APP MySAVINGS

Oferta digital de poupança/ investimento, gestão e apelo à literacia financeira, que tem vindo a ser reconhecido como um importante impulsionador da pequena poupança, tendo registado um crescimento de 70% no seu número de utilizadores.

345€ é a mediana dos valores investidos por apólice
+ de 78 mil clientes

Ao nível dos produtos do ramo Vida Financeiro, a responsabilidade da Fidelidade vai além da seleção do seu portefólio de ativos, estendendo-se a uma crescente transparência e cuidado no aconselhamento dos clientes, de forma a assegurar uma melhor adequação do investimento e/ou poupança, em conformidade com o perfil de risco do cliente, bem como uma maior consciência deste face à tomada de decisão.

Literacia financeira junto dos clientes

Reconhecendo que o potencial de criação de valor sustentável da Fidelidade transcende a oferta de produtos e serviços, o Grupo tem procurado, através de ações e iniciativas diversificadas, sensibilizar os seus clientes para a minimização de comportamentos sociais, ambientais e económico-financeiros de risco e para a adoção de práticas com um potencial de impacto positivo.

No que diz respeito aos riscos económico-financeiros, e na sequência da elaboração de um diagnóstico profundo sobre as razões da baixa taxa de poupança da população portuguesa, concluiu-se que a reduzida literacia financeira é um dos aspetos que a justifica.

Com a consciência de que a correção desta fragilidade da sociedade é um desígnio mais amplo, a Fidelidade tem estabelecido parcerias que lhe permitem alargar os seus esforços na integração da educação financeira nos currículos escolares, no desenvolvimento de programas de formação e *workshops*, na realização de mentoria e acompanhamento financeiro e no desenvolvimento de recursos online e aplicativos móveis.

Estas iniciativas integram um plano comum, com mensagens adequadas a cada público-alvo. No presente capítulo são abordadas as iniciativas dirigidas aos clientes e ao público em geral.

CAMPANHA “HÁ UMA POUPANÇA FIDELIDADE PARA TODAS AS IDADES”

Reforçando a sua estratégia de posicionamento na área da poupança e Longevidade, a Fidelidade lançou em 2023 a campanha “Há uma poupança Fidelidade para todas as idades”. Com a mesma, a Fidelidade procurou promover a literacia financeira, por forma a estimular hábitos de poupança e investimento conscientes, que permitam a todas as pessoas desfrutar da sua Longevidade com maior autonomia e qualidade.

APP MYSAVINGS

A *app* MySavings é uma ferramenta 100% *mobile* que oferece soluções de poupança e investimento do seguro de vida individual Fidelidade Savings. Incorpora uma academia, que traduz os principais conceitos económicos e financeiros de uma forma simples. Deste modo, o cliente fica mais capacitado para, de forma autónoma, definir objetivos de poupança adequados às diferentes fases da sua vida, realizar investimentos e efetuar a sua monitorização e gestão em tempo real.

O forte crescimento da plataforma, em número de utilizadores e em volume de ativos sob gestão, é um indicador da pertinência da solução face ao interesse e realidade dos clientes.

MICROSITE E BLOG POUPAR E INVESTIR

No último ano foi lançado o *microsite* e blogue Poupar e Investir, dirigido a clientes e ao público em geral, com o objetivo de desenvolver a sua literacia financeira e de aumentar a transparência e facilitar o acesso a informação sobre os produtos do Grupo.

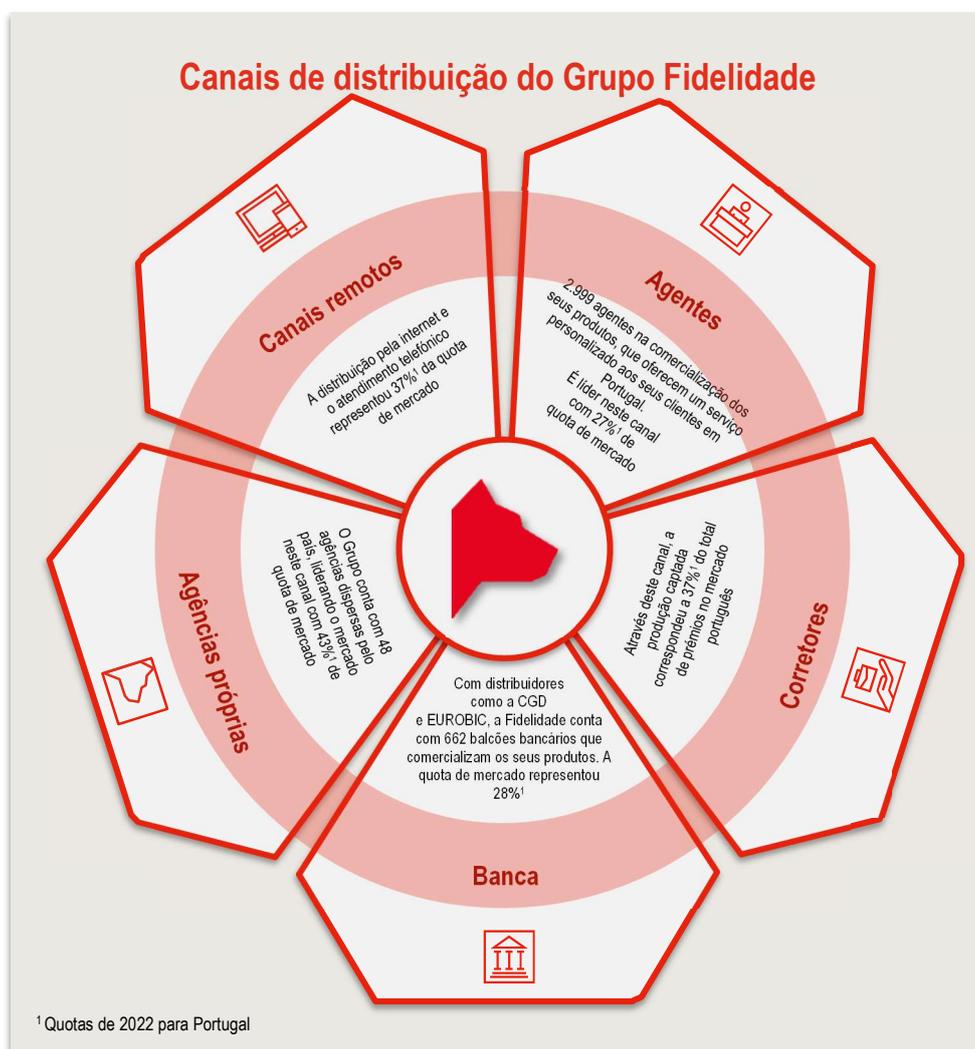
ABORDAGEM OMNICAL

O Grupo Fidelidade está atento e promove soluções inovadoras que o diferenciem no mercado e otimizem os seus processos, criando valor para o Grupo e para o cliente. A transformação digital levada a cabo, através de múltiplos investimentos, viabiliza

o aprimoramento e o desenvolvimento de novas aplicações ao serviço dos clientes, bem como a evolução dos recursos e ferramentas disponibilizados aos seus agentes. Com a digitalização e automação dos processos internos ao longo de toda a cadeia de valor, muitas tarefas administrativas são agilizadas, concedendo aos agentes uma maior capacidade de investimento temporal na sua maior mais-valia: a relação com cada cliente.

A distribuição dos produtos e serviços do Grupo segue uma abordagem omnicanal, que se distingue pela coordenação e colaboração entre todos os canais. Deste modo, a Fidelidade procura melhorar significativamente a experiência dos seus clientes através do estabelecimento de relações mais próximas e eficientes.

Os canais presenciais têm um maior foco na venda aconselhada de produtos complexos, no acompanhamento dos clientes ao longo de toda a sua vida e nos contactos proativos para ativar referências e/ou pontos de interesse de acordo com os modelos de propensão para potenciar a venda cruzada (cross-selling). Os canais digitais e o Contact Center, por sua vez, são focados na conveniência e rapidez do serviço, permitindo a manutenção de um atendimento de proximidade, mesmo que à distância.



“PERTO DE MIM”

Espaços versáteis e multifacetados criados pela Fidelidade Angola com o propósito de estreitar a relação com os segurados de saúde. Nestes espaços, que têm a particularidade de serem facilmente realocados geograficamente, é proporcionado atendimento médico híbrido (presencial ou por teleconsulta) e facilitada a gestão de processos administrativos para clientes que assinam online. Também as equipas de vendas localizadas nas proximidades são apoiadas nestes locais.

O primeiro “Perto de Mim” foi inaugurado no final de 2023, na zona de Miramar (Rua de Timor), em Luanda. Atualmente encontram-se mais dois em fase de implementação, com abertura prevista para o primeiro semestre de 2024.

Para chegar a cada pessoa, antecipando as suas necessidades e respondendo de forma imediata, a Fidelidade recorre aos amplos recursos que a evolução tecnológica e o crescimento da Inteligência Artificial colocam ao seu dispor.

SIMPLIFIED AUTOMATED RISK ASSESSMENT: QUESTIONÁRIO SARA

Para os produtos individuais, quer na Multicare, quer no ramo Vida Risco, o questionário clínico dinâmico SARA, realizado no âmbito do processo de subscrição, passou a ser preenchido e submetido na área de cliente MyFidelidade. Este questionário recorre a Inteligência Artificial e avalia, autonomamente, o risco do cliente para os perfis e produtos definidos pelo segurador. Deste modo, clientes com baixo risco clínico obtêm uma aceitação automática.

Adicionalmente, na Multicare foram implementados automatismos de comunicação internos e com os prestadores médicos para agendamento de exames, o que gera eficiência e melhorias dos SLA (Service-Level Agreement).

TELEMEDICINA

Continua o investimento na plataforma de telemedicina. Em 2023 o foco centrou-se no desenvolvimento do novo website e na criação de um portefólio de serviços para a saúde da mulher (ambos a lançar no início de 2024). A Multicare disponibilizou, ainda, a especialidade de medicina física e reabilitação e reforçou a comunicação sobre o Médico de Família Online, a consulta de psicologia e o programa “Põe-te em Forma”.

180.000 consultas médicas realizadas (+5% face a 2022)

SPEECHBOT

Em 2023 foram desenvolvidos importantes esforços na automação do processo de assistência automóvel, em particular na melhoria da eficácia do *speechbot* e na atualização das configurações da *app* Fidelidade Assistance para que esteja disponível para todas as versões de telemóveis.

Deste modo, o Grupo Fidelidade pretende automatizar totalmente os processos de assistência automóvel, de faturação e o pagamento a prestadores, otimizando tempo e recursos.

58,9% de eficácia do *speechbot*

55,6% do total de processos abertos via telefone (exclui *app*) foram executadas através do *speechbot*

40% das aberturas de processos de assistência automóvel foram realizadas através da *app* e do *speechbot*

APP AUTODIGITAL

A *app* AutoDigital da Ok! Seguros é amplamente reconhecida pela inovação tecnológica e pelo valor acrescentado que traz aos clientes enquanto serviço prestado.

Entre as funcionalidades mais relevantes, destacam-se a *vistoria* digital em detrimento da *vistoria* realizada numa oficina recomendada, no âmbito da contratação de um seguro auto com coberturas de danos próprios.

Consciente deste sucesso, a empresa tem apostado no desenvolvimento contínuo da *app* AutoDigital e no seu alargamento a novas geografias como Moçambique e Cabo Verde.

74% dos clientes da ok! seguros optam pela *vistoria* digital

REBRANDING DA OK! SEGUROS

A marca Ok! passou, em 2023, por um processo de *rebranding*, que teve como objetivo principal o reforço da liderança da marca no segmento das seguradoras diretas. Assumiu-se um posicionamento mais simples, mais digital e de maior proximidade para com os seus clientes, através da apresentação de um novo *naming* e de uma nova identidade visual, que honra o seu passado cromático e evoluiu para uma proposta mais eclética, moderna e digital.



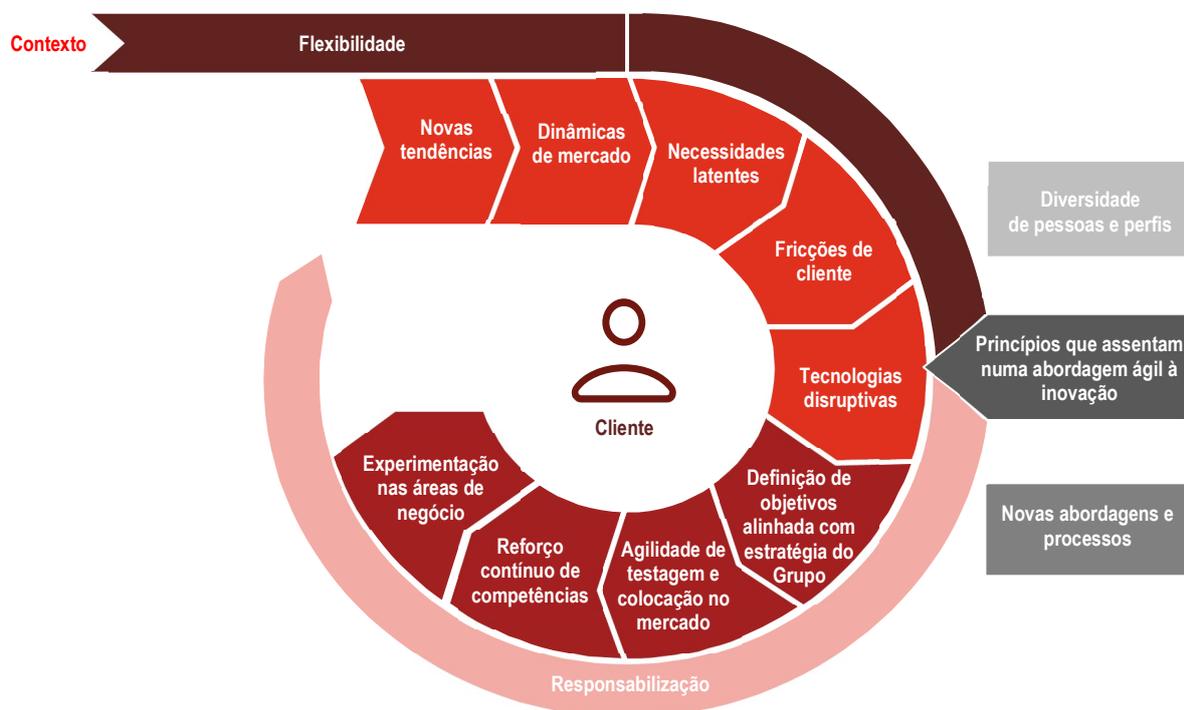
Como resultado deste processo, também as suas plataformas digitais foram renovadas. O novo *website* aposta na conveniência do melhor e mais próximo serviço *self-service*, de forma mais simples, transparente e imediata, dando resposta imediata às dúvidas e necessidades do cliente. Também a imagem e a *user experience* da área de cliente, da *app* Ok! Seguros e dos simuladores online foram renovados.

INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

A inovação desempenha um papel fundamental na capacidade de crescimento e resiliência das organizações, permitindo dar resposta, de forma célere, transformacional e por vezes disruptiva, aos atuais desafios de mercado. É um importante fator de competitividade a que a Fidelidade tem conferido uma especial relevância, apostando cada vez mais na pesquisa e no desenvolvimento de novas propostas de valor, produtos e serviços, novas formas de trabalhar e abordar não só os desafios, como novos espaços de mercado. A inovação tem ainda desempenhado um papel fundamental na melhoria de processos internos, que permitem uma maior eficiência de recursos, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

Para a Fidelidade, a inovação é sinónimo de criação de valor. Para o efeito, suporta o seu modelo operacional e de negócio numa estrutura digital composta por diversas plataformas e soluções empresariais, alinhada com as melhores práticas do mercado e assente em modelos de infraestrutura híbrida com ciclos contínuos de modernização tecnológica, de forma a garantir uma eficácia e uma relevância de mercado constantes. Os últimos anos têm sido de aposta crescente na combinação entre automação e modelos de inteligência, otimizando processos operacionais e de negócio, com melhorias ao nível da gestão interna e do atendimento ao cliente, nos diferentes canais, melhorando a sua experiência no acesso a produtos, serviços e solicitações.

Modelo de Inovação



No decorrer de 2023 foram empreendidas e/ou reforçadas diversas ações para implementar e desenvolver modelos e novas propostas de valor, focados na melhoria da experiência de clientes e parceiros alavancando fortemente na digitalização de modo a garantir a integração digital dos diversos canais com os processos de *front*, *middle* e *backoffice*.

	<p>MyFidelidade – Em 2023, a Fidelidade apostou na extensão da área de cliente com acesso a seguros, documentação digital e outras funcionalidades</p>		<p>RADAR – Modelo de identificação e análise de tendências inovadoras em seis espaços estratégicos (<i>Health & Well-being, Mobility, Home, Finance & Wealth, Longevity e Insurance</i>): 146 tendências identificadas e mais de 1.000 consultas</p>
<p>SUCURSAL DA FIDELIDADE EM FRANÇA</p>	<p>Deu-se início ao desenvolvimento da área cliente MyFidelidade que permitirá aos clientes ter visibilidade sobre as informações relativas aos seus contratos</p>		<p>Protechtig – Programa de inovação aberta e de aceleração de <i>start-ups</i> que visa incentivar os empreendedores a atuar no âmbito de <i>Insurtech</i> e <i>Healthtech</i>: 259 candidaturas (crescimento de 70% face a 2022)</p>
<p>FIDELIDADE ÍMPAR</p>	<p>Foi concluída a plataforma MyFidelidadeMoz para gestão dos seguros e a componente de participação de sinistros</p>		<p>XLab – Programa interno que promove uma cultura de inovação e estimula a mudança e o espírito empreendedor: mais de 100 candidaturas, participação de 25 áreas, ideias inovadoras das quais três estão em fase de implementação</p>
<p>GARANTIA</p>	<p>Foi desenvolvida a app MyGarantia para empresas no quadro da estratégia de transformação digital</p>		

Inovação em recursos

Para a Fidelidade, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, a promoção de uma cultura interna de criatividade e a otimização de soluções já existentes constituem peças fundamentais para a obtenção de uma maior eficiência de recursos nas diversas áreas do Grupo.

Nesse sentido, e considerando a crescente complexidade dos recursos tecnológicos e o aumento dos custos no mercado, foi criada uma divisão dedicada à gestão de contratos e FinOps. Em sintonia com as áreas técnicas, esta divisão concentra-se na melhoria dos procedimentos existentes para solicitação, aprovação e controlo de recursos em três áreas principais: comunicações, cloud e contratos geridos por baselines.

Foram introduzidas soluções de virtualização de postos de trabalho, eliminando a necessidade de fornecer dispositivos adicionais a terceiros (outsourcing) e intermediários, permitindo o uso dos equipamentos que já estão à sua disposição (BYOD). No âmbito da gestão de data centres, a eficiência energética foi um dos principais critérios para a escolha do novo Centro de Recuperação de Desastres (DR), tendo sido selecionado o candidato com um Power Usage Effectiveness (PUE) de 1,25, o mais eficiente em Portugal.

Estas medidas foram integradas num plano de ação mais alargado que conta com:

- Revisão de condições e tarifários relativos a comunicações fixas e SMS, assim como a descontinuação de números de valor acrescentado, em alinhamento com as respetivas áreas de negócio;
- Revisão de condições técnicas e financeiras nos contratos de comunicações de dados;
- Revisão de políticas de atribuição e gestão do ciclo de vida dos equipamentos e acessórios do posto de trabalho;
- Controlo do crescimento de consumos de *cloud*, alinhados com as reais necessidades do negócio, através de um processo de estimativa de custos, aprovação e monitorização de consumos.

Se, por um lado, o alinhamento entre as oportunidades de melhoria identificadas e as necessidades do negócio e da gestão das pessoas acarreta alguns desafios, por outro permite trabalhar os processos de forma a garantir agilidade e produtividade, adicionando os controlos e a monitorização adequados.



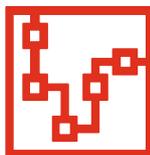
Cloud

Em 2023 iniciou-se a elaboração de uma estratégia de adoção da tecnologia em *cloud* com impactos muito positivos, como a simplificação das arquiteturas tecnológicas, a disponibilidade de recursos computacionais, a automação e a aceleração de processos, e a capacidade de desenvolver e integrar novos modelos com base em componentes e serviços de *cloud*.

A reformulação das soluções durante a transição para a *cloud* apresenta oportunidades para a otimização, que envolve uma análise minuciosa de todos os recursos, avaliando a sua continuidade e âmbito de aplicação (catálogo aplicacional), bem como o aprimoramento das características computacionais.

Esta jornada conta com alguns riscos, como lock-in dos fornecedores de *cloud*, o que poderá significar um aumento dos custos e alguma perda de flexibilidade na adoção de serviços e na soberania dos dados, sendo necessário garantir a independência do fornecedor de *cloud* sobre a localização e o acesso aos dados. Para a Fidelidade, a definição e

implementação de mecanismos e processos de mitigação destes riscos é, por isso, de grande relevância, exigindo uma gestão minuciosa do processo de adoção dos modelos cloud.



DevSecOps

A iniciativa *DevSecOps*, centrada em desenvolvimento, segurança e operações, foi ampliada e fortalecida ao longo de 2023 com o objetivo de agilizar todo o ciclo de desenvolvimento, garantindo processos automáticos para a promoção de código até à produção, o que implicou a realização de validações e testes automáticos para assegurar a qualidade e a resiliência do código desenvolvido. A extensão destes mecanismos à nova infraestrutura multicompanhia de desenvolvimento em tecnologia OutSystems foi disso um claro exemplo.

Novas ventures e capital de risco

Atenta à necessidade de antever as tendências do futuro e desenvolver soluções que respondam às expectativas atuais e futuras do consumidor, a Fidelidade criou o Center for Transformation (CfT) com o objetivo de identificar, desenvolver e implementar novas ideias, ainda mais disruptivas e com uma forte proposta de valor associada. O CfT tem seguido uma abordagem assente em três pilares fundamentais – inovação aberta; criação de corporate ventures (novos negócios) e apoio ao ecossistema empreendedor através de venture capital.

NOVAS VENTURES

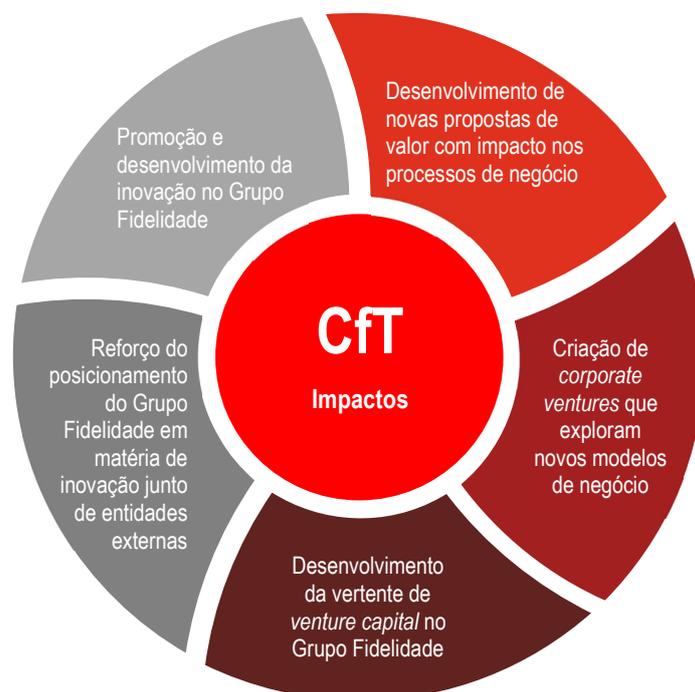
Uma missão associada a uma cadeia de valor que se inicia na análise de tendências, identificação e seleção de oportunidades a serem exploradas pelo Grupo no espaço segurador (e.g. *embedded insurance*) e no espaço beyond insurance (e.g. modelo de relação, comunidade e consumo em Web 3), passando pela criação de propostas de valor, prototipagem, pilotos em condições reais de mercado até à criação, lançamento e escala de novas ventures em mercado. Todo o ciclo de desenvolvimento envolve os principais agentes, como as áreas de negócio e colaboradores (e.g. em programas de novação Interna), *start-ups* (e.g. no programa de Inovação aberta Protechtig) e todo o ecossistema relevante (e.g. alavancando a iniciativa estratégica de venture capital com acesso a investidores, experts, empreendedores, novas soluções e abordagens de *go-to-market*).

CAPITAL VENTURES

Desde 2022 que o Grupo decidiu fazer uma aposta estratégica em Venture Capital (VC), tendo adotado o modelo de *anchor LP* (investidor de relevância) em dois fundos de VC geridos pela Shilling e pelo Big Start Ventures. Ambos enfocam a sua tese de investimento primeiramente em *start-ups* B2B, em estágios de maturidade embrionária – em termos de ronda de investimento de *pre-seed* a série A, com elevado potencial de escalabilidade, estando atentas tanto a *start-ups* com ADN português como internacional. Em termos setoriais, a Shilling é agnóstica e o Big Start Ventures focado sobretudo em *Insurtech*.

A aposta estratégica do Grupo tem sido bem-sucedida para ambas as partes desde o seu início: por um lado o Grupo tem conseguido acesso facilitado a novos modelos de negócio, soluções, abordagens a mercado, inovações, talento e *experts* obtendo um grande conhecimento nas diversas dimensões; por outro, para os fundos de VC e o seu portefólio têm conseguido acesso a validações, oportunidades de negócio, acesso a *experts* setoriais, entre outros.

Esta atuação tem procurado sempre envolver as diversas áreas de negócio e suporte do Grupo, que têm sido chamadas e com grande adesão a participar desde o início. É uma aposta que continuará a evoluir e ganhar maior expressão no futuro.



Este modelo de inovação apresenta importantes riscos e oportunidades em três áreas centrais:

- Recursos e estrutura organizacional: equilibrar as abordagens distintas por parte das várias unidades do Grupo para atender às especificidades das iniciativas de inovação (formação orientada à inovação e empreendedorismo, enquadramento legal das *ventures*, agilidade na adoção de soluções, flexibilidade na criação de marcas, processos operacionais dedicados, rapidez e flexibilidade no desenvolvimento de soluções);
- Gestão de projetos: acompanhar as iniciativas num modelo *corporate* mais orientado à atividade core do Grupo, o que exige um alinhamento e adaptabilidade para assegurar que, por um lado, se exploram oportunidades menos tradicionais, e, por outro, se assegura que não se perpetuam iniciativas sem tração no mercado;
- Estatutário e fiscal: alinhar as especificidades do perímetro de um CAE segurador com as novas áreas que se pretendem explorar e desenvolver, bem como assegurar a capacidade de participação em consórcios nacionais e internacionais de inovação ao abrigo de programas nacionais e europeus dedicados a esta prática.

No âmbito do CfT, destacam-se três *ventures* – FIXO, Just in Case e SOFIA – que permitem identificar e gerir impactos, riscos e oportunidades relacionadas com a eficiência de recursos, sobretudo numa ótica de otimização do tempo despendido pelos recursos humanos na prestação de serviços.



Plataforma digital com mais de 75 serviços domésticos que oferece estimativas de preço, agendamento de serviços, pagamento e avaliação. É suportada numa rede de profissionais qualificados e numa equipa operacional que garante a qualidade e suporte contínuo ao cliente.

Impactos

Excelência na gestão e no acompanhamento dos clientes, alcançada através da digitalização do processo de agendamento e da contratação de serviços online em menos de dois minutos

Melhoria na gestão e no acompanhamento dos prestadores, conseguida através da centralização e digitalização das interações com impacto ao longo de todo o processo

Eficiência nas atividades da equipa operacional, conseguida através da centralização e digitalização da informação e da alarmística relacionada com os serviços, permitindo um acompanhamento e assegurando a qualidade ao longo de todos os momentos

Riscos e oportunidade

Capacidade de desenvolvimento do produto ao ritmo das exigências do consumidor e mercado, bem como da ambição do Grupo Fidelidade, num setor altamente competitivo e em constante evolução.

Evolução da proposta de valor para prestadores, com maior foco no reforço da relação, eficiência e melhoria da prestação do serviço

Melhoria contínua de processos que asseguram a escalabilidade do negócio



Plataforma de seguros *on-demand*, que assegura uma experiência integrada, através de um único canal totalmente digital, direcionada a oferta, segmentos e experiências emergentes.

Impactos

Plataforma de testagem do conceito *on-demand* e posicionamento do Grupo em contextos de mercado disruptivos para o setor segurador

Abordagem a segmentos de clientes novos e emergentes e reforço de segmentos relevantes (e.g., jovens, nómadas digitais)

Capacidade de digitalização da oferta *end-to-end* e subscrição on-line

Agregação de valor à oferta tradicional de seguro, explorando *features* e experiências contextuais

Melhoria da capacidade de integração em jornadas de parceiros, aumentando a presença e minimizando custos de aquisição

Desenvolvimento e agilização das capacidades de modularização da oferta do Grupo

Riscos e oportunidade

Posicionamento em mercados sofisticados, e em constante e acelerada transformação / adaptação

Elevada competitividade na ocupação de novas posições de orquestração da oferta na cadeia de valor do setor segurador

Capacidade de adaptação e evolução do produto seguro de forma a maximizar o potencial na abordagem ao mercado através de presenças contextuais (e.g., segmentos internacionais, pluri-produto)

Capacidade de abordagem a parceiros com soluções verdadeiramente modulares e personalizáveis

Sofia.pt

Serviços para 60+
numa plataforma

Plataforma digital direcionada ao segmento sénior e sua rede, que disponibiliza um portefólio holístico de serviços assente numa relação de proximidade e acompanhamento constante, através dos *relationship managers*

Impactos

Curadoria e desenvolvimento de uma oferta holística para o ciclo de vida a partir da reforma

Conhecimento profundo sobre o segmento de mercado sénior bem como de toda a sua rede associada

Digitalização de todo o processo envolvido na prestação de serviços

Melhoria da eficiência operacional, através de um Target Operating Model ("TOM") adequado à proposta de valor e especificidades do segmento

Atendimento personalizado que combina ferramentas de gestão de cliente e operações com uma assistente dedicada a cada situação

Riscos e oportunidades

Posicionamento num mercado em que há uma crescente pressão da procura num contexto em que a oferta ainda é fragmentada, especializada e pouco sofisticada

Orquestração de parceiros para prestação de um portefólio alargado de serviços com uma abordagem e entrega de excelência

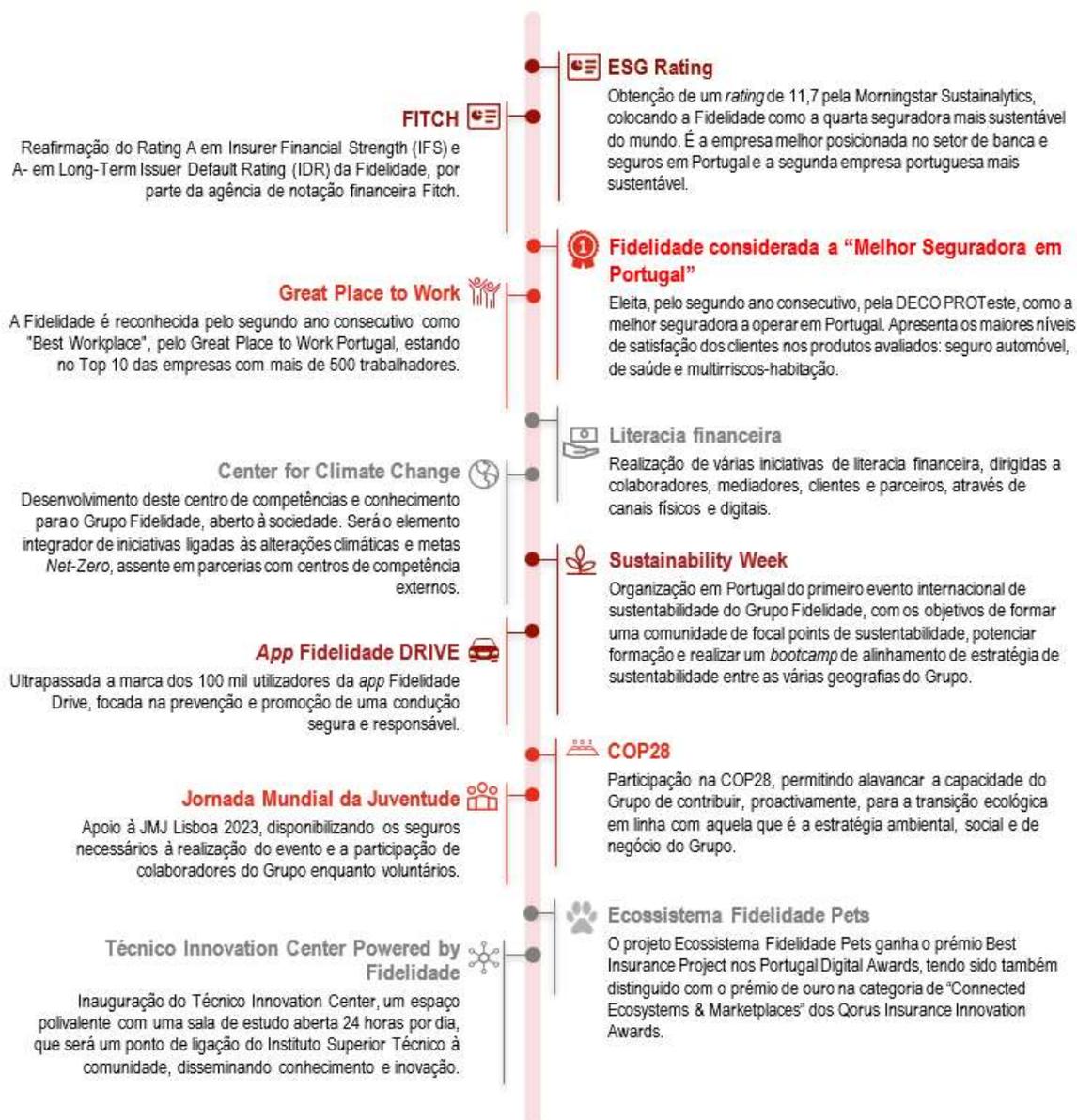
Complexidade advinda do quadro legal, considerando todos os setores de atividade do portefólio de serviços disponibilizados, num cenário em que se pretende uma uniformização da experiência do cliente e nos processos de suporte

Evolução da agilidade, autonomia, capacidade de decisão e alocação eficaz de recursos críticos para assegurar a venture

A.1.7. Síntese de acontecimentos 2023

A Longevidade ocupa um lugar central na estratégia global da Fidelidade. Em 2023, e fruto desse posicionamento, o Grupo apostou em soluções inovadoras que ajudam a fomentar a saúde e estilos de vida saudáveis, a autonomia e resiliência financeira e reforçam o compromisso com a sociedade e o planeta. Essa aposta foi reconhecida de diversas formas aumentando ainda mais compromisso com a "Longevidade para todas as idades".

Alguns marcos relevantes



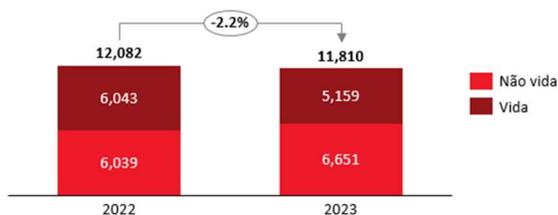


A.2. Desempenho da subscrição

A.2.1. Enquadramento do setor segurador

Evolução do mercado segurador português

Em 2023, o mercado segurador português registou um valor total de prémios brutos de 11,8 mil milhões de euros, um decréscimo de 2,2% face a 2022, refletindo a evolução do segmento Vida (-14,6% para 5,2 mil milhões de euros) decorrente do contexto económico antes referido. Por outro lado, o segmento Não-Vida continuou a sua trajetória de crescimento tendo registado um montante de prémios de 6,7 mil milhões de euros, mais 10,1% do que em 2022.



Unidade: milhões de euros
Fonte: ASF

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, à componente de Vida Financeiro, em particular ao nível da comercialização dos produtos *unit-linked*. Apesar do aumento de taxas de juro, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros impactou negativamente esta tipologia de produtos financeiros, tal como já se tinha verificado em 2022.

Por sua vez, a produção do segmento Não-Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparada com o ano anterior, maioritariamente fruto do crescimento económico real e do contexto inflacionista.

Neste segmento importa destacar a evolução positiva registada no ramo Saúde (+16,7%), numa altura que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como segundo maior ramo do segmento Não-Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.349 milhões de euros.

Não-Vida: Prémios Brutos

	Prémios Brutos		
	2022	2023	Var
Não-Vida	6.039	6.651	10,1%
Automóvel	1.966	2.098	6,7%
Saúde	1.156	1.349	16,7%
Incêndio e Outros Danos	1.074	1.181	9,9%
Acidentes de Trabalho	1.027	1.140	11,0%
Outros	816	882	8,1%

Unidade: milhões de euros; Fonte: ASF

Evolução do mercado segurador na América Latina

Nos mercados da América Latina onde o Grupo Fidelidade está presente – em especial Peru, Bolívia e Chile –, o segmento Não-Vida manteve a tendência de crescimento da produção, verificando-se uma aceleração no crescimento em 2023 no mercado peruano.

Não-Vida: Prémios Brutos

País	Prémios Brutos	
	2022	2023
Perú	0,4%	7,6%
Chile	22,0%	4,4%
Bolívia	11,7%	5,6%

Unidade: % taxa de variação

Fonte: Entidades reguladoras locais com informação atualizada a novembro e dezembro de 2023 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados pela AACH (Asociación de Aseguradores de Chile A.G.)

Também a produção do segmento Vida manteve, em 2023, um nível de crescimento muito elevado, refletindo a forte dinâmica comercial dos produtos de anuidades (sobrevivência e velhice).

Vida: Prémios Brutos

País	Prémios brutos	
	2022	2023
Perú	5,7%	7,4%
Chile	35,3%	21,9%
Bolívia	17,6%	5,4%

Unidade: % taxa de variação

Fonte: Entidades Reguladoras Locais com informação atualizada a novembro e dezembro de 2023 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados por AACH

Evolução do mercado segurador em África

No que diz respeito ao mercado africano, Angola manteve a tendência de crescimento da produção, verificando-se, um aumento de cerca de 17%² em 2023 face a 2022, justificado sobretudo pelo crescimento do segmento Vida, que registou um aumento de 101%. Adicionalmente, o segmento Não-Vida registou um aumento de 9% face a 2022.

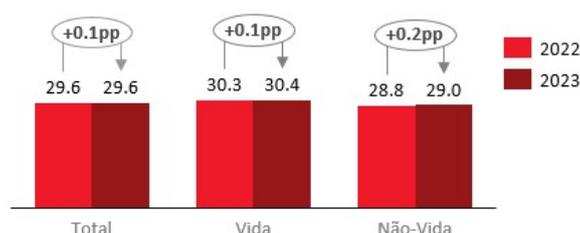
Por outro lado, Moçambique registou uma diminuição da produção em 2023 (-2%³ face a 2022) explicada por uma diminuição na produção do negócio Não-Vida, em cerca de -2%. O segmento Vida, por sua vez, registou um aumento de cerca de 1% face a 2022.

A.2.2. Desempenho da Fidelidade

POSICIONAMENTO DO GRUPO FIDELIDADE NO MERCADO PORTUGUÊS

Em 2023, o Grupo Fidelidade manteve a sua posição de líder no mercado português, registando uma quota de mercado global de 29,6%, que correspondeu a um aumento de +0,1 p.p. face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, o contributo do segmento Não-Vida.

Quota de Mercado Total, Vida e Não-Vida (Unidade: %; Fonte: ASF)

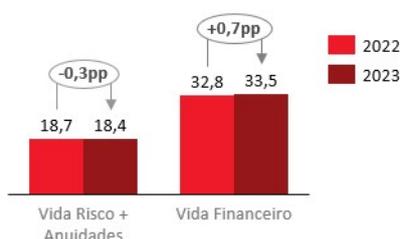


No segmento Vida, apesar do decréscimo no montante de prémios, o Grupo Fidelidade reforçou a sua quota de mercado em 0,1 p.p. face a 2022, refletindo a performance comercial ao nível dos produtos financeiros, em especial por via do crescimento dos produtos de capital garantido, que cresceram 88,8% face a 2022, beneficiando do novo contexto de taxas de juro.

² Fonte: ASAN (Associação de Seguradoras de Angola), novembro 2023

³ Fonte: Relatório Principais Indicadores Trimestrais (II Trimestre 2023) e Relatório Principais Indicadores Trimestrais (IV Trimestre 2022) - ISSM (Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique)

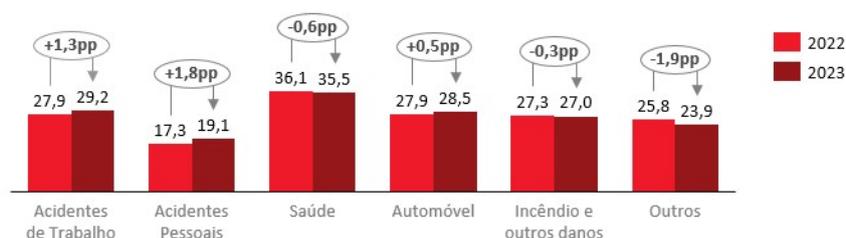
Quota de Mercado segmentos ramo Vida (Unidade: %; Fonte: ASF)



Também no segmento Não-Vida a Fidelidade aumentou a sua quota de mercado em 0,2 p.p. face a 2022, refletindo o reforço do posicionamento nas linhas Acidentes de Trabalho, Automóvel e Acidentes Pessoais:

- Nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel registou-se um aumento de quota de mercado em 1,3 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente, refletindo uma forte dinâmica comercial;
- Também no ramo Acidentes Pessoais verificou-se um aumento da quota de mercado em 1,8 p.p., refletindo um forte aumento de prémios face ao ano anterior e acima da média de mercado;
- Os ramos Saúde e Incêndio e Outros Danos apresentam um decréscimo de quota de mercado face a 2022, refletindo, essencialmente, o reforço da política criteriosa de subscrição de riscos com maior enfoque na rentabilidade destas linhas de negócio.

Quota de Mercado segmentos ramo Não-Vida (Unidade: %; Fonte: ASF)



POSICIONAMENTO DO GRUPO FIDELIDADE NO MERCADO INTERNACIONAL

América Latina

Em relação ao posicionamento no mercado segurador da América Latina, o Grupo Fidelidade consolidou a sua posição em 2023⁴:

- **Perú:** 4.^a posição, tendo o Grupo La Positiva alcançado uma quota de mercado de 13,2%⁵, quota esta superior à do ano anterior. Ao nível dos ramos Não-Vida, a La Positiva Seguros detém também a 4.^a posição, com uma quota de mercado de 14,5%. No mercado Vida, a La Positiva Vida alcançou a 3.^a posição, com uma quota de mercado de 12,1%;
- **Bolívia:** 1.^a posição, com uma quota de mercado de 19,2% no negócio Não-Vida, e 2.^a posição no negócio Vida, com 18,7% de quota de mercado;
- **Chile:** 13.^a posição com uma quota de mercado de 2,4%;
- **Paraguai:** 8.^a posição com uma quota de mercado de 4,1%.

⁴ Fonte: Peru: SBS novembro 2023; Bolívia: APS dezembro 2023; Chile: CMF, setembro 2023; Paraguai: BCP, Banco Central do Paraguai, setembro 2023.

⁵ Inclui La Positiva Seguros e La Positiva Vida.

África

O Grupo Fidelidade consolidou também a sua posição em África. Em Moçambique, a Fidelidade alcançou a 3.^a posição no ranking do mercado segurador, com uma quota de mercado de 15,1%⁶. Em Angola atingiu uma quota de mercado de 12,4%, alcançando a 3.^a posição no ranking⁷.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

GANHOS E PERDAS – PRINCIPAIS INDICADORES

<i>Unidades: milhões de euros</i>	2023	2022	Var. 23/22
Resumo D. RESULTADOS			
Prémios emitidos	5.206,9	5.118,1	1,7%
Vida	2.305,4	2.492,0	-7,5%
Não-Vida	2.901,5	2.626,1	10,5%
Rácio combinado Não-Vida	93,8%	98,8%	-5,0 p.p.
Yield de investimento ¹	2,7%	2,0%	0,7 p.p.
Resultado dos contratos de seguro	261,6	181,3	44,3%
Comissões provenientes de contratos de investimento	143,7	114,4	25,6%
Resultado de investimento ²	217,7	218,0	-0,1%
Resultado não operacional	-344,8	-235,8	46,2%
Resultado antes de impostos e Interesses minoritários	278,2	277,9	0,1%
Impostos e Interesses minoritários	-97,9	-102,1	-4,2%
Resultado Líquido	180,3	175,8	2,6%

1. Exclui produtos Unit-linked e imóveis de uso próprio; 2. Inclui o resultado da componente financeira dos contratos de seguro

Apesar de um contexto desafiante, o Grupo Fidelidade alcançou em 2023 um volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 5.206,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 1,7% face ao ano anterior.

O rácio combinado em 2023 foi de 93,8%, uma diminuição de -5,0 p.p. face ao ano anterior, refletindo a redução de sinistralidade em algumas linhas de negócio Não Vida, nomeadamente em Acidentes de Trabalho e Incêndio e Outros Danos, e o aumento dos níveis de eficiência com reflexo nos custos alocados aos ramos.

Por sua vez, o resultado dos contratos de seguro evoluiu favoravelmente para 261,6 milhões de euros, um aumento de 44% face a 2022 motivado pelo aumento dos réditos de contratos de seguro e pela redução do rácio combinado.

As comissões provenientes da gestão de contratos de investimento atingiram 143,7 milhões de euros, um aumento de 26% face a 2022 em linha com a estratégia definida para os produtos de Vida Financeiro.

Por sua vez, o resultado de investimentos registou um valor de 217,7 milhões de euros, semelhante ao ano anterior dado que o efeito do aumento das taxas garantidas a clientes dos produtos Vida, em linha com a evolução das taxas de juro, foi compensada por um aumento dos proveitos de investimentos.

⁶ Fonte: Relatório Principais Indicadores Trimestrais (II Trimestre 2023) - ISSM (Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique).

⁷ Fonte: Associação de Seguradoras de Angola, novembro 2023.

O resultado não operacional e gastos não atribuíveis evidenciou um agravamento para -344,8 milhões de euros, refletindo o facto de este resultado em 2022 ter beneficiado por eventos não recorrentes.

Em consequência das evoluções acima indicadas, e em particular do resultado dos contratos de seguro, o resultado líquido registou um aumento de 2,6% face a 2022, para 180,3 milhões de euros.

Prémios emitidos

Prémios consolidados

<i>Unidades: milhões de euros</i>	2023	% Mix	2022	% Mix	Var. 23/22
Prémios emitidos					
Vida¹	2.305,4	44,3%	2.492,0	48,7%	-7,5%
<i>Risco e Anuidades</i>	527,6	22,9%	522,8	21,0%	0,9%
<i>Vida Financeiro</i>	1.777,8	77,1%	1.969,1	79,0%	-9,7%
Não-Vida	2.901,5	55,7%	2.626,1	51,3%	10,5%
<i>Automóvel</i>	812,9	28,0%	747,7	28,5%	8,7%
<i>Saúde</i>	609,2	21,0%	541,7	20,6%	12,5%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	632,5	21,8%	560,2	21,3%	12,9%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	441,9	15,2%	375,5	14,3%	17,7%
<i>Outros Não-Vida</i>	405,1	14,0%	401,0	15,3%	1,0%
TOTAL	5.206,9	100,0%	5.118,1	100,0%	1,7%

Breakdown geográfico

Vida¹	2.305,4	100,0%	2.492,0	100,0%	-7,5%
Portugal	1.567,8	68,0%	1.831,5	73,5%	-14,4%
Internacional	737,6	32,0%	660,5	26,5%	11,7%
Não-Vida	2.901,5	100,0%	2.626,1	100,0%	10,5%
Portugal	1.936,4	66,7%	1.746,4	66,5%	10,9%
Internacional	965,2	33,3%	879,7	33,5%	9,7%
TOTAL	5.206,9	100,0%	5.118,1	100,0%	1,7%
Portugal	3.504,2	67,3%	3.577,9	69,9%	-2,1%
Internacional	1.702,8	32,7%	1.540,2	30,1%	10,6%

1. Inclui entregas relativas a contratos de investimento

O negócio Vida registou uma diminuição de 7,5% face ao ano anterior, para 2.305,4 milhões de euros, refletindo o comportamento dos prémios Vida Financeiro em Portugal, negativamente impactados pelo novo contexto de taxas de juro, que tornou os produtos com menor risco (como, por exemplo, depósitos bancários ou certificados de aforro) mais apelativos enquanto alternativa aos produtos financeiros do negócio segurador.

Por outro lado, o negócio Vida a nível internacional registou um crescimento de 11,7% face ao ano anterior, beneficiando da *performance* das operações internacionais, em especial do grupo The Prosperity Company, que desenvolve a sua atividade em diversos mercados europeus.

No segmento Não-Vida, o Grupo Fidelidade cresceu 10,5% em 2023, para 2.901,5 milhões de euros, com desempenho positivo em todas as linhas de negócio e na maioria das geografias. De salientar, ainda, que em 2023 o negócio internacional representou cerca de um terço (33,3%) do volume total de prémios emitidos Não-Vida.

Prémios em Portugal

<i>Unidades: milhões de euros</i>	2023	% Mix	2022	% Mix	Var. 23/22
Vida	1.567,8	44,7%	1.831,5	51,2%	-14,4%
<i>Risco e Anuidades</i>	195,6	12,5%	197,6	10,8%	-1,0%
<i>Vida Financeiro</i>	1.372,2	87,5%	1.633,9	89,2%	-16,0%
Não-Vida	1.936,4	55,3%	1.746,4	48,8%	10,9%
<i>Automóvel</i>	597,6	30,9%	549,1	31,4%	8,8%
<i>Saúde</i>	479,1	24,7%	417,9	23,9%	14,6%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	324,1	16,7%	298,1	17,1%	8,7%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	333,2	17,2%	286,6	16,4%	16,3%
<i>Outros Não-Vida</i>	202,2	10,4%	194,6	11,1%	3,9%
TOTAL	3.504,2	100,0%	3.577,9	100,0%	-2,1%

Em Portugal, o Grupo Fidelidade registou um desempenho favorável na produção do segmento Não-Vida, crescendo 10,9% face ao ano anterior e acima da média do mercado (10,1%), crescimento para o qual contribuíram a generalidade das linhas de negócio. Esta evolução possibilitou o aumento da quota de mercado Não-Vida em 0,2 p.p. para 29,0%.

Ao nível da atividade Não-Vida, os ramos Acidentes de Trabalho e Saúde foram os que registaram o maior crescimento, tendo a produção total chegado a 333,2 e 479,1 milhões de euros, respetivamente. É também de salientar que a quota de mercado da Fidelidade em Portugal para o ramo Acidentes de Trabalho aumentou 1,3 p.p. para 29,2%.

No negócio Vida em Portugal, a Fidelidade registou uma diminuição de prémios em 14,4% face ao ano anterior, influenciada pela evolução desfavorável dos produtos Vida Financeiro.

Prémios do negócio internacional

<i>Unidades: milhões de euros</i>	2023	% Mix	2022	% Mix	Var. 23/22
Prémios Vida	737,6	43,3%	660,5	42,9%	11,7%
<i>Risco e Anuidades</i>	332,0	45,0%	325,2	49,2%	2,1%
<i>Vida Financeiro</i>	405,6	55,0%	335,3	50,8%	21,0%
Não-Vida	965,2	56,7%	879,7	57,1%	9,7%
<i>Automóvel</i>	215,2	22,3%	198,6	22,6%	8,4%
<i>Saúde</i>	130,1	13,5%	123,8	14,1%	5,1%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	308,4	31,9%	262,1	29,8%	17,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	108,6	11,3%	88,8	10,1%	22,3%
<i>Outros</i>	202,9	21,0%	206,4	23,5%	-1,7%
TOTAL	1.702,8	100,0%	1.540,2	100,0%	10,6%

O montante de prémios com origem no negócio internacional atingiu 1.702,8 milhões de euros em 2023, tendo registado um crescimento de 10,6% face ao ano anterior, que reflete o contributo dos segmentos Vida e Não-Vida.

A atividade Não-Vida cresceu 9,7%, tendo o Peru, o Chile e Espanha, sido as geografias que mais contribuíram para o aumento de 85,4 milhões de euros dos prémios internacionais Não-Vida.

O ramo de Acidentes de Trabalho teve um crescimento muito positivo (22,3%), impulsionado pelo negócio do Grupo Fidelidade no Peru, em Cabo Verde e em Macau. Por seu lado, o ramo Incêndio e Outros Danos registou um crescimento de 17,6%, influenciado pelo negócio do Grupo no Perú e no Chile.

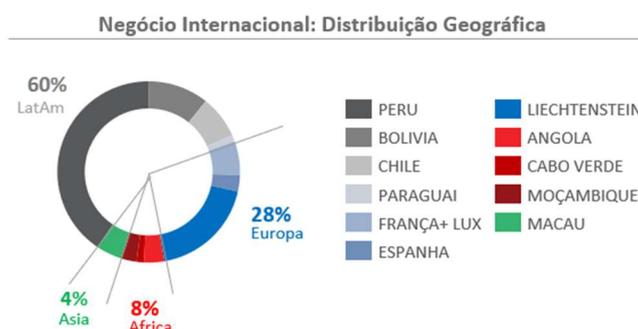
O ramo Vida Risco e Anuidades, que tem um peso importante no negócio da América Latina, registou um crescimento de 2,1%, refletindo essencialmente um aumento verificado nas operações da Bolívia e do Peru.

Por seu lado, o ramo Vida Financeiro registou um crescimento de 21,0%, muito impulsionado pela atividade do grupo The Prosperity Company.

Unidades: milhões de euros

Prémios negócio internacional	2023			2022			Var. 23/22	
	%Vida	%NV	Total	%Vida	%NV	Total	%	
Peru	35%	65%	691,8	34%	66%	597,6	15,8%	
Liechtenstein	100%	0%	319,6	100%	0%	237,6	34,5%	
Bolívia	46%	54%	181,7	49%	51%	214,1	-15,1%	
Chile	0%	100%	130,4	-	100%	101,6	28,4%	
França + Luxemburgo	25%	75%	102,8	39%	61%	121,0	-15,1%	
Macau	71%	29%	76,5	73%	27%	66,1	15,7%	
Angola	5%	95%	61,4	6%	94%	77,2	-20,5%	
Espanha	6%	94%	49,4	7%	93%	45,5	8,6%	
Moçambique	10%	90%	47,9	12%	88%	44,3	8,1%	
Cabo Verde	16%	84%	22,0	15%	85%	19,8	11,4%	
Paraguai	3%	97%	19,2	4%	96%	15,5	23,7%	
TOTAL	43%	57%	1.702,8	43%	57%	1.540,2	10,6%	

Em 2023 a América Latina representou 60% do negócio internacional do Grupo Fidelidade, com o restante a ser distribuído entre Europa (28%), África (8%) e Ásia (4%).



BALANÇO – PRINCIPAIS INDICADORES

<i>Unidades: milhões de euros</i>	2023	2022	Var. 23/22
Resumo Balanço			
Total do ativo	20.282,2	19.992,3	1,5%
Ativos sob gestão	17.364,6	17.081,0	1,7%
Passivos de contratos de seguro e contratos de investimento ²	14.247,5	14.262,9	-0,1%
Margem de serviços contratuais	428,6	442,1	-3,1%
Capital próprio ³	2.672,8	2.543,6	5,1%
ROE	6,9%	6,7%	0,2 p.p.

1. Inclui imóveis de uso próprio; 2. Inclui o valor dos Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento; 3. Não inclui interesses minoritários

No final de 2023 a Fidelidade detinha ativos sob gestão no montante de 17,4 mil milhões de euros, um aumento de 1,7% face a 2022, sendo 22% desse montante relativo a contratos unit-linked. A carteira de investimentos não ligada a produtos unit-linked ascendeu a 13,6 mil milhões de euros, tendo atingido uma rentabilidade média anual de 2,7%.

Ainda neste contexto, em 2023 deu-se continuidade à política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco face ao ambiente de subida de taxas de juro, tendo em consideração a otimização da estrutura de capital no âmbito do regime Solvência II.

Por sua vez, os passivos de contratos de seguro e de contratos de investimento ascenderam, em 2023, a 14,2 mil milhões de euros, tendo evidenciado uma redução de 0,1% face a 2022, refletindo a evolução do ramo Vida.

Adicionalmente, a margem de serviços contratuais atingiu 428,6 milhões de euros em 2023, uma diminuição de 3,1% face ao ano anterior.

O capital próprio, excluindo interesses minoritários, situou-se em 2,7 mil milhões de euros, um valor superior ao ano anterior refletindo maioritariamente o efeito da valorização de ativos financeiros com reflexo na reserva de reavaliação e o resultado líquido do exercício, que mais que compensaram o efeito da distribuição de dividendos no valor de 219,2 milhões de euros. O retorno médio sobre o capital acionista (ROE) foi de 6,9%.

De referir ainda que, em 2021, a Fidelidade emitiu, pela primeira vez, dívida subordinada nos mercados financeiros, permitindo a otimização da sua estrutura de capital. No final de 2023 a dívida subordinada totalizava 503,3 milhões de euros e o rácio de dívida sobre o total de ativos foi de 2,5%.

DESEMPENHO FINANCEIRO INDIVIDUAL⁸

GANHOS E PERDAS – PRINCIPAIS INDICADORES

Unidades: milhões de euros	2023	2022	Var. 23/22
Resumo RESULTADOS			
Prémios emitidos	3.619,6	3.682,1	-1,7%
Vida	1.604,7	1.882,1	-14,7%
Não-Vida	2.014,9	1.800,0	11,9%
Resultado Líquido	83,6	68,1	22,7%

Em termos individuais, a Fidelidade atingiu uma produção total de 3.619,6 milhões de euros em 2023, registando uma diminuição de 1,7% face ao ano anterior, com origem no segmento Vida.

Com efeito, o negócio Vida registou uma produção de 1.604,7 milhões de euros, tendo diminuído 14,7% face a 2022, um comportamento alinhado com a tendência do mercado nacional.

No segmento Não-Vida, a Fidelidade individual cresceu 11,9% em 2023, refletindo o desempenho positivo de todas as linhas de negócio.

Em 2023, a Fidelidade registou um resultado líquido individual de 83,6 milhões de euros, um aumento de 22,7% face ao ano anterior, beneficiando da melhoria do resultado de contratos de seguro e do resultado de investimentos.

BALANÇO – PRINCIPAIS INDICADORES

Unidades: milhões de euros	2023	2022	Var. 23/22
Resumo BALANÇO			
Ativo total	15.202,6	15.424,6	-1,4%
Passivos de contratos de seguros e de contratos de investimento ¹	11.405,2	11.773,6	-3,1%
Capital próprio	2.197,1	2.214,5	-0,8%

1. Inclui o valor dos Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

No final de 2023 a Fidelidade individual contava com um ativo total no valor de 15,2 mil milhões de euros e Passivos de contratos de seguros e de contratos de investimento de 11,4 mil milhões de euros, tendo estas últimas diminuído 3,1% em linha com a evolução verificada nos produtos Vida Financeiro.

O capital próprio ascendeu a 2,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,8% face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a distribuição de dividendos no exercício de 2023.

⁸ As contas individuais da Fidelidade incluem o negócio segurador da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. em Portugal e das suas sucursais em França, Luxemburgo e Espanha.

A.2.3. Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

Nos quadros seguintes decompõem-se os prémios, sinistros e despesas por classe de negócio.

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Vida	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Resseguro do ramo vida	Total	Ano anterior
Prémios emitidos						
Valor bruto	39.338	336.029	1.221.052	8.282	1.604.701	1.882.093
Parte dos resseguradores	1.105	0	21.760	0	22.865	28.890
Líquido	38.233	336.029	1.199.292	8.282	1.581.836	1.853.203
Prémios adquiridos						
Valor bruto	39.259	336.029	1.221.692	8.282	1.605.262	1.881.840
Parte dos resseguradores	1.105	0	21.768	0	22.873	28.898
Líquido	38.154	336.029	1.199.924	8.282	1.582.389	1.852.942
Sinistros ocorridos						
Valor bruto	51.644	154.296	1.933.933	4.156	2.144.029	2.037.489
Parte dos resseguradores	-55	0	7.044	0	6.989	14.314
Líquido	51.699	154.296	1.926.889	4.156	2.137.040	2.023.175
Despesas efetuadas						
Despesas efetuadas	14.597	24.439	98.326	143	137.505	144.405

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Saúde – SLT	Seguros de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro de acidentes e doença	Total	Ano anterior
Prémios emitidos						
Valor bruto	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0	0
Prémios adquiridos						
Valor bruto	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0	0
Sinistros ocorridos						
Valor bruto	0	0	0	0	0	39.178
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0	39.178
Despesas efetuadas						
Líquido	0	0	0	0	0	2.154

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Saúde – NSLT	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Total	Ano anterior
Prémios emitidos					
Valor bruto - Atividade direta	480.196	48.435	332.995	861.626	749.871
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	86	56	497	639	451
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	477.530	17.030	17.351	511.911	444.121
Líquido	2.752	31.461	316.141	350.354	306.201
Prémios adquiridos					
Valor bruto - Atividade direta	464.881	43.292	331.371	839.544	739.471
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	86	56	497	639	451
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	462.171	14.281	17.351	493.803	435.494
Líquido	2.796	29.067	314.517	346.380	304.428
Sinistros ocorridos					
Valor bruto - Atividade direta	352.875	13.099	218.966	584.940	442.407
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	-34	19	-646	-661	569
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	350.166	511	-18	350.659	331.475
Líquido	2.675	12.607	218.338	233.620	111.501
Despesas efetuadas					
Líquido	-3.244	18.411	87.160	102.327	109.461

Classe de negócio Não Vida	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Total	Ano anterior
Prémios emitidos											
Valor bruto - Atividade direta	316.351	241.056	26.044	368.317	82.568	451	7.272	52.894	26.306	1.121.259	1.039.101
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	21.279	639	118	8.723	434	6	0	0	169	31.368	10.578
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	3.374	62	13.849	172.601	40.121	383	5.409	41.403	16.891	294.093	283.656
Líquido	334.256	241.633	12.313	204.439	42.881	74	1.863	11.491	9.584	858.534	766.023
Prémios adquiridos											
Valor bruto - Atividade direta	307.871	230.150	26.208	356.863	95.993	401	6.964	51.078	26.798	1.102.326	1.000.405
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	21.279	638	141	8.841	710	6	0	0	123	31.738	8.666
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	3.374	61	14.409	172.215	55.597	328	5.408	41.433	16.984	309.809	264.899
Líquido	325.776	230.727	11.940	193.489	41.106	79	1.556	9.645	9.937	824.255	744.172
Sinistros ocorridos											
Valor bruto - Atividade direta	246.375	127.882	5.951	176.153	55.019	-54	0	-7	13.039	624.358	485.866
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	16.005	64	-16	13.298	972	11	0	0	0	30.334	6.925
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	4.138	6	1.448	71.742	42.227	-5	0	-3	4.199	123.752	76.099
Líquido	258.242	127.940	4.487	117.709	13.764	-38	0	-4	8.840	530.940	416.692
Despesas efetuadas											
Líquido	106.968	66.667	3.917	84.717	22.213	77	1.425	15.109	1.196	302.289	297.861

A.3. Desempenho dos investimentos

A.3.1. Rendimentos e despesas decorrentes de investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a afetação dos investimentos e outros ativos, a contratos de seguro e outras operações classificadas como contratos de investimento, é a seguinte (valores para efeitos de solvência):

Valores em milhares de euros

Investimentos e outros ativos	Vida	Não Vida	Não afetos	Total	Ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	0	14.495	62.486	76.981	70.904
Imóveis (que não para uso próprio)	0	9.805	1.256	11.061	31.903
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	1.137.262	963.463	1.092.466	3.193.191	2.997.809
Ações - cotadas em bolsa	12.479	297.408	0	309.887	374.852
Ações - não cotadas em bolsa	0	0	1.223	1.223	1.092
Obrigações de dívida pública	1.740.899	38.739	195.837	1.975.475	2.439.393
Obrigações de empresas	3.282.790	767.465	40.543	4.090.798	4.211.843
Títulos de dívida estruturados	181.689	0	0	181.689	166.272
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	265.417	460.235	11.756	737.408	800.971
Derivados	166.343	9.868	8.589	184.800	112.128
Depósitos que não equivalentes a numerário	14.964	8.410	138.405	161.779	140.346
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.847.883	0	0	2.847.883	2.467.147
Empréstimos e hipotecas	0	0	74.273	74.273	34.047
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	202.405	202.405	217.706
Total	9.649.726	2.569.888	1.829.239	14.048.853	14.066.413

Os investimentos constantes do quadro anterior incluem os investimentos afetos aos contratos *unit-linked* que apresentam a seguinte composição:

Valores em milhares de euros

Investimentos afetos aos contratos <i>unit-linked</i>	Total	Ano anterior
Ações listadas em bolsa	25.898	125.099
Obrigações governamentais	376.995	140.223
Obrigações corporativas	1.122.608	966.806
Obrigações estruturadas	48.881	16.855
Obrigações colateralizadas	44.198	35.824
Unidades de participação	1.068.436	967.624
Instrumentos financeiros derivados	115.561	113.398
Depósitos	48.189	103.914
Outros	-2.881	-2.596
Total	2.847.883	2.467.147

No exercício de 2023, os rendimentos decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Dividendos	Juros	Rendas	Total	Ano anterior
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida					
Obrigações de dívida pública	0	74.094	0	74.094	89.485
Obrigações de empresas	0	137.520	0	137.520	128.184
Títulos de fundos próprios	14.129	0	0	14.129	16.202
Organismos de investimento coletivo	8.578	1.875	0	10.453	18.181
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	40	0	40	13
Empréstimos e hipotecas	0	27	0	27	21
Imóveis	0	0	0	0	0
Derivados	0	-12.994	0	-12.994	-13.333
Outros	0	-43	0	-43	162
Subtotal	22.707	200.519	0	223.226	238.915
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida					
Obrigações de dívida pública	0	418	0	418	996
Obrigações de empresas	0	26.491	0	26.491	32.260
Títulos de fundos próprios	25.878	0	0	25.878	26.359
Organismos de investimento coletivo	16.132	1.980	0	18.112	12.619
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	5	0	5	11
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0	2
Imóveis	0	0	3.054	3.054	4.381
Derivados	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	1
Subtotal	42.010	28.894	3.054	73.958	76.629
Investimentos não afetos					
Obrigações de dívida pública	0	5.333	0	5.333	4.581
Obrigações de empresas	0	744	0	744	580
Títulos de fundos próprios	17.687	0	0	17.687	5.679
Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	5.832	0	5.832	1.055
Empréstimos e hipotecas	0	2.101	0	2.101	2.073
Imóveis	0	0	1.955	1.955	2.450
Derivados	0	1	0	1	0
Outros	0	12	0	12	0
Subtotal	17.687	14.023	1.955	33.665	16.418
Total	82.404	243.436	5.009	330.849	331.962

No exercício de 2023, os gastos financeiros decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Gastos de investimentos	Total	Ano anterior
Custos imputados	51.718	23.495
Outros gastos de investimentos	4.221	34.813
Total	55.939	58.307

A.3.2. Informações sobre ganhos e perdas reconhecidos diretamente em capitais próprios

No exercício de 2023, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros, apresentam o seguinte detalhe:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Por contrapartida de		Total	Ano anterior
	Resultados	Capitais próprios		
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida				
Obrigações de dívida pública	-725	10.978	10.253	88.562
Obrigações de empresas	-30.910	65.308	34.398	13.974
Títulos de fundos próprios	11.922	32.226	44.148	55.182
Organismos de investimento coletivo	-3.586	98.937	95.351	-122.894
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	-20
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	14
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	14
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	21
Imóveis	0	0	0	0
Derivados	4.497	-1.167	3.330	-61.333
Outros	-1	0	-1	162
Subtotal	-18.803	206.282	187.479	-26.318
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida				
Obrigações de dívida pública	-1	0	-1	1.025
Obrigações de empresas	-18.610	3	-18.607	67.006
Títulos de fundos próprios	2.155	19.613	21.768	147.524
Organismos de investimento coletivo	-2.419	4.263	1.844	28.118
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	-8
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	-9	-9	79
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0
Imóveis	2.279	-918	1.361	14.342
Derivados	1.509	3.053	4.562	-76.086
Outros	1	0	1	0
Subtotal	-15.086	26.005	10.919	182.000

Investimentos (cont.)	Por contrapartida de		Total	Ano anterior
	Resultados	Capitais próprios		
Investimentos não afetos				
Obrigações de dívida pública	-345	0	-345	4.647
Obrigações de empresas	-158	0	-158	547
Títulos de fundos próprios	4.272	245.070	249.342	-204.337
Organismos de investimento coletivo	4.793	-3.347	1.446	4.525
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	-333	0	-333	-3.890
Empréstimos e hipotecas	1.542	0	1.542	2.103
Imóveis	-3.446	-86	-3.532	2.192
Derivados	9.439	-8.719	720	-11.428
Outros	0	0	0	0
Subtotal	15.764	232.918	248.682	-205.641
Total	-18.125	465.205	447.080	-49.959

A.3.3. Informações sobre investimentos em titularizações

Em 31 de dezembro de 2023, o valor dos investimentos em titularizações é imaterial, pelo que não é incluída qualquer informação neste capítulo.

A.4. Desempenho de outras atividades

Não existem outras atividades desempenhadas pela Companhia com relevância material para efeitos de divulgação no presente relatório.

A.5. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas à atividade e ao desempenho da Companhia.

B. Sistema de Governança

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

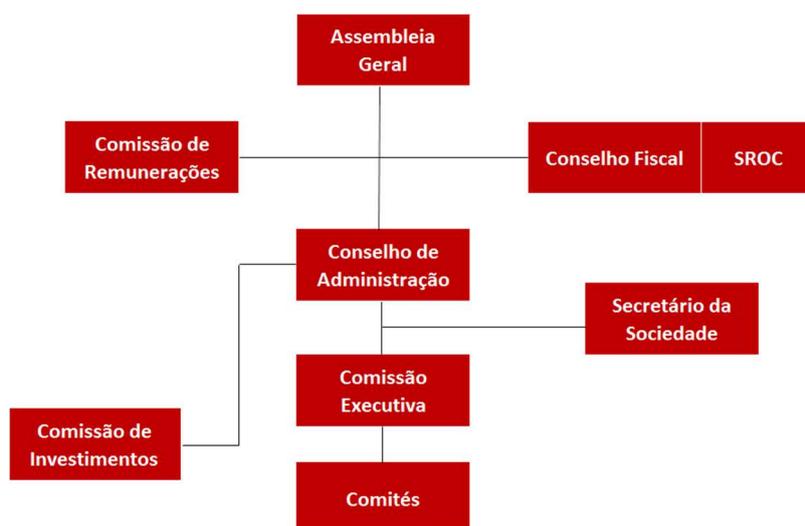
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

B.1.1. Estrutura de governo societário

O governo das sociedades envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, os seus acionistas e outras partes interessadas, através do qual são definidos os objetivos da empresa, bem como a forma de os alcançar e de os monitorizar.

A Companhia adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização que integra um Conselho Fiscal e uma SROC.

O quadro seguinte representa a estrutura de governo societário da Companhia durante o exercício de 2023:



As principais competências dos órgãos que compõem a estrutura de governo societário são as seguintes:

ASSEMBLEIA GERAL

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 3 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, ao Conselho de Administração compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;
- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

COMISSÃO EXECUTIVA

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- Aquisição de serviços;
- Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na Comissão Executiva não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do Conselho de Administração.

COMISSÃO DE INVESTIMENTOS

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a Comissão Executiva reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Cabe à Comissão de Remunerações a fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia.

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações, não tendo havido recurso a serviços prestados neste domínio por consultores externos.

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2023, a Política de Remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes ou representados.

CONSELHO FISCAL E REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2023/2025.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade é um Órgão Social, nomeado pelo Conselho de Administração, que, para além de assegurar as funções legais de Secretário da Sociedade nas empresas do grupo Fidelidade em que existe tal nomeação, coordena o Secretariado da Sociedade, Órgão de Estrutura que, reportando diretamente à Comissão Executiva, assegura a função corporativa societária em todas as empresas do grupo Fidelidade, em Portugal e no estrangeiro.

COMITÉS

Os comités específicos funcionam na base de competências delegadas pela Comissão Executiva, sem prejuízo da posterior ratificação das suas decisões pelo órgão de gestão.

Os comités específicos são, assim, estruturas dependentes da Comissão Executiva, que neles delega competências, constituindo-se como órgãos de decisão intermédia.

Neste sentido, os comités específicos são órgãos deliberativos vocacionados para apreciar e decidir sobre propostas em matérias diversas da gestão corrente.

Para além disto, a competência delegada em cada um dos comités específicos circunscreve-se exclusivamente aos atos de gestão corrente em matérias que sejam da competência dos órgãos de estrutura que integram cada um dos comités, enquanto membros permanentes.

B.1.2. Governação interna

A governação interna é da responsabilidade do órgão de administração executivo e tem como principais preocupações definir os objetivos de negócio da empresa e o seu apetite ao risco, a organização do negócio da empresa, a atribuição das responsabilidades e autoridade, as linhas de reporte e a informação que devem disponibilizar, bem como a organização do sistema de controlo interno.

A Companhia assegura uma adequada segregação de funções e delegação de responsabilidades, através da aprovação, para cada órgão de estrutura, da sua estrutura orgânica e funcional, definindo o seu âmbito e finalidades gerais, o respetivo organograma, principais funções e nomeando os seus responsáveis.

Encontram-se definidos os meios de comunicação interna destinados, quer à transmissão de decisões e deliberações da Comissão Executiva, quer à apresentação de propostas para tomada de decisão, quer ainda à comunicação entre órgãos de estrutura.

Para garantir uma adequada ligação entre o governo societário, personificado na Comissão Executiva, e a estrutura organizativa, que permita assegurar uma maior consistência e operacionalização da gestão executiva da Companhia, são atribuídos pelouros aos membros da Comissão Executiva, ficando assim, cada um deles, responsável pelo acompanhamento de um conjunto de órgãos de estrutura.

B.1.3. Funções-chave

As funções-chave estabelecidas no âmbito daqueles sistemas encontram-se atribuídas aos seguintes órgãos:

Direções	Direção de Gestão de Riscos	Direção de Auditoria	Direção de Compliance
Funções-chave	Função de Gestão de Riscos	Função de Auditoria Interna	Função de Compliance
	Função Atuarial		

Relativamente a estes órgãos, encontram-se definidas as seguintes funções:

B.1.3.1. Função de Gestão de Riscos

- Assegurar o desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões, quer ao nível da Comissão Executiva, quer ao nível dos outros órgãos de decisão;
- Assegurar o desenvolvimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita a identificação, avaliação e monitorização de todos os riscos materiais a que cada empresa de seguros e o grupo estão expostos;
- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;

- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos no grupo segurador, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Diagnosticar e identificar melhorias nos sistemas de gestão do risco operacional e de controlo interno;
- Avaliar e monitorizar os instrumentos de mitigação de risco, nomeadamente o Resseguro;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de subscrição, bem como o risco de crédito dos instrumentos de mitigação desses riscos e preparar informação que suporte a tomada de decisões;
- Elaborar, propor e rever o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e respetivos Planos de Contingência;
- Coordenar a realização do exercício ORSA anual;
- Assegurar que o relatório sobre os mecanismos e procedimentos a adotar especificamente no âmbito da Política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros é elaborado de acordo com o previsto na respetiva política;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Riscos;
- Elaborar, propor e rever ou colaborar na revisão de todas as políticas de gestão de risco específicas para cada categoria de risco material:
 - Colaborar na revisão da Política de Subscrição;
 - Colaborar na revisão da Política de Provisionamento;
 - Colaborar na revisão da Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez;
 - Colaborar na elaboração e revisão da Política de Investimentos;
 - Elaborar, propor e rever a Política de Gestão do Risco Operacional;
 - Colaborar na revisão da Política de Resseguro;
 - Colaborar na proposta e revisão da Política de Gestão de Capital;
 - Colaborar na revisão da Política de Dividendos;
 - Elaborar, propor e rever a Política de autoavaliação do risco e da solvência;
 - Elaborar, propor e rever a Política de Impostos Diferidos;
 - Elaborar, propor e rever a Framework de Apetite ao Risco;
 - Elaborar, propor e rever a Política de Controlo Interno.

B.1.3.2. Função Atuarial

- Monitorizar as Provisões Técnicas registadas contabilisticamente, avaliando o seu grau de prudência;
- Efetuar a avaliação atuarial das carteiras, incluindo o cálculo do justo valor das responsabilidades de natureza técnica;
- Assegurar a consultoria e a assistência técnico-atuarial às entidades e instituições que o solicitem, no âmbito de contratos estabelecidos de prestações de serviços de natureza atuarial, nomeadamente, em matéria de fundos de pensões, planos de benefícios ou quaisquer outros regimes de previdência privada;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;

- Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Supervisionar o cálculo das provisões técnicas sempre que a seguradora não disponha de dados suficientes e com a qualidade necessária à aplicação de um método atuarial fiável e, por esse motivo, se utilizem aproximações;
- Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

B.1.3.3. Função de Auditoria Interna

- Elaborar, implementar e manter um Plano Anual de Auditoria baseado numa análise metódica do risco, abrangendo todas as atividades significativas e o sistema de governação das Seguradoras do Grupo Fidelidade Portugal, incluindo desenvolvimentos previstos em matéria de atividades e inovações;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Desenvolver ações de auditoria fundamentadas numa metodologia própria que, tendo sempre presente a avaliação dos riscos, possa contribuir para determinar a probabilidade da sua ocorrência e o impacto que os mesmos podem acarretar para o Grupo Fidelidade;
- Apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva os relatórios de auditoria efetuados, evidenciando as conclusões obtidas e as recomendações emitidas;
- Elaborar o Relatório Anual de Auditoria, com uma síntese dos principais problemas detetados e das recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria, e proceder à sua apresentação ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização;
- Proceder à análise do grau de implementação das recomendações emitidas;
- Apoiar, quando solicitado pela Comissão Executiva, no apuramento de factos relativos a eventuais infrações disciplinares praticadas por colaboradores e irregularidades praticadas por mediadores ou prestadores de serviços;
- Realizar auditorias *ad hoc* solicitadas pelo Conselho de Administração, pela Comissão Executiva ou por outro Órgão de Estrutura;
- Colaborar com a Auditoria Externa e com o Revisor Oficial de Contas, quando solicitado.

B.1.3.4. Função de *Compliance*

- Propor a estratégia e as políticas em matéria de *Compliance* e assegurar a sua revisão;
- Assegurar o desenvolvimento e manutenção do sistema de gestão de riscos de *Compliance* com uma abordagem baseada na avaliação do risco;
- Manter atualizado, em articulação com as restantes funções-chave, o catálogo de riscos de *Compliance*;
- Assegurar as ações necessárias para a promoção de uma cultura de *Compliance* no seio do Grupo;
- Preparar e propor o Código de Conduta do Grupo Fidelidade, bem como as normas internas que o desenvolvem e concretizam, assegurando a sua divulgação e revisão;
- Preparar e propor a Política de *Compliance*, assegurando a sua revisão, e o Plano anual em matéria de *Compliance*;
- Articular a função de *Compliance* com as restantes funções-chave das empresas de seguros e resseguros do Grupo;

- Contribuir para o desenvolvimento do sistema de *governance* internacional do Grupo.

B.1.4. Comitês

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês:

COMITÉ DE RISCO

Este Comité tem como objetivo fazer recomendações em todos os assuntos relacionados com a Gestão de Risco e com o Controlo Interno, incluindo a revisão de políticas de risco, o enquadramento do apetite ao risco e a monitorização de processos, em apoio à Comissão Executiva.

COMITÉ DE PRODUTOS (VIDA E NÃO VIDA)

O Comité de Produtos tem como principal missão a aprovação e coordenação do lançamento de novos produtos de todas as empresas do Grupo, bem como a atualização e monitorização dos produtos existentes, durante o seu ciclo de vida, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia omnicanal e de criação de valor. Cabe ao Comité assegurar o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco da Companhia definido pela Comissão Executiva e que as várias orientações ao nível de Políticas de Conceção e Aprovação de Produtos, Gestão de Risco, Investimento, Subscrição e Resseguro são respeitadas.

COMITÉ DE GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) tem como principais objetivos supervisionar a situação ativo/ passivo, a carteira de investimentos e os riscos de mercado (nomeadamente o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de liquidez). Tem ainda por objetivo estabelecer a estrutura ótima do balanço patrimonial da Companhia para proporcionar a máxima rentabilidade, limitando o nível de risco possível, assim como monitorizar o desempenho dos investimentos da Companhia em termos de risco e retorno e a implementação da estratégia ALM, bem como os riscos de mercado e liquidez.

COMITÉ DE SUSTENTABILIDADE

O objetivo do Comité de Sustentabilidade é fazer recomendações e validar ou dar apoio a decisões dos órgãos próprios em todos os assuntos relacionados com a Sustentabilidade, nomeadamente na definição dos pilares estratégicos da sustentabilidade e monitorização da atuação da Fidelidade nesses campos, na revisão de procedimentos e políticas com uma ótica de sustentabilidade e na avaliação geral do desempenho nesta matéria.

B.1.5. Política de remuneração

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais da Fidelidade assenta nas seguintes orientações:

- Incentiva uma gestão e controlo eficaz de riscos, evitando uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e assegurando coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Fidelidade;
- É estruturada de forma clara, transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total competitiva e equitativa, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os *peers* do Grupo Fidelidade;
- Incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos administradores, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses da Fidelidade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados, participantes e beneficiários.

Nestes termos, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração comporta uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última constituída por uma parcela que visa remunerar o desempenho no curto prazo e por

outra, com a mesma finalidade, aplicada ao desempenho de médio prazo, ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação de contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos.

A componente fixa representa uma proporção equilibrada da remuneração total, representando as componentes variáveis, de curto e médio prazo, proporções flexíveis da remuneração fixa anual, não podendo os membros executivos do órgão de administração celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração.

Estão previstos, relativamente aos membros executivos do órgão de administração, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória com as mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Fidelidade.

Os regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada aplicáveis aos membros do órgão de administração seguem as mesmas condições que as aplicáveis aos colaboradores da Fidelidade. Os Administradores Executivos, beneficiam, ainda, de um Plano Complementar de Reforma, constituído através de um seguro e cuja contribuição está indexada à remuneração anual fixa ilíquida.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos em caso de destituição de administradores. Em caso de cessão de funções por acordo, os montantes envolvidos carecem de aprovação pela Comissão de Remunerações.

De acordo com a Política de Remunerações, os membros do Conselho Fiscal apenas auferem uma remuneração fixa. Os membros não executivos do Conselho de Administração poderão, ou não, auferir uma remuneração fixa, pelo exercício de funções, consoante o que for deliberado pela Comissão de Remunerações, podendo a remuneração, quando exista, ser distinta entre eles e inclusive uns serem remunerados e outros não.

Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, de que sejam beneficiários os membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Em relação aos colaboradores da Fidelidade, estão sujeitos à Política de Remunerações dos Colaboradores do Grupo Fidelidade em Portugal. A política está assente nos seguintes princípios:

- É estruturada de forma clara e transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os *peers* do Grupo Fidelidade;
- Incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidades de cada colaborador, adequadamente equilibrada com uma componente variável condicionada pelo desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da Fidelidade.

Nestes termos, a remuneração dos colaboradores comporta uma componente fixa e uma componente variável, assente num modelo de *Job Families*.

No que se refere à componente variável, esta componente visa remunerar o desempenho individual, ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação de contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos.

Estão previstos, relativamente aos colaboradores, um conjunto de benefícios gerais de natureza não remuneratória, como mecanismos de apoio à família, cartão refeição, condições especiais em seguros próprios e protocolos para acesso a condições especiais em diversos prestadores de serviços.

Os regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, em vigor na Companhia, são aplicáveis de forma genérica a todos os colaboradores.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos.

As desvinculações por iniciativa do colaborador ou por iniciativa do empregador seguem os mecanismos legais aplicáveis em cada momento.

A componente variável da remuneração dos colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave é determinada em função dos objetivos associados às respetivas funções e não em relação ao desempenho da Companhia ou da unidade orgânica em que se integram.

B.1.6. Transações com partes relacionadas

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Nota 40) e consolidadas (Nota 46).

B.1.7. Avaliação da adequação do sistema de governação

A Companhia considera que o seu sistema de governação é adequado face à natureza, dimensão e complexidade dos riscos a que está exposta, cumprindo com os requisitos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.

B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade

A Política de *Fit & Proper*, atualmente em vigor, enquadrada no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), tem como objetivo estabelecer os princípios gerais da avaliação da adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Os requisitos de adequação avaliados nos termos e para os efeitos desta Política são:

- Idoneidade;
- Qualificação profissional;
- Independência, Disponibilidade e Capacidade.

A qualificação profissional é avaliada através da habilitação académica, da formação especializada e da experiência profissional.

Na avaliação de habilitação académica e da formação especializada é especialmente valorizada a obtenção de conhecimentos no domínio segurador e financeiro em geral ou em qualquer outro domínio relevante para a atividade a desempenhar.

Na avaliação de experiência profissional é confrontada a natureza, dimensão e complexidade das atividades previamente exercidas com as que vão ser exercidas.

No caso concreto dos Diretores de Topo, implicando cargos de gestão com reporte direto ao órgão de Administração executivo, destaca-se, como experiência profissional requerida, um período de experiência prévio de 5 anos.

Já no caso de funções-chave são requeridas as seguintes qualificações profissionais:

	Habilitação Académica	Formação Especializada	Experiência Profissional
Auditoria Interna (responsável)	Formação superior em Gestão de Empresas, Economia, Auditoria ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	Preferencialmente 10 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo das qualificações, experiência e pertinência da mesma para a função.
Auditoria Interna (elemento da equipa)	Formação superior em Economia, Gestão de Empresas, Engenharia ou outras áreas relevantes	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação ou mestrado) em Auditoria, Mercados Financeiros ou áreas similares.	Preferencialmente 2 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo da função que o colaborador estiver a exercer, da senioridade pretendida e do grau de responsabilidades a assumir.
Compliance (responsável)	Formação superior em Direito, Economia, Gestão de Empresas, Auditoria ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	Preferencialmente 10 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo das qualificações, experiência e pertinência da mesma para a função.
Compliance (elemento da equipa)	Formação superior em Direito, Economia, Gestão de Empresas, Auditoria ou outras áreas relevantes	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação ou mestrado) em Direito, Compliance, Estudos Europeus, Economia, Gestão de Empresas, Tecnologias de Informação ou áreas similares.	Preferencialmente 5 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo da função que o colaborador estiver a exercer e da senioridade pretendida e do grau de responsabilidades a assumir.
Gestão de Riscos (responsável)	Formação superior em Gestão de Empresas, Matemática, Atuariado, Economia, Estatística ou outras áreas relevantes	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	Preferencialmente 10 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo das qualificações, experiência e pertinência da mesma para a função.
Gestão de Riscos (elemento da equipa)	Formação superior em Matemática, Gestão de Empresas, Atuariado, Finanças, Economia, Ciências Atuariais, Estatística, Sociologia, Engenharias ou outras áreas relevantes	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação ou mestrado) em Gestão de Bancos e Seguradoras e em Mercados e Ativos Financeiros.	Preferencialmente 4 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo da função que o colaborador estiver a exercer e da senioridade pretendida e do grau de responsabilidades a assumir.
Função Atuarial (responsável)	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia ou Estatística ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação ou mestrado) em Ciências Atuariais.	Preferencialmente 10 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo das qualificações, experiência e pertinência da mesma para a função.
Função Atuarial (elemento da equipa)	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia ou Estatística ou outras áreas relevantes	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação ou mestrado) em Ciências Atuariais.	Preferencialmente 4 Anos de experiência, podendo ser inferior dependendo da função que o colaborador estiver a exercer e da senioridade pretendida e do grau de responsabilidades a assumir.

De acordo com a Política *Fit & Proper*, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., e a própria Longrun, as pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave devem possuir e demonstrar a capacidade de assegurarem, em

permanência, a gestão sã e prudente da empresa de seguros, tendo em vista, de modo particular, a salvaguarda dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

Para isso, devem cumprir os requisitos de qualificação, idoneidade, independência e disponibilidade. No caso de órgãos colegiais estão previstos requisitos adicionais.

Estão sujeitos a avaliação os membros do órgão de administração, os membros do órgão de fiscalização, o revisor oficial de contas a quem compete emitir a certificação legal das contas e o atuário responsável.

Estão também sujeitos a avaliação as pessoas que exercem outras funções que confirmam influência significativa na gestão das Companhias, os Diretores de Topo, as pessoas que são responsáveis ou exercem funções de gestão de risco, *compliance*, auditoria interna e atuarial, os mandatários das sucursais das Companhias e, no caso de funções-chave subcontratadas, o interlocutor interno pelas mesmas.

Cabe às Companhias verificar que as pessoas sujeitas a avaliação reúnem os requisitos de adequação necessários para o exercício das respetivas funções, pelo que se encontra estabelecido o processo de avaliação daqueles requisitos, dividido em três grandes atividades: (1) Avaliação; (2) Registo; (3) Nomeação.

O Comité de Avaliação é responsável pela avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável. O Comité de Avaliação é também responsável pela avaliação dos responsáveis pelas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, bem como do responsável da Direção de Pessoas e Organização.

A responsabilidade pela avaliação das restantes pessoas – diretores de topo, responsável pela função atuarial, mandatários das sucursais, colaboradores que exercem funções-chave e responsáveis por funções ou atividades importantes ou fundamentais subcontratadas – é da Direção de Pessoas e Organização.

A avaliação é feita antes do início de funções (avaliação inicial) sendo a manutenção das condições de adequação confirmada com uma periodicidade trienal (avaliação sucessiva), mediante declaração a apresentar, para o efeito, pelo interessado, sempre que tais condições se mantenham.

Uma vez que as pessoas designadas devem comunicar à empresa de seguros quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração apresentada inicialmente, sempre que, no exercício das funções, se tome conhecimento de quaisquer circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos, será efetuada uma avaliação extraordinária.

B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de *Compliance*, Comité de Risco, Comité de Produtos (Vida e Não Vida), Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Comité de Sustentabilidade.

B.3.1. Função de Gestão de Riscos

A função de gestão de risco está integrada no sistema de gestão de riscos, sendo exercida pela Direção de Gestão de Risco, um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, sendo esta função desenvolvida no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade.

A missão da função de gestão de risco assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos

não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

As atividades desenvolvidas pela Direção de Gestão de Risco, no ano de 2023, enquadraram-se, fundamentalmente, no aprofundamento e consolidação de diversas matérias relacionadas com os três pilares do regime Solvência II, bem como de aspetos tecnológicos e de certificação da informação produzida neste âmbito.

Destacam-se, dessas atividades:

- A realização do exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) e o reporte à ASF dos seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão;
- A preparação e envio, quer da informação anual, com data de referência a 31 de dezembro de 2022, incorporada nos mapas de reporte quantitativo (*Quantitative Report Templates – QRT*), a qual foi sujeita a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável nos termos da regulamentação emitida pela ASF, quer do Relatório Periódico de Supervisão;
- O reporte à ASF e a divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, referente a 31 de dezembro de 2022, acompanhado da certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável;
- A preparação e envio do reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Importa também referir as atividades relacionadas com a revisão do sistema de governação, designadamente, a revisão e manutenção de políticas, a revisão de processos e de qualidade de dados, com a revisão do *Framework* de Apetite ao Risco e a realização do Ciclo ROCI – 2023.

B.3.2. Processos de gestão de riscos

Nos subcapítulos seguintes são descritos os processos da gestão de riscos da Companhia por categoria de risco, incluindo a sua identificação, monitorização e gestão.

B.3.2.1. Risco Estratégico

A definição da estratégia de médio-longo prazo do Grupo Fidelidade é suportada pela análise e discussão em fórum alargado, em que se promove a reflexão do posicionamento do Grupo nas várias linhas de atividade, atendendo à evolução mais ampla do contexto externo macroeconómico, da indústria seguradora e dos seus principais *stakeholders*, suportando e sintetizando os resultados desta reflexão em ferramentas e *outputs* chave tais como o *Business Plan* de longo prazo e na seleção de Imperativos e Eixos estratégicos.

A execução da estratégia da Companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível, passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Direção que concretizam em objetivos específicos para o seu âmbito de ação e propõem o plano de iniciativas para atingir esses objetivos. A execução da estratégia termina nos colaboradores da Companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos executando as iniciativas priorizadas.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia.

B.3.2.2. Risco Específico de Seguros – Desenho de Produtos e Tarifação

As Direções de Negócio são responsáveis pela gestão e avaliação deste risco. As Direções de Negócio asseguram o desenvolvimento técnico de novos produtos, ou reformulação dos existentes, quer na definição das suas características técnicas e documentação técnica, quer no estabelecimento das respetivas tarifas, onde, nos ramos Não Vida, atuam em

colaboração com a DET (Direção de Estatística e de Estudos Técnicos), quer na elaboração das normas de delegação de poderes e políticas de subscrição, quer ainda na elaboração de informação técnica de suporte à ação comercial.

Para cada produto são identificadas as necessidades que pretende suprir, atendendo ao mercado alvo, são considerados os benefícios e riscos, relativos a fatores internos ou externos, incluindo riscos de sustentabilidade e são definidos os objetivos estratégicos da Companhia que se pretendem atingir com o seu lançamento/ reformulação.

O lançamento de novos produtos, a reformulação de produtos existentes e as atualizações de tarifa são aprovados previamente pelo Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Quando é lançado um novo produto, ou quando ocorrem alterações significativas ao nível das características de produtos já existentes, são programadas ações de formação e planos de comunicação com o objetivo de apresentar o produto às redes comerciais, nomeadamente no que diz respeito às suas características e políticas de subscrição definidas.

Periodicamente são efetuadas análises a produtos/ tarifas, bem como à composição e comportamento das respetivas carteiras, com vista a analisar a sua adequabilidade em termos de condições contratuais versus rentabilidade, bem como a avaliação do *Value for Money* dos produtos atendendo ao seu mercado alvo.

B.3.2.3. Risco Específico de Seguros – Subscrição

As Direções de Negócio são responsáveis pela gestão e avaliação dos riscos associados à subscrição de produtos da Companhia, estando delegado nas áreas comerciais e/ou canais de distribuição a aceitação do risco em situações onde o conhecimento do risco é alto e o risco técnico é baixo.

A Política Geral de Subscrição da Companhia tem como objetivo a classificação dos riscos de acordo com o grau de exposição e o conhecimento do risco. Esta política consubstancia-se nas normas de subscrição e delegação de competências disponíveis.

Existe na Companhia um Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, cuja missão consiste em analisar e aceitar os riscos cuja aceitação, tal como definido na Política de Subscrição, não está delegada nas Direções de Negócio.

As Direções de Negócio são responsáveis pela subscrição de riscos cuja aceitação não se encontra delegada.

As Direções de Negócio monitorizam a comercialização dos produtos dentro do mercado alvo definido e em conformidade com a política de subscrição.

De modo a garantir uma concretização adequada da política de subscrição, na fase de comercialização dos produtos, a Direção de Operações e *Procurement* (DOP) e as Direções de Negócio Não Vida, no caso de produtos Não Vida, e as Direções de Negócio Vida, no caso dos produtos Vida, verificam o cumprimento das normas de subscrição definidas. Além deste controlo, é realizado um acompanhamento regular por parte das Direções de Negócio e da Direção de Estatística e Estudos Técnicos, no caso dos produtos Não Vida, sobre a adequação das políticas de subscrição, através de indicadores estatísticos sobre a evolução da carteira, da elaboração de perfis de risco e de análises pontuais de contratos.

Existe um sistema de periodicidade mensal de Controlo e Seleção de Carteira, destinado ao controlo e monitorização dos clientes em carteira, com vista à salvaguarda da rentabilidade do negócio.

Existe ainda um processo de monitorização da qualidade da subscrição, que visa, por um lado, identificar situações de falsas declarações ou omissão de declarações na emissão de contratos e, por outro, proceder à respetiva regularização, garantindo-se a articulação entre todos os intervenientes: Direções de Negócio, Direções Comerciais e Direção de Operações e *Procurement*. Este processo de monitorização, que procura avaliar tipos de comportamento irregulares, é executado semanalmente, sendo suportado, principalmente, por cruzamento com fontes de informação externa ou informações internas históricas e por identificação de padrões anómalos.

B.3.2.4. Risco Específico de Seguros – Provisionamento das Responsabilidades

A Política de Provisionamento da Companhia baseia-se na definição de metodologias de cálculo das provisões, desagregadas por ramo e em função das responsabilidades a estimar. Neste sentido, estão definidas, para cada ramo, diferentes metodologias de provisionamento, baseadas em métodos atuariais reconhecidos.

De forma a garantir a fiabilidade da informação utilizada no processo de provisionamento das responsabilidades da Companhia, é efetuada uma validação à qualidade da informação realizando reconciliações entre a informação contabilística e a informação operacional.

Paralelamente a este processo realiza-se, para o ramo Vida, uma análise às provisões constituídas, considerando as metodologias usadas para o cálculo das provisões e a experiência histórica da seguradora associada a cada uma das responsabilidades, sendo também validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões. Anualmente, efetuam-se projeções dos resultados técnicos para as diferentes linhas de negócio com o intuito de aferir a adequação das bases técnicas em vigor.

Regularmente, para os ramos Não Vida, a Companhia avalia também a conformidade das reservas através da análise das responsabilidades nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros, sendo também validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões. Adicionalmente é utilizado um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação do montante provisionado.

B.3.2.5. Risco Específico de Seguros – Gestão de Processos de Sinistros

As Direções de Negócio são os principais intervenientes no âmbito da gestão e avaliação do risco associado aos processos de sinistros da Companhia.

A Política de Gestão de Sinistros da Companhia encontra-se formalizada nos manuais de procedimentos das direções responsáveis pela sua gestão, nomeadamente, as Direções de Negócio, sendo o seu cumprimento assegurado por regras definidas nos sistemas de gestão de sinistros e pela parametrização dos perfis atribuídos a cada utilizador dessas aplicações.

No sentido de promover um melhor acompanhamento da gestão de sinistros, no que respeita a sinistros de resolução morosa e/ ou complexa, estão definidos prazos limite de regularização que, quando ultrapassados, remetem os sinistros para análise por parte de setores especializados. Por outro lado, nas áreas de negócio que possuem prazos legalmente fixados, os sistemas operativos possuem um conjunto importante de alarmísticas que asseguram o aviso à gestão quando esses prazos se estão a tornar críticos.

Neste âmbito, é preparada regularmente informação estatística para assegurar o controlo dos prazos previstos para a regularização dos sinistros e o acompanhamento daqueles que se encontram abrangidos por tratados de resseguro.

B.3.2.6. Risco Específico de Seguros – Resseguro e Formas Alternativas de Transferência de Risco

A negociação e gestão dos tratados de resseguro são efetuadas pela Direção de Resseguro, existindo um acompanhamento próximo da Comissão Executiva, que aprova as condições negociadas antes da sua aceitação.

No âmbito da monitorização do risco em análise, a Direção de Resseguro efetua, permanentemente, um acompanhamento dos tratados, a gestão da carteira de negócios em *run-off*, o controlo de cúmulos de risco e uma análise periódica dos resultados técnicos por tratado. No âmbito destas análises, para efeitos do estudo da tendência anual e plurianual, é efetuada uma comparação com a informação relativa ao histórico de anos anteriores (mínimo 5 anos), permitindo dessa forma o acompanhamento da evolução dos resultados técnicos de resseguro, sendo esta informação utilizada para posteriores negociações com os resseguradores.

No que se refere à Política de Resseguro da Companhia, a Direção de Resseguro atua de acordo com os objetivos e orientações estratégicas definidas em conjunto com a Comissão Executiva e com base no levantamento das necessidades de negócio, efetuado junto das áreas técnicas e de atuariado.

A Política de Resseguro é concretizada pela Direção de Resseguro, através da preparação de propostas, negociação das condições dos tratados, sua aprovação, celebração/ renovação dos mesmos e respetiva monitorização e acompanhamento do conjunto dos contratos de resseguro existentes na Companhia.

B.3.2.7. Risco de Mercado

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos, revista anualmente.

A Política de Investimentos define:

- As principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- As atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da *Strategic Asset Allocation* (SAA) à *Tactical Asset Allocation* (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- As funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo (ALM) e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- Investir – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- Gerir – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

B.3.2.8. Risco de Crédito

A exposição da Companhia ao Risco de Crédito verifica-se essencialmente ao nível da seleção e acompanhamento dos investimentos nas diferentes classes de ativos e dos resseguradores.

Como forma de aferir a qualidade creditícia dos emitentes, é efetuada uma avaliação dos mesmos, recorrendo-se, entre vários elementos quantitativos e qualitativos, a informações sobre a sua notação de *rating* e avaliando o cumprimento dos limites de exposição da carteira a esse emitente definidos na Política de Investimentos.

A análise por investimento decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo definido na Política de Investimentos, de forma a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco é, no entanto, monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões / outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por classe de ativo, rating, duração, indústria, geografia e moeda, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No que diz respeito à área de resseguro, as decisões relativas à seleção de resseguradores são tomadas de acordo com a Política de Resseguro, onde apenas está autorizada a contratualização junto de resseguradores com notação de crédito (*rating*), no mínimo "A-" ou de acordo com as exceções definidas na Política de Resseguro.

B.3.2.9. Risco de Concentração

A gestão deste risco encontra-se interligada com os processos de gestão de outros riscos uma vez que é transversal a várias Áreas.

De forma a acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira às várias fontes de concentração referidas, as Direções de Negócio realizam, de forma periódica, análises qualitativas à carteira.

Relativamente às políticas de aceitação do risco na Companhia, estão definidos procedimentos que concorrem para a mitigação do Risco de Concentração, nomeadamente, quando são detetadas situações em que existam duas ou mais apólices que cubram riscos situados num local considerado como risco comum, são classificadas como situações de acumulação de risco e carecem de uma análise própria.

Salvo algumas exceções relacionadas com a natureza de alguns negócios, a aceitação de riscos em Vida Risco – e o respetivo resseguro - atende ao cúmulo de capital por entidade. De igual forma, é dada especial atenção à subscrição de capitais elevados por contrato ou pessoa, adotando medidas para limitar o risco (limitando capitais e/ou coberturas e/ou utilizando instrumentos de transferência de risco).

No que diz respeito ao Risco de Concentração associado aos investimentos, a Política de Investimentos em vigor define, conforme já referido, diversos limites de exposição designadamente, por classe de ativos, *rating*, duração, indústria, moeda e geografia. Estes limites são revistos anualmente e, quando considerado necessário, procede-se à sua alteração.

A gestão deste risco associado a entidades resseguradoras, pressupõe a elaboração pela Direção de Resseguro, anualmente, de um relatório com o resumo dos tratados de resseguro da Companhia para o ano seguinte, onde para além do resumo das condições dos mesmos, são também apresentadas as percentagens de exposição a cada ressegurador, organizadas por ramos, para dar cumprimento à Política de Resseguro.

B.3.2.10. Risco de Liquidez

Numa perspetiva de curto prazo, encontra-se atribuída à Direção de Investimentos a responsabilidade da gestão da liquidez de investimentos.

O objetivo de liquidez da Companhia é uma tesouraria com capacidade para gerir todas as necessidades de fundos da Companhia (*cashout-flows*) em tempo adequado, sem recorrer a financiamentos ou a vendas não planeadas de ativos, sendo de destacar que existe capacidade para gerar liquidez significativa num curto espaço de tempo. Numa perspetiva de curto-prazo entra-se também em linha de conta com o *cash-in* da carteira de investimento e as expectativas de vendas de produtos financeiros em campanha.

Numa perspetiva de médio/longo prazo, a Companhia prepara mensalmente uma análise ALM incidindo sobre as responsabilidades e ativos afetos aos ramos Vida e Não Vida.

As análises efetuadas abrangem o *gap* de taxa de juro, considerando a *yield to maturity* e a *modified duration* das responsabilidades e dos respetivos ativos, incluindo o efeito da convexidade, bem como o *cash-flow matching* no curto e no longo prazo.

Esta análise inclui também uma comparação entre a capacidade de geração de liquidez e o *cash-flow* estimado.

A articulação das funções relativas ao investimento, gestão de ativo-passivo e liquidez estão estabelecidas na Política de Investimentos da Companhia.

No tocante, especificamente, aos processos de Gestão de Ativo-Passivo e de Liquidez, a Companhia aprovou em 2023 a revisão da Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez (Política de ALM e Liquidez).

Esta Política descreve, juntamente com a Política de Investimentos, a estratégia de gestão de riscos financeiros, de seguros e de liquidez, no curto, médio e longo prazo, num contexto de gestão ativo-passivo.

Desta forma, a Política de ALM e Liquidez visa assegurar o alinhamento entre ativos e passivos, com especial foco na maximização do retorno e na minimização do risco de taxa de juro e do risco de liquidez.

Tendo em consideração estes aspetos, a gestão ativo-passivo deve ser executada, por um lado, como um exercício de mitigação de risco e, por outro lado, como parte da estrutura de tomada de decisões da Companhia, formulando estratégias relacionadas com os seus ativos e passivos, pelo que é composta pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação da estratégia de gestão ativo-passivo e de liquidez;
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do *cash-flow matching* e de diversas métricas associadas à gestão ativo-passivo, produzindo relatórios mensais e anuais;
- Gerir – Revisão dos objetivos e limites previstos na Política de ALM e Liquidez de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que a estratégia de gestão ativo-passivo, limites, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

B.3.2.11. Risco de Reputação

A gestão do risco de reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente:

- Na existência de uma função responsável pela comunicação corporativa e de relação com os *media*;
- Na existência de uma função de comunicação da marca;
- Na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas Áreas da Companhia e Comissão Executiva;
- No planeamento e acompanhamento dos Recursos Humanos da Companhia;
- No Programa de Responsabilidade Social;
- Na existência de uma Direção de Sustentabilidade.

Adicionalmente, ciente da crescente importância da reputação para a afirmação e sucesso das organizações, a Companhia instituiu igualmente um Comité de Coordenação da Comunicação, que reunirá regularmente, e será liderado pelo Presidente da Comissão Executiva, de forma a melhor articular todos os fluxos de comunicação interna e externa da Companhia.

As ações desenvolvidas neste âmbito têm tido reflexo, como pode ser comprovado pelos inúmeros prémios atribuídos no âmbito da excelência de serviço/satisfação do cliente.

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço é, há muitos anos, uma prioridade para o Grupo Fidelidade, com forte impacto no nível da satisfação dos clientes. Como resultado deste esforço, o Grupo Fidelidade destaca-se por estas competências, que são percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Fidelidade orgulha-se de ter vindo a consolidar a sua posição de liderança como a melhor seguradora em Portugal e ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal.

Estes resultados devem-se a um trabalho contínuo. São consequência dos produtos e coberturas inovadoras que o Grupo Fidelidade desenvolve a pensar nas necessidades reais das pessoas e ao empenho em servir de forma exemplar e acompanhar de perto os clientes quando estes mais precisam.

RECONHECIMENTO

Em 2023, o Grupo Fidelidade continuou a obter o reconhecimento de consumidores, parceiros e entidades do setor, demonstrando a relevância do trabalho desenvolvido nas mais diversas áreas de atuação. Uma aposta na excelência, que é um fator distintivo num mercado global, em que os prémios e reconhecimentos alcançados evidenciam um importante alinhamento do Grupo com as necessidades e expectativas dos seus stakeholders, em cada uma das geografias.

REPUTAÇÃO

Marca de Confiança

Pelo 22.º ano consecutivo, a Fidelidade foi eleita Marca de Confiança nas categorias “Seguros Automóvel” e “Seguros de Vida e Patrimoniais”. Este prémio demonstra a responsabilidade e o compromisso da Fidelidade para com o consumidor, através de uma evolução contínua nos serviços e produtos, que acompanham as principais tendências e respondem às necessidades do cliente. Este reconhecimento foi também atribuído, pelo sétimo ano consecutivo, à Multicare, na categoria “Seguros de Saúde”.



Escolha do Consumidor

Entre as 11 marcas de seguros avaliadas, a Fidelidade obteve o prémio Escolha do Consumidor pelo nono ano consecutivo, na categoria “Seguros”. Os serviços de resposta rápida em caso de acidente, o apoio ao cliente e a clareza de informação foram as características mais valorizadas pelos consumidores. A Multicare foi distinguida como Escolha do Consumidor, pelo quarto ano consecutivo na categoria “Sistemas de Saúde”, sendo a clareza da informação prestada, a confiança na marca e a abrangência de coberturas as particularidades mais reconhecidas.



A Fidelidade recebeu ainda a distinção de Escolha do Consumidor Excellentia 2023 e foi reconhecida como a empresa que segue as melhores práticas organizacionais orientadas para o cliente (*customer centric*).

Prémio Cinco Estrelas

A Fidelidade foi distinguida com o prémio Cinco Estrelas 2023, um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação dos utilizadores relativo a produtos, serviços e marcas, segundo critérios como a satisfação pela experimentação, a relação preço-qualidade, a intenção de compra ou a recomendação, a confiança na marca e a inovação.



Superbrands

A Fidelidade e a Multicare voltaram a ser distinguidas como marcas "Top of Mind" de excelência, realçadas pela sua proximidade, confiança, afinidade, satisfação e notoriedade.

Prémios Eficácia

Os Prémios Eficácia distinguem o trabalho conjunto dos anunciantes e das suas agências, tendo como base a eficácia medida e comprovada das campanhas de comunicação.

Na nona edição, o projeto "Ecosistema Fidelidade Pets" foi premiado com o galardão de ouro nas categorias: "Connected Ecosystems & Marketplaces", "Serviços Financeiros e Seguros", "Low Budget, Commerce & Shopper" e "Ativação e Patrocínios".



A campanha de comunicação "Fidelidade a Todas as Idades" conquistou três distinções: ouro na categoria "Serviços Financeiros e Seguros", prata em "Comunicação Institucional" e bronze em "Utilização Criativa de Meio". Esta campanha reforçou o posicionamento do Grupo na priorização das pessoas e na intenção de estar presente nos diferentes desafios que surgem ao longo das suas vidas, com foco em temas como a poupança, a saúde, o património e a assistência, colaborando ativamente para uma Longevidade sustentável da comunidade.

APCC Best Awards

A Fidelidade e a Multicare foram distinguidas pelos APCC Best Awards, pelo sexto ano consecutivo, nas categorias "Seguros e Assistência" (prata) e "Saúde" (ouro). Trata-se de uma iniciativa que premeia as organizações que mais se destacam pela implementação e adoção de boas práticas organizacionais na atividade de *contact centers* em Portugal, quer ao nível da gestão estratégica, operacional e tecnológica, quer ao nível do capital humano, contribuindo para o reconhecimento e a valorização do setor em geral.

Prémio Marketeer

A Fidelidade conquistou o prémio *Marketeer* na categoria "Seguros", que distingue o trabalho desenvolvido pelo Grupo na criação de uma imagem coerente e de uma comunicação clara dos serviços e produtos disponibilizados e do apoio fornecido aos clientes.

Prémios *Human Resources*

Na 12.ª edição dos prémios *Human Resources*, Joana Queiroz Ribeiro, diretora de Pessoas e Organização da Fidelidade, voltou a ser considerada a “Melhor Diretora de Recursos Humanos”. A Fidelidade foi vencedora nas categorias “Gestão de Seniores/Envelhecimento Ativo e Preparação para a Reforma” e “Melhor Equilíbrio Empresa-Vida Pessoal, Flexibilidade, Bem-Estar e Felicidade”.

Randstad Employer Brand Research

Estudo representativo de *employer branding* baseado nas perceções do público em geral que resultam de um inquérito independente com quase 163 mil participantes e 6.022 empresas de todo o mundo. Os profissionais valorizam cinco fatores mais importantes na escolha de um empregador: salário e benefícios atrativos, equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, ambiente de trabalho agradável, progressão de carreira e estabilidade profissional.

A Fidelidade foi reconhecida em 2023 como a empresa mais atrativa para trabalhar no setor dos seguros em Portugal.

Best Reputation in Industry

A Fidelidade e a Multicare foram distinguidas como marcas *Best Reputation in Industry 2023*. Este prémio é atribuído pela OnStrategy no âmbito de um estudo realizado junto de um grupo de mais de 50 mil pessoas. A Multicare foi destacada pelo segundo ano consecutivo, entre um conjunto de duas mil marcas, pelo seu posicionamento, valor emocional e reputação.



Best Workplaces

A Fidelidade foi distinguida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal, alcançando o quinto lugar no *ranking* da *Great Place to Work* para o ano de 2023, enquanto a Multicare alcançou a sexta posição.

É a primeira vez que as duas empresas são consideradas “*Best Workplace*”. Segundo a *Great Place to Work*, esta é uma distinção de e para todas as pessoas de uma organização, que são a fonte de inspiração para criar e manter excelentes ambientes de trabalho.

Para além da Fidelidade e da Multicare, estão também certificadas pela *Great Place to Work* as empresas *Via Directa*, *GEP*, *FPE*, *EAPS*, *CETRA* e *CARES*.

Melhor Seguradora Não-Vida e Melhor Seguradora para Corretores

Em 2023, a Fidelidade foi reconhecida pela Aprove – Associação Nacional dos Corretores e Mediadores de Seguros como “Melhor Seguradora Não-Vida” e “Melhor Seguradora para Corretores”, pela excelência na oferta de serviços e produtos.

MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO

O Grupo disponibiliza aos seus clientes mecanismos de reclamação, através dos quais os tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados podem apresentar reclamações⁹ relativas à atuação da Fidelidade. Em Portugal, as empresas de seguros do Grupo Fidelidade gerem os processos relativos às reclamações de forma célere e eficiente, através

⁹ Nos termos legais e regulamentares em vigor, por “reclamação” entende-se qualquer manifestação de discordância em relação à posição assumida pela empresa de seguros ou de insatisfação em relação aos serviços prestados por esta, bem como qualquer alegação de eventual incumprimento, apresentada pelos tomadores de seguro, segurados, beneficiários ou terceiros lesados.

de uma unidade orgânica específica para o efeito – Centro de Gestão de Reclamações (CGR) –, que atua como ponto centralizado de receção e resposta, devidamente identificado a nível interno e externo, seguindo um processo de gestão concreto:



As reclamações podem ser apresentadas diretamente às empresas de seguros do Grupo Fidelidade ou através de outras entidades, nomeadamente através da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), por escrito ou com recurso a qualquer outro meio que origine um registo escrito ou gravado, para os pontos de receção publicamente disponíveis nos websites de cada uma das empresas de seguros do Grupo. As reclamações podem ser ainda encaminhadas para qualquer estabelecimento da Fidelidade, agência ou mediador, apresentadas no Livro de Reclamações físico ou eletrónico ou dirigidas ao Provedor do Cliente.

B.3.2.12. Risco Operacional

Estão implementados procedimentos destinados especificamente à gestão do risco operacional e do controlo interno, nomeadamente:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Este risco é desenvolvido no capítulo B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno.

B.3.3. Autoavaliação do risco e da solvência

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência no que respeita a:

- Processos e procedimentos;
- Funções e responsabilidades;
- Critérios e metodologias;
- *Reporting*;
- Articulação com o processo de gestão estratégica e utilização dos resultados do ORSA.

De acordo com aquela Política, pretende-se com o exercício ORSA fornecer um nível de segurança aceitável à Comissão Executiva da Companhia sobre o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, enquadrados pelo apetite ao risco estabelecido.

Nestes termos, o ORSA, considerando o apetite ao risco definido, visa proporcionar uma visão prospetiva sobre a capacidade de o capital disponível da Companhia suportar diferentes níveis de risco, resultantes, quer das decisões estratégicas, quer de cenários incorporando fatores externos.

O ORSA é, assim, um processo integrado na gestão estratégica da Companhia, que permite, numa base regular, uma visão global sobre todos os riscos relevantes que ameaçam a prossecução dos objetivos estratégicos e as suas consequências em termos das necessidades (futuras) de capital.

Este processo contribui, adicionalmente, para a promoção da cultura de risco na Companhia, através da mensuração dos riscos a que a Companhia está exposta (incluindo aqueles não considerados nos requisitos de capital), da introdução do conceito de capital económico nos processos de gestão e da comunicação dos riscos, permitindo aos diversos destinatários a incorporação deste conhecimento na tomada de decisão.

Para cumprimento destes objetivos, encontra-se definido o processo ORSA constituído por cinco grandes atividades: (1) definição da estratégia de negócio e apetite ao risco; (2) avaliação das necessidades globais de solvência; (3) Testes de *stress* e análise de cenários; (4) avaliação prospetiva das necessidades globais de solvência; (5) *reporting*. Para além destas cinco grandes atividades, encontra-se também definida uma atividade de monitorização contínua da posição de solvência da Companhia.

A Comissão Executiva é responsável pela condução de todo o processo ORSA, incluindo a aprovação do mesmo. A monitorização regular do processo ORSA é responsabilidade do CRO (elemento da Comissão Executiva responsável pela gestão de risco) e pelo Comité de Risco através das reuniões regulares de monitorização. São intervenientes na execução do processo, a Direção de Gestão de Risco e a Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio.

Na execução do ORSA, a Companhia começa por efetuar uma avaliação (qualitativa e, sempre que se justificar, quantitativa) das possíveis diferenças entre o perfil de risco da Companhia e os pressupostos subjacentes ao cálculo do SCR através da fórmula-padrão.

É, posteriormente, efetuado o cálculo das necessidades globais de solvência tendo em conta o perfil de risco da Companhia. Para esse cálculo, que tem como base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), é utilizado o conceito de Capital Económico, sendo introduzidas as alterações que a Companhia considera relevantes para melhor refletir o seu perfil de risco. Neste processo, serão identificados todos os riscos a que a Companhia esteja ou possa vir a estar exposta. A avaliação destes riscos é quantitativa e/ou qualitativa.

Em complemento à avaliação das necessidades globais de solvência, está prevista a realização de um conjunto de testes de *stress* e de análises de sensibilidade de forma a validar a estratégia definida em cenários extremos.

Para proporcionar uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia e, conseqüentemente, sobre as suas necessidades globais de solvência, serão projetados, num horizonte temporal coincidente com o período definido no planeamento estratégico, a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos próprios e as suas necessidades de solvência.

O ORSA tem uma periodicidade anual, estando prevista a sua realização com carácter extraordinário em determinadas situações. São produzidos relatórios destinados, quer à supervisão, quer a uso interno.

Ainda no âmbito do processo ORSA, é efetuada uma avaliação contínua dos requisitos de capital regulamentar e dos requisitos aplicáveis às provisões técnicas. Esta avaliação consubstancia-se na produção de um relatório mensal contendo a posição estimada de Solvência II, ajustada pelo efeito de medidas de otimização de capital em curso ou em estudo.

O ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia. Os resultados obtidos durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

Um dos elementos fundamentais do ORSA é a identificação e mensuração dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e a projeção da sua evolução para o período em análise.

Assim, tendo como base os resultados obtidos, a Companhia define possíveis ações a tomar:

- Assumir os riscos;
- Tomar medidas adicionais de mitigação (controles/ capital, etc.);
- Transferir os riscos; ou
- Eliminar as atividades que geram riscos que a Companhia não esteja disposta a correr.

Também suporta as principais atividades relacionadas com a Gestão de Capital, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação de adequação de capital no período mais recente, envolvendo, quer o capital regulamentar, quer o capital económico;
- Monitorização da adequação do capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, a Companhia define as ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

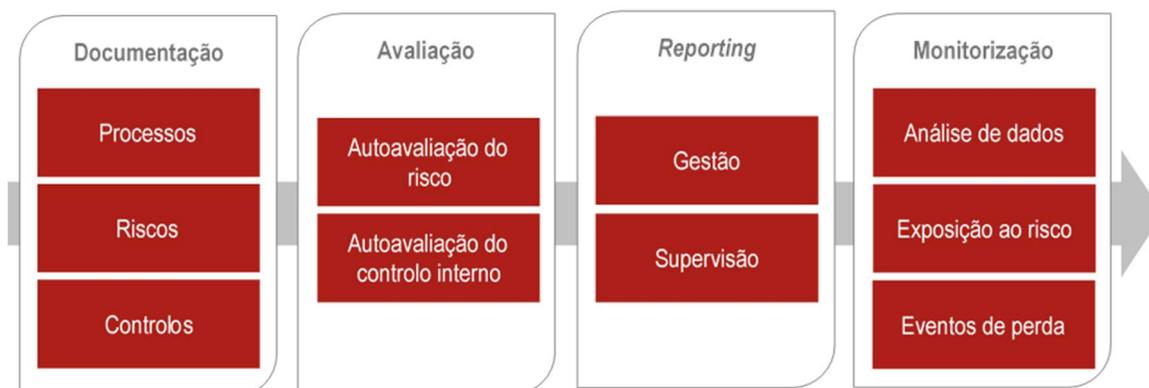
B.4. Sistema de controlo interno

B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno

A Direção de Gestão de Risco é responsável pela gestão do risco operacional e do sistema de controlo interno da Companhia.

Por sua vez, a Direção de Auditoria é responsável pela avaliação da adequação do sistema de gestão de risco operacional e do sistema de controlo interno, de forma a reportar as fragilidades/deficiências detetadas e as respetivas recomendações de melhoria.

A gestão do risco operacional e do controlo interno da Companhia é feita periodicamente com base no seguinte fluxo:



PROCESSOS DE NEGÓCIO

A documentação de todos os processos de negócio da Companhia é efetuada considerando uma “árvore” de processos pré-definida de três níveis (macroprocesso; processo; subprocesso) que representam as atividades de uma companhia de seguros.

A documentação e atualização dos processos de negócio da Companhia são um requisito aos sistemas de gestão de risco e controlo interno.

RISCOS E CONTROLOS

Para os processos de negócio documentados, são identificados os riscos relevantes a que os mesmos estão expostos, classificados de acordo com uma matriz de riscos pré-definida. Para estes riscos são identificados os mecanismos de mitigação existentes (controlos).

São assim documentados e caracterizados os riscos e controlos existentes na Companhia.

AVALIAÇÃO

No sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos, previamente identificados, através de questionários de autoavaliação de risco e do registo dos eventos de perda e consequentes perdas.

A avaliação do sistema de controlo interno é suportada por um processo de autoavaliação dos controlos, concretizado através da resposta a questionários. Estes questionários têm por objetivo avaliar a eficácia dos controlos na mitigação do risco.

Importa referir que aos diversos Órgãos de Estrutura da Companhia compete o papel de dinamizadores no processo de gestão de risco e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

B.4.2. Informação sobre as atividades realizadas pela Função de *Compliance*

A Direção de *Compliance* desempenha funções de gestão dos riscos de *Compliance* incluindo, entre outros, o risco de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como o risco de falhas no tratamento e proteção de dados pessoais. A Direção de *Compliance* é um órgão de estrutura, dotado de independência funcional, que desempenha funções-chave no quadro do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A Direção de *Compliance* tem por missão, definir, implementar e manter um ciclo de gestão dos riscos de *Compliance*, contribuindo para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores das Empresas do Grupo cumpram a legislação e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos, bem como as orientações das autoridades de supervisão nacionais e internacionais, por forma a evitar situações de não conformidade que prejudiquem a imagem das empresas do Grupo e a sua reputação no mercado e/ou que originem eventuais prejuízos de ordem financeira.

Em 2023 a Direção de *Compliance* desenvolveu um conjunto significativo de iniciativas com o propósito de fortalecer os mecanismos de controlo interno e salvaguardar um adequado grau de conformidade com a legislação e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos:

Tópico de <i>Compliance</i>	Descritivo sumário
Análise de alterações regulamentares	Avaliação dos potenciais impactos decorrentes de nova regulamentação, contribuindo, assim, para uma atempada adaptação a novos requisitos e obrigações e gestão do risco reputacional da Companhia.
Comunicação e Formação	Desenho e implementação de um plano de comunicação e formação para consciencializar e capacitar o universo de colaboradores para as diferentes temáticas de <i>Compliance</i> .
Modelo de governação internacional	Implementação/ melhoria nos processos de controlo ao nível de prevenção do branqueamento de capitais, suborno e corrupção, análise de produtos, suportes publicitários e proteção de dados em subsidiárias e filiais da Companhia.
Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo	Melhoria nas ferramentas de controlo ao nível, quer no <i>filtering</i> de contrapartes, quer na monitorização de operações, bem como nos processos de <i>Know Your Counterparty</i> (KYC) no âmbito dos processos de investimento. Desenho e desenvolvimento de conteúdos formativos (e-learning).
Tópico de <i>Compliance</i> (cont.)	Descritivo sumário (cont.)
Prevenção do suborno e corrupção	Implementação de programa de identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados com suborno e corrupção. Desenvolvimento e comunicação de Política anti suborno e anticorrupção.
Análise de produtos e de suportes de publicidade e marketing	Consolidação da metodologia de acompanhamento do ciclo de vida de gestão de produtos – <i>Compliance By Design</i> –, incluindo o processo de verificação do cumprimento das exigências regulamentares em matéria de publicidade no setor segurador.
Prevenção de práticas anti concorrenciais	Implementação de programa de identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados com práticas anti concorrenciais.
Proteção de dados	Consolidação da metodologia destinada à identificação, avaliação e mitigação dos riscos associados à proteção de dados. Desenho, desenvolvimento de conteúdos formativos (e-learning).

A Política de *Compliance* estabelece a estratégia, a missão, a governação, a taxonomia de riscos e os processos associados ao exercício da função de *Compliance* no Grupo Fidelidade, estando devidamente formalizada e disponível para todos os colaboradores nos canais de comunicação internos.

B.5. Função de Auditoria Interna

Tal como referido anteriormente, a função de auditoria interna encontra-se atribuída à Direção de Auditoria, que é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto ao Conselho de Administração da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e *Compliance* legal e regulamentar.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de Auditoria Interna encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna, revista em setembro de 2023.

Encontra-se estabelecido nesta Política a competência e âmbito de intervenção da função de auditoria interna, cabendo à Direção de Auditoria, no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade, o exercício desta função.

A independência, imparcialidade e objetividade da função de Auditoria Interna é preservada através de três mecanismos. Em primeiro lugar, as pessoas que desempenham a função de auditoria interna não assumem qualquer tipo de responsabilidade relativamente a quaisquer outras funções operacionais. Em segundo lugar, a função de auditoria interna comunica as suas conclusões direta e exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração. Por fim, todo o trabalho de auditoria efetuado, em especial as conclusões obtidas e as recomendações emitidas, é devidamente documentado e arquivado. Em 2023 foi concluída a implementação do módulo de auditoria interna da aplicação informática de *Corporate Governance* utilizada pela Direção de Gestão de Risco e pela Direção de Compliance, que permite documentar os trabalhos de auditoria realizados e respetivas conclusões, assim como a monitorização do grau de implementação das recomendações efetuadas. A aplicação permite ainda a disponibilização dos relatórios de auditoria a todas as partes consideradas relevantes.

Para o exercício da função, a Direção de Auditoria dispõe de acesso a todos os órgãos de estrutura, bem como a toda a documentação, devendo os órgãos de administração, diretores de topo e colaboradores das diversas empresas de seguros colaborar com a Direção de Auditoria, facultando toda a informação que disponham e que lhes seja solicitada.

Por sua vez, os auditores internos, no exercício das suas funções, devem atender aos princípios deontológicos previstos na Política de Auditoria Interna, em particular, de independência, integridade, confidencialidade, objetividade e competência, estando também aí previstas regras destinadas à comunicação de situações de conflito de interesses.

Relativamente ao processo de auditoria, encontram-se definidos os tipos de auditoria interna, as modalidades de intervenção (presencial e à distância) e o âmbito das ações de auditoria (global ou setorial) que deverão constar do plano de auditoria anual a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração.

Na realização das auditorias internas devem observar-se os procedimentos estabelecidos na Política no que respeita, quer à designação da equipa, quer ao estabelecimento do programa de auditoria, quer ainda à preparação e condução da auditoria.

Relativamente ao reporte, encontram-se previstos os princípios que devem presidir à elaboração dos relatórios, o seu conteúdo mínimo, os destinatários e o tipo de relatórios (relatório preliminar e relatório final). Encontra-se também previsto o acompanhamento, pela auditoria interna, da aplicação das ações de melhoria propostas com a produção, sempre que se justifique, de relatórios de *follow-up*.

Finalmente, compete à função de Auditoria Interna a elaboração do Relatório Anual de Auditoria, documento onde deverá constar a análise do cumprimento do Plano Anual de Auditoria, a identificação dos trabalhos efetuados e uma síntese das principais conclusões obtidas e das recomendações emitidas. O Relatório Anual de Auditoria é submetido para análise do Presidente do Conselho de Administração.

B.6. Função Atuarial

Tendo em consideração a natureza, complexidade e dimensão das carteiras da Companhia, a função atuarial encontra-se subdividida em função atuarial vida e função atuarial não vida e saúde.

A função atuarial coordena e monitoriza o cálculo das provisões técnicas segundo as demonstrações financeiras, procedendo, para o efeito, à avaliação, quer das metodologias aplicadas, quer dos valores constantes nas demonstrações financeiras.

No cálculo das provisões técnicas, são observados os normativos da ASF, nomeadamente, no que respeita à identificação das responsabilidades a valorar e metodologias de cálculo a observar.

A função atuarial tem como funções o cálculo das provisões técnicas para efeitos de solvência calculando para o efeito a melhor estimativa e a margem de risco.

Os cálculos são efetuados no âmbito do reporte à ASF, procedendo-se à análise de evoluções entre momentos de cálculo e comparações com valores estatutários, identificando-se e documentando-se as respetivas diferenças.

A função atuarial reporta regularmente à Comissão Executiva os resultados relativos à monitorização dos níveis de provisionamento.

Anualmente, as funções atuariais Vida e Não Vida produzem relatórios de índole atuarial relacionados com o período anual em análise.

A informação utilizada pela função atuarial é alvo de processos de validação que incluem, entre outros, comparações com posições anteriores e com valores estatutários, identificando-se e justificando-se divergências e procedendo-se, se necessário, à sua correção.

A função atuarial acompanha a avaliação prospetiva das provisões técnicas para efeitos de solvência avaliando a razoabilidade das mesmas, tendo em conta os objetivos estratégicos assumidos pela Companhia, os fatores de conversão da avaliação das responsabilidades nas demonstrações financeiras para a sua avaliação para efeitos de solvência e a aplicação de medidas, quer regulamentares (dedução transitória às provisões técnicas), quer de gestão (alterações dos limites temporais dos contratos de seguro vida grupo risco e alterações nas características e garantias de novos produtos comercializados no segmento vida poupança).

Existe uma política de conceção e aprovação de produtos e das correspondentes alterações, onde está prevista a articulação da função atuarial com as áreas de negócios e de *marketing*, responsáveis pelas propostas de novos produtos e respetivas especificações. O mesmo se aplica para as alterações de produtos já existentes, onde a função atuarial intervém de modo a dar o seu parecer relativo às alterações propostas.

A função atuarial apoia a área de resseguro nas negociações dos tratados de resseguro disponibilizando informação com métricas de risco e de rentabilidade bem como análises de sensibilidade e estatísticas da carteira, acompanhando a evolução dos tratados de resseguro, refletindo as suas condições nas análises atuariais efetuadas. A adequação dos tratados às responsabilidades da Companhia é alvo de análise atuarial.

B.7. Subcontratação

B.7.1. Política de Subcontratação

De acordo com a Política de Subcontratação, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., são estabelecidos os princípios gerais aplicáveis à subcontratação de funções ou atividades fundamentais ou importantes, bem como as principais atividades do processo conducente à sua contratação, quer intragrupo, quer fora do grupo: (1) Identificação e documentação de funções ou atividades fundamentais ou importantes; (2) Seleção do prestador de serviços; (3) Formalização contratual; (4) Notificação à ASF.

Na medida em que as Companhias mantêm total responsabilidade pelas funções ou atividades suscetíveis de serem subcontratadas, estão definidos os principais aspetos a implementar relacionados com o acompanhamento inerente à função ou atividade subcontratada, estando identificadas as responsabilidades de cada um dos intervenientes, quer no processo de subcontratação, quer no posterior acompanhamento do prestador de serviços.

A Política de Subcontratação estabelece ainda os princípios e o processo aplicáveis às novas subcontratações de funções ou atividades fundamentais ou importantes.

B.7.2. Funções ou atividades fundamentais ou importantes subcontratadas

Do conjunto de funções ou atividades consideradas fundamentais ou importantes que se encontram subcontratadas na Companhia, destacam-se as atividades relacionadas com a gestão de ativos no que respeita, por um lado, a uma carteira de *Senior Secured Loans* e, por outro, a quatro carteiras de *Investment Grade Fixed Income Securities* mais um conjunto de carteiras *unit linked* geridas por três prestadores externos.

As jurisdições dos prestadores destes serviços localizam-se em Portugal, na Irlanda, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Alemanha e em Hong Kong.

Das funções subcontratadas fora do grupo, destacam-se os serviços de gestão e operação de *Contact Center*, prestados em Évora e Lisboa, nas instalações de um prestador de serviços com sede em Portugal e os serviços de gestão e operação dos *Data Centers*, prestados em Évora, Lisboa e Porto, por prestadores de serviços com sede em Portugal.

Destaca-se ainda a subcontratação dos serviços das Aplicações Microsoft, alojados numa infraestrutura em nuvem e respetivos serviços de manutenção, atualização, monitorização da performance e controlo da segurança da informação. O serviço é prestado pela Microsoft Ireland Operations Limited, com sede na República da Irlanda.

Por fim, de salientar a subcontratação de serviços de gestão clínica dos sinistros de acidentes pessoais – seguro desportivo à entidade Trueclinic, com sede no Porto.

B.8. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas ao sistema de governação da Companhia.

C. Perfil de Risco

A gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os objetivos estratégicos da Companhia (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, esta abordagem integrada assegura a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, assegurando-se, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida, à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

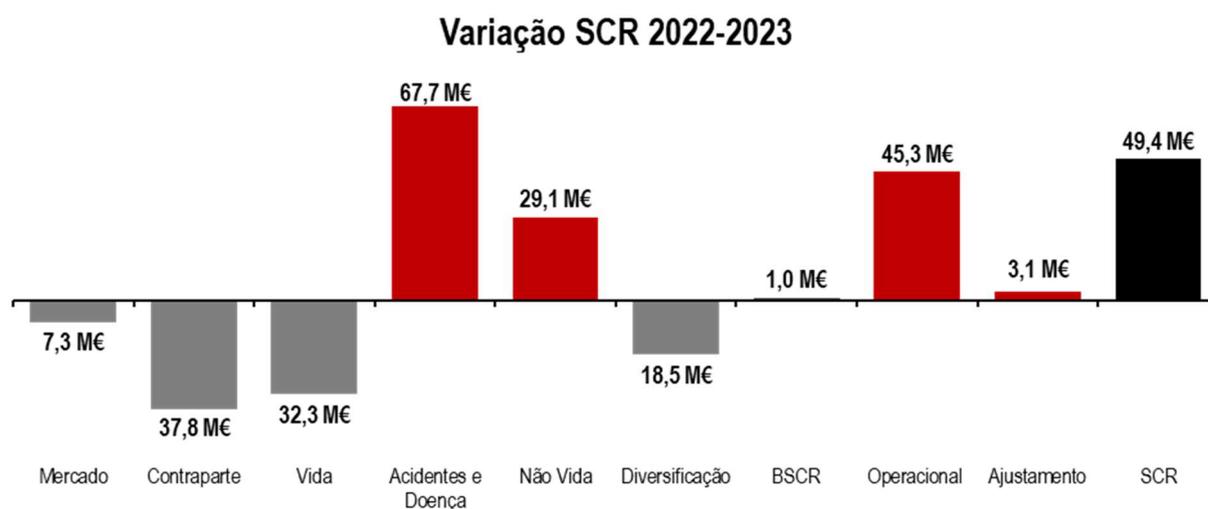


Deste requisito, destaca-se claramente o risco de mercado, seguindo-se, com uma dimensão claramente inferior, os riscos específicos de seguros Vida, Não Vida e Acidentes e Doença. Os riscos de Incumprimento pela contraparte e Operacional apresentam os valores mais baixos dos módulos de risco que compõem o SCR.

O mesmo cálculo, relativo a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:



O aumento de 49,4 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.



Da evolução registada destaca-se:

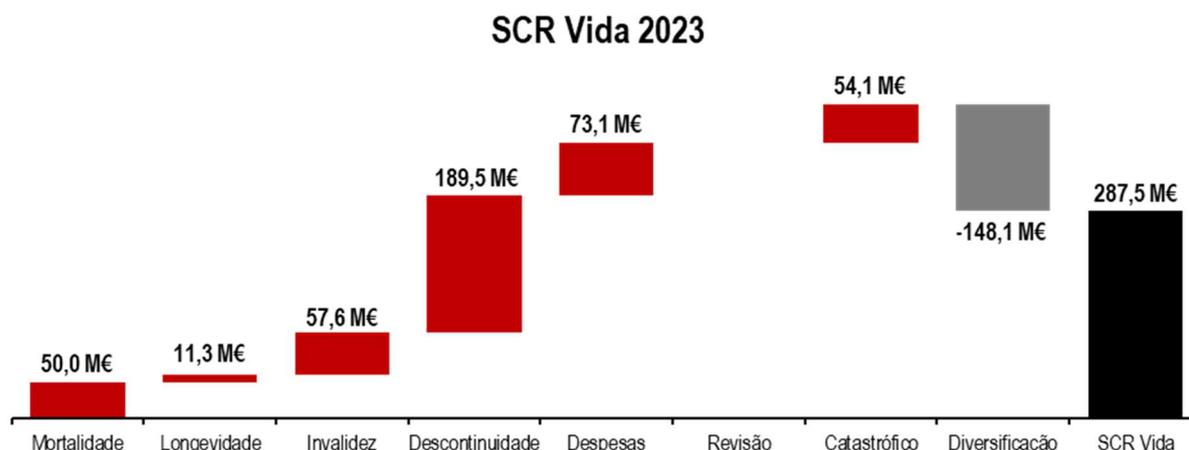
- A redução do risco de mercado, detalhado no capítulo C.2.;
- A redução do risco de contraparte, detalhado no ponto C.3.;
- A redução do risco específico de seguros de vida, detalhado no ponto C.1.1.;
- O aumento do risco específico de seguros acidentes e doença, detalhado no ponto C.1.3.;
- O aumento do risco específico de seguros de não vida, detalhado no ponto C.1.2.;
- O aumento do risco operacional, detalhado no capítulo C.5.

Procede-se, de seguida, a uma análise destes riscos, designadamente, quanto à sua natureza e ao seu impacto na Companhia.

C.1. Risco específico de seguros

C.1.1. Risco específico de seguros de vida

O risco específico de seguros de vida é o segundo mais relevante para a Companhia.



Analisando-se os submódulos que compõem este risco, verifica-se que o risco de descontinuidade é o mais expressivo dentro do módulo de risco específico de seguros de vida.

O seu peso decorre do impacto dos contratos de seguro temporário anual renovável ligados ao crédito à habitação e dos contratos com as coberturas de “Organização e Despesas do Serviço de Funeral” e de “Adequação do serviço fúnebre a Jazigo, Gavetão ou Sepultura Perpétua” em que a Companhia não tem o direito de cancelamento ou alteração de tarifas, pelo que os limites contratuais considerados para efeitos de avaliação das provisões técnicas são, para os primeiros, o termo do crédito à habitação associado a cada um deles e sem termo para os segundos, respetivamente.

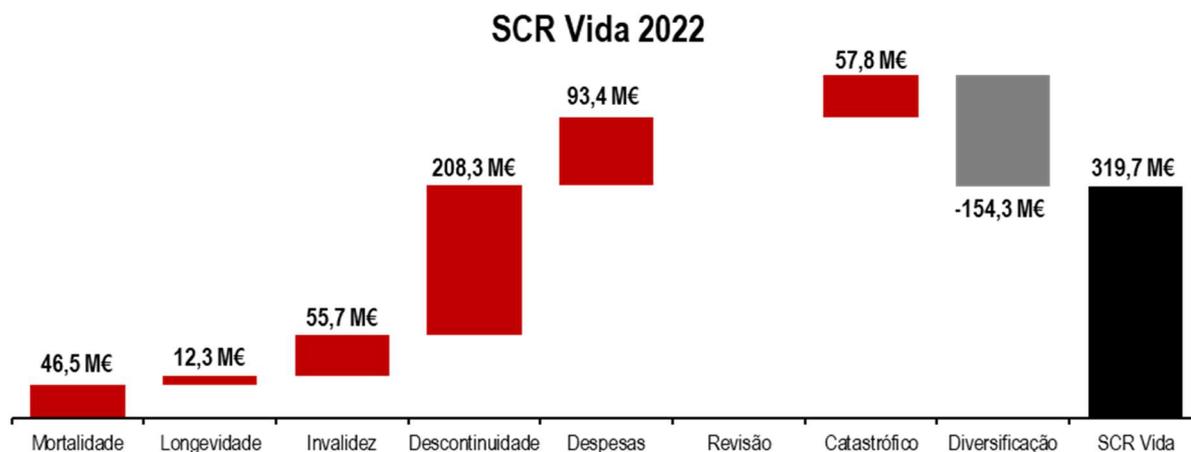
O segundo submódulo mais significativo, embora com um peso substancialmente inferior ao risco de descontinuidade, é o risco de despesas, resultante, fundamentalmente, da Companhia, no cálculo dos requisitos de capital deste submódulo de risco, ter considerado para a totalidade das responsabilidades Vida, conforme entendimento da ASF, as comissões a pagar pela atividade de intermediação dos mediadores de seguros como despesas, no âmbito do artigo 31.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e, conseqüentemente, foram sujeitas aos choques aplicáveis a este risco.

Com valores aproximados, e com uma dimensão inferior ao risco de despesas, temos os riscos de invalidez, de despesas e de mortalidade, todos com origem nos contratos de seguro Vida Risco.

Por fim, o risco de longevidade, com um peso pouco relevante neste módulo de risco, em resultado da carteira de Rendas da Companhia ser reduzida.

Uma nota para o fato do risco de revisão ser nulo, em resultado da ausência de exposição ao mesmo no mercado português.

O cálculo do SCR Vida, relativo a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:



A redução de 32,3 milhões de euros, encontra-se refletida no gráfico seguinte:

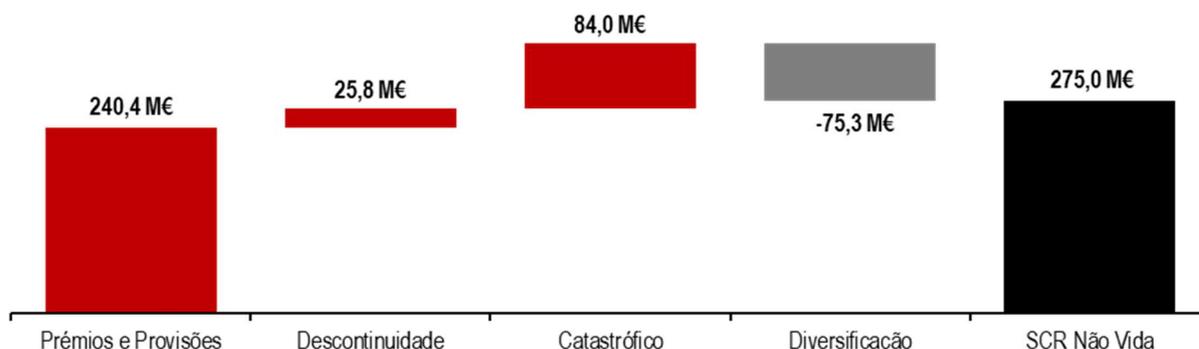


A redução verificada no risco específico de seguros de Vida resulta essencialmente da diminuição do volume das despesa e risco de descontinuidade.

C.1.2. Risco específico de seguros de não vida

O risco específico de seguros de não vida é o terceiro mais relevante para a Companhia.

SCR Não Vida 2023



Dentro deste módulo, o risco de prémios e provisões é o mais expressivo.

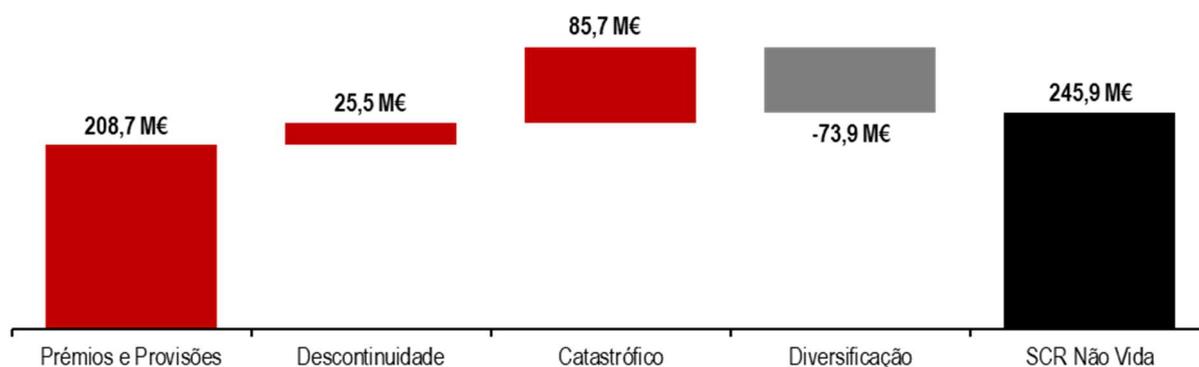
O peso deste risco resulta, fundamentalmente, do volume de prémios e reservas relativos aos contratos de seguros automóvel (responsabilidade civil e outras coberturas), seguros de incêndio e outros ramos e seguros de responsabilidade civil geral.

Com um valor bastante inferior, surge o risco catastrófico o qual advém essencialmente do valor significativo de capitais seguros com cobertura de fenómenos sísmicos. No entanto, em caso de ocorrência de um fenómeno sísmico, os contratos de resseguro existentes implicam que apenas uma parte das responsabilidades será assumida pela Companhia. É, assim, neste contexto, que este risco não tem um efeito relevante. É importante, também, referir que o efeito mitigador destes contratos de resseguro é tido em conta no módulo de risco de contraparte.

Em relação ao risco de descontinuidade, o seu peso é muito pouco significativo, atendendo ao fato dos contratos de seguro terem um limite contratual até à próxima anuidade.

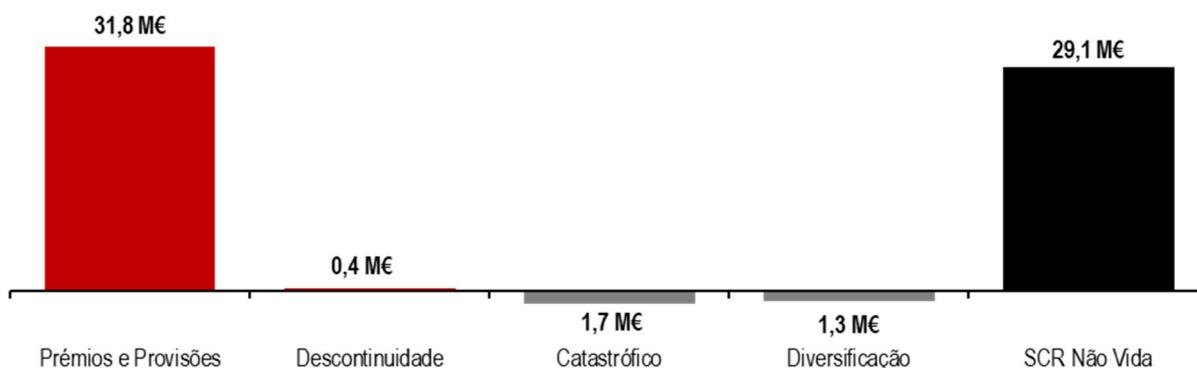
O cálculo do SCR Não Vida, relativo a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:

SCR Não Vida 2022



O aumento de 29,1 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.

Variação SCR Não Vida 2022-2023

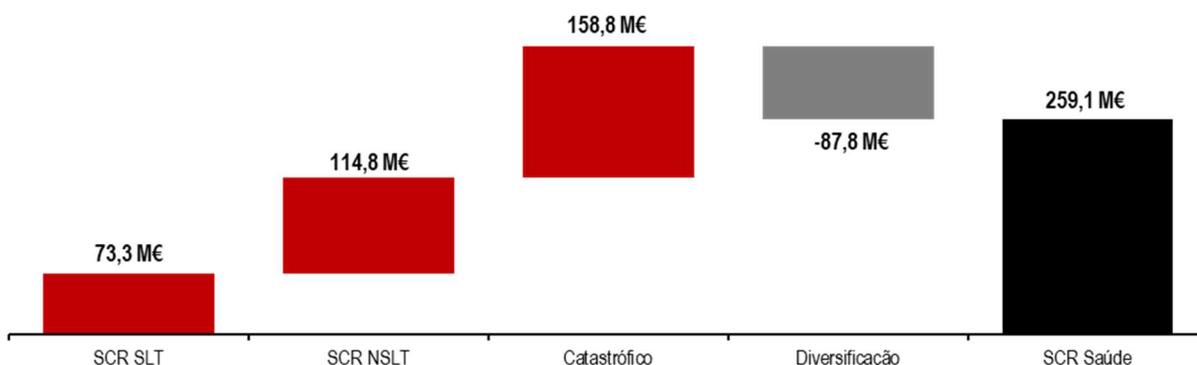


O aumento deste risco decorreu da atividade da companhia com incremento do volume de prémios e reservas dos contratos dos ramos automóvel e incêndio.

C.1.3. Risco específico de seguros de acidentes e doença

Em termos de peso, trata-se do quarto risco para a Companhia e o risco com menor peso dos três riscos específicos de seguros.

SCR Acidentes e Doença 2023

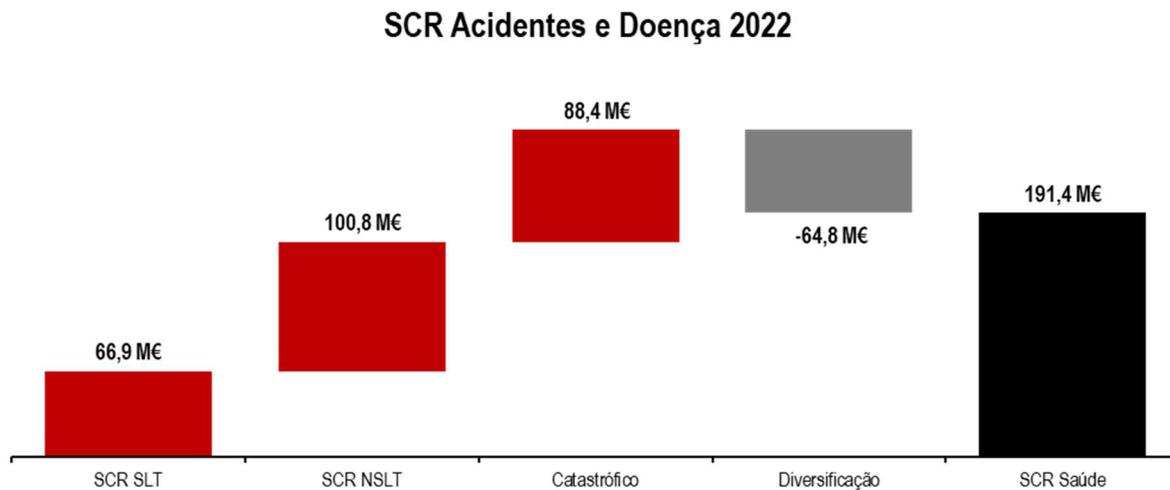


O submódulo de acidentes e doença SLT (*similar to life techniques*) é composto, essencialmente, pelo risco de longevidade resultante das pensões e despesas de assistência vitalícia da modalidade de acidentes de trabalho.

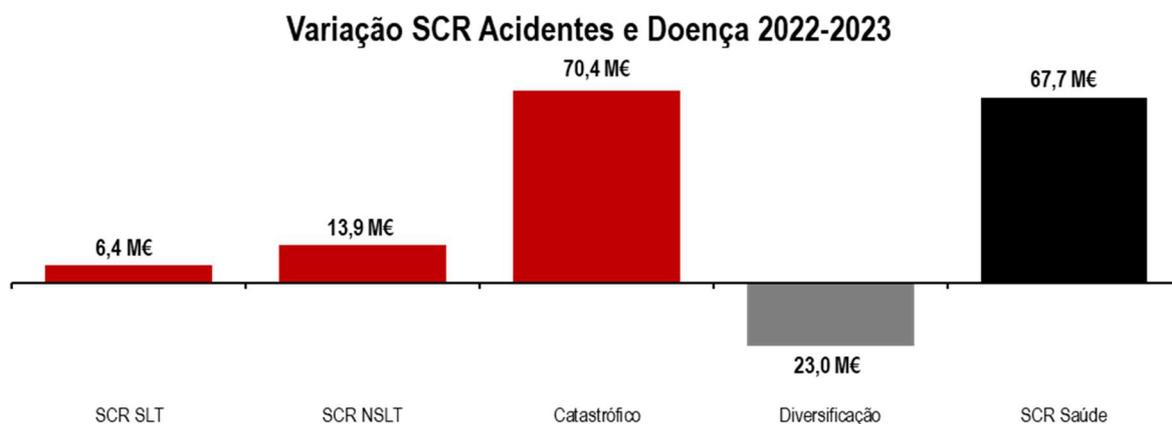
O submódulo de acidentes e doença NSLT (*not similar to life techniques*), com origem no risco de prémios e provisões decorrente de seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais, dado que os seguros de doença se encontram ressegurados a 100% na Multicare.

O submódulo risco catastrófico, resulta, principalmente, da concentração de acidentes, atendendo aos capitais seguros envolvidos.

O cálculo do SCR Acidentes e Doença, relativo a 31 de dezembro de 2022, foi o seguinte:



O aumento de 67,7 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.



A evolução registada neste módulo de risco resultou fundamentalmente:

- Da atividade da Companhia;
- Do risco catastrófico devido ao aumento do risco de concentração de acidentes.

C.1.4. Técnicas de mitigação do risco específico de seguros

A Companhia faz uso, para um conjunto alargado de ramos, de contratos de resseguro que asseguram a mitigação dos riscos específicos de seguros de vida, não vida e acidentes e doença. Esta mitigação é tida em conta no cálculo dos respetivos requisitos de capital.

C.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco mais relevante para a Companhia, destacando-se claramente dos restantes módulos de risco.



Dentro deste módulo, o submódulo mais relevante é o do risco imobiliário, refletindo a estratégia de investimento seguida pela Companhia, onde a exposição ao mercado imobiliário é significativa.

O segundo submódulo mais relevante é o acionista, fruto da exposição relevante da Companhia a ações, nomeadamente as referentes às participações nas empresas de seguros do grupo, detidas pela Fidelidade

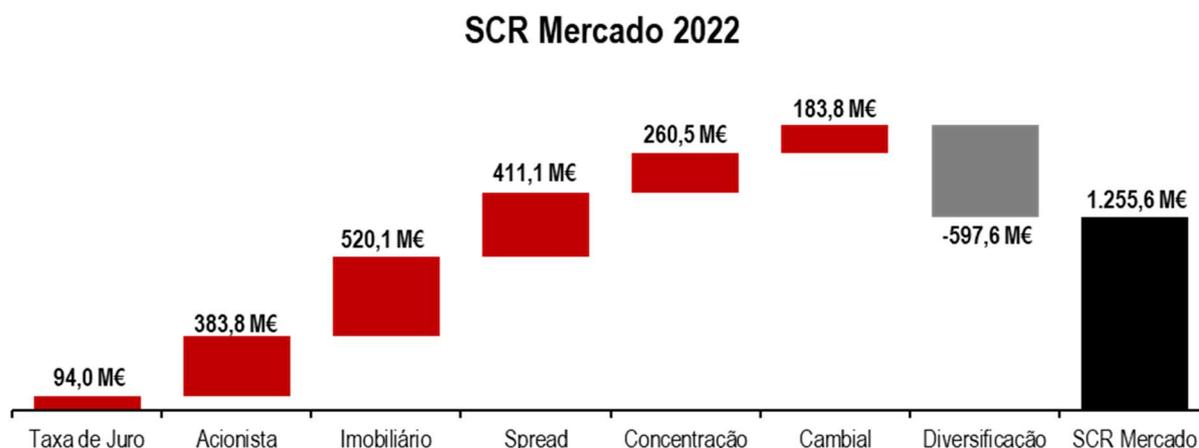
O risco de concentração é o terceiro submódulo mais relevante do módulo de risco de mercado. As maiores exposições da Companhia são ao grupo económico Fosun International Limited (influenciado por participações diretas da Fidelidade), HSBC e Caixa Geral de Depósitos.

O quarto submódulo mais relevante do risco de mercado é o de risco de spread resultante da elevada exposição da Companhia a instrumentos financeiros de rendimento fixo, que não dívida governamental europeia.

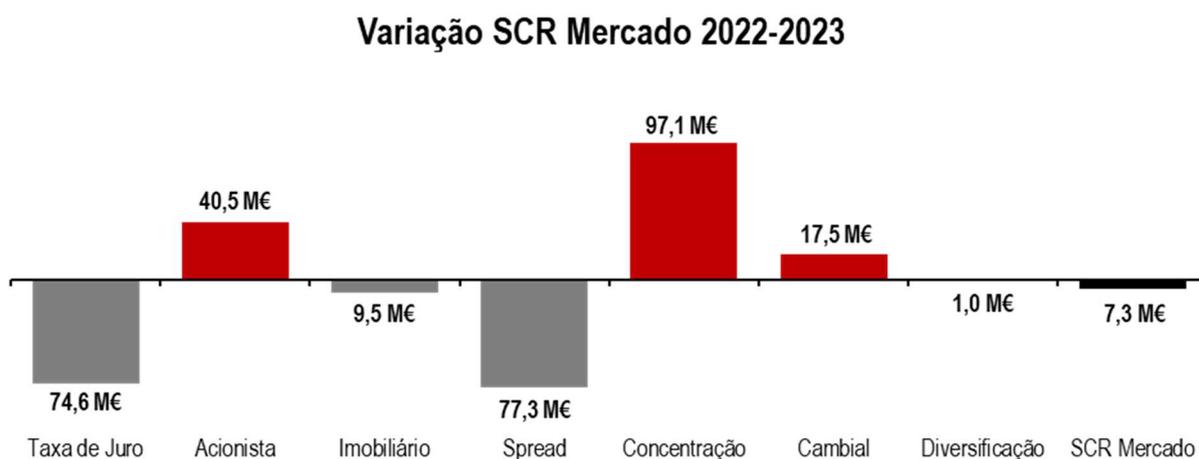
Com um valor inferior temos o risco cambial, limitado pela cobertura cambial efetuada para as exposições mais relevantes em moeda estrangeira.

Já no risco de taxa de juro, o seu reduzido valor resulta da gestão Ativo-Passivo levada a cabo pela empresa com o intuito de manter o *duration gap* em valores reduzidos.

O cálculo do SCR do Risco de Mercado, relativo a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:



O decréscimo de 7,3 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.



Relativamente ao decréscimo do risco de taxa de juro, é justificado por um conjunto de fatores. No caso dos passivos, há uma queda da taxa de juro que no entanto é mitigado pelo aumento da *duration*, o que não acontece no caso dos ativos, uma vez que a *duration* não se altera. Estes efeitos, em conjunto, acabam por provocar uma alteração de cenário de *Up* para *Down* entre o período de análise.

O aumento no risco acionista é explicado maioritariamente por movimentações de fundos, variação nas participações (valorização Luz Saúde e atualização de participações), e valorização da REN e Ageas.

O decréscimo no risco de spread é explicado por uma redução de exposição a obrigações.

O incremento do risco cambial é maioritariamente explicado pela valorização da FID Peru.

Quanto ao risco de concentração, o aumento existente é explicado maioritariamente pela valorização da Luz Saúde e aumento da exposição ao grupo Fosun.

C.2.1. Técnicas de mitigação do risco de mercado

O processo de investimento da Companhia além de assegurar a conformidade com o princípio do gestor prudente, visa potencializar, quer decisões racionais e fundamentadas no âmbito da seleção de ativos, quer a existência de uma adequada relação entre risco e retorno.

Assim, o processo inicia-se com a identificação de oportunidades de investimento, através do rastreamento, identificação e análise de oportunidades de investimento em todo o mundo, dando origem à apresentação de propostas de investimento tomando por base, por um lado, aspectos qualitativos, como sejam, a título de exemplo, a descrição do investimento, incluindo diferentes hipóteses para a sua concretização, e a descrição do racional do negócio, e, por outro, aspectos quantitativos como sejam, a título de exemplo, indicadores financeiros ou retorno esperado.

Estas propostas são analisadas, incluindo uma primeira abordagem em termos de consumo de capital à luz do regime Solvência II.

Sendo a proposta de investimento aceite, é preparado um *investment case* contendo um resumo do investimento a realizar, uma análise do cumprimento dos limites legais e dos limites previstos na Política de Investimentos da Companhia, uma análise de adequação do investimento em termos de ALM (*cash-flow matching*) e o cálculo do consumo de capital associado ao investimento de acordo com as regras do regime Solvência II.

Este *investment case*, integra uma Comunicação Interna dirigida à Comissão Executiva contendo proposta e fundamentação para a realização do investimento além de outra informação adicional. Na parte da execução das transações de títulos, os *traders* encarregues estão sujeitos aos limites definidos na Proposta de Investimentos.

Todo este processo encontra-se enquadrado nas orientações gerais de investimentos da Companhia.

De acordo com essas orientações, o objetivo primordial da carteira de investimento é gerar rendimento para a Companhia, considerando, no entanto, os riscos associados e demais restrições resultantes da estratégia de negócio definida pela Comissão Executiva.

A alocação dos ativos, em cada carteira de investimentos, é efetuada de forma que o retorno agregado de todas as carteiras e o respetivo risco cumulativo cumpram os objetivos de investimento estabelecidos.

Risco de Mercado - Cambial

A Companhia, através do recurso a contratos de futuros, *forwards* e *swaps*, efetua a cobertura da exposição cambial de ativos detidos direta ou indiretamente:

- A exposição a ativos denominados em dólar americano (USD) e em dólar de Hong Kong (HKD), dada a elevada correlação entre USD e HKD, é mitigada através do recurso a contratos de futuros, *forwards* e *swaps* em USD;
- A exposição a ativos denominados em libras esterlinas (GBP) é mitigada através do recurso a futuros, *forwards* e *swaps* em GBP;
- A exposição a ativos denominados em ienes (JPY), francos suíços (CHF) é mitigada através do recurso a *forwards* em JPY e CHF.

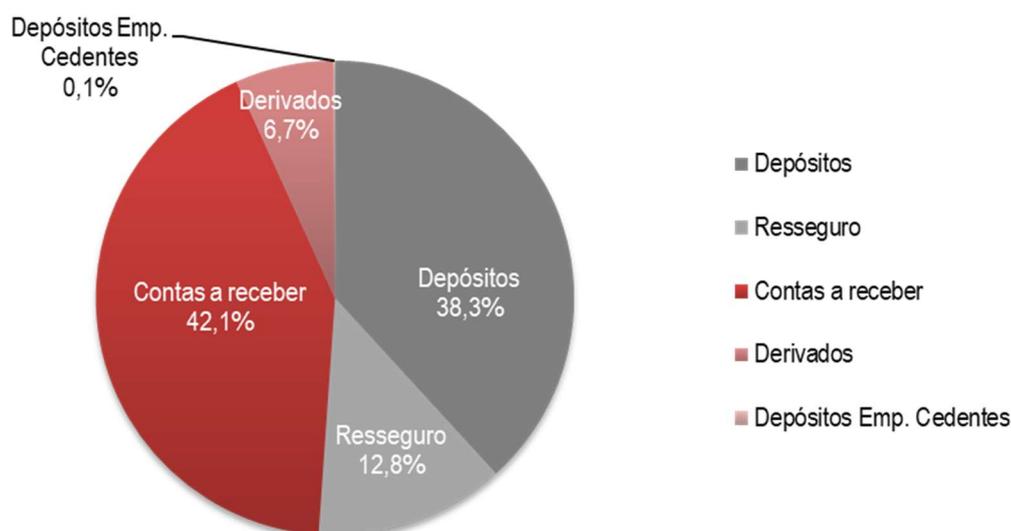
A Companhia tem a intenção de substituir os contratos de futuros por contratos semelhantes, findo aquele prazo de maturidade.

C.3. Risco de crédito

O módulo de risco de incumprimento pela contraparte apresenta o quinto valor mais elevado no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia.

A decomposição deste risco por tipo de contraparte a 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Decomposição do Risco de Crédito



O requisito de capital de solvência para o risco de incumprimento pela contraparte resulta essencialmente das componentes relativas a contas a receber e a depósitos, nos quais a exposição à Caixa Geral de Depósitos assume um peso significativo. Das restantes exposições, a mais relevante é a exposição a contrapartes para as quais a Companhia transfere riscos através de contratos de resseguro para os riscos de subscrição.

C.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Fidelidade é definida na Política de ALM e Liquidez, que é revista anualmente no ALCO (Comité de Gestão de Ativos e Passivos). Mensalmente é produzido pelo GCF – ALM (Gabinete Capital Planning and Financial Optimization – Área Funcional Asset and Liability Management), um relatório de monitorização deste risco, bem como o relatório de ALM que apresenta análises de *cash-flows* distribuídos pelas várias linhas de negócio e assumindo vários cenários. Mensalmente, é enviado para a ASF (Autoridade de supervisão dos Seguros e Fundos) um relatório com o detalhe dos ativos ilíquidos detidos em carteira.

O objetivo de liquidez do grupo é deter uma tesouraria com capacidade para gerir todas as necessidades de fundos do grupo (*cash-flows*) em tempo adequado, sem recorrer a financiamentos ou a vendas não planeadas de ativos. Por este motivo foram definidos sete níveis de liquidez de ativos, que variam entre o step 0 (*cash* com disponibilidade em 1 dia) até ao step 6 (investimentos estratégicos, dos quais a Fidelidade não pretende vender num futuro próximo) e dois rácios de liquidez de

curto e médio prazo que relacionam os ativos líquidos com a necessidade de *cash-flow*, que devem ser superiores a 100%. Para além disso foram definidos três níveis de liquidez (imediate, curto prazo e médio e longo prazo) que pretende avaliar se a Fidelidade tem ativos líquidos suficientes para cobrir as responsabilidades incluindo eventos inesperados tanto do lado do passivo como do lado dos ativos.

Em 2023 ocorreu uma revisão à Política de ALM e Liquidez em novembro (no ALCO) que passou a incluir uma nova métrica, o *Liquidity Ratio*, com o objetivo de medir a proporção de ativos líquidos nos ativos sob gestão, associado a esta métrica foi também definido o *Early Warning Indicator* com limite de 55% para ser desencadeado plano de ação de recuperação da liquidez. Os valores mensais deste rácio para o ano de 2023, variaram entre 52% a 59%. Adicionalmente, foi introduzido um novo capítulo onde são estabelecidas as medidas para o Plano de Contingência de Liquidez.

No que respeita ao risco de liquidez, entende-se por “lucros esperados incluídos nos prémios futuros” (EPIFP – *expected profit included in future premiums*) o valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros resultante da inclusão nas provisões técnicas dos prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, mas que possam não ser recebidos por qualquer outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

O valor dos EPIFP, em 31 de dezembro de 2023, é o seguinte:

Valor em milhares de euros	
Lucros esperados incluídos nos prémios futuros - Vida	358.977
Lucros esperados incluídos nos prémios futuros - Não Vida	44.766
Total	403.744

Para Vida o valor do EPIFP refere-se apenas à classe de negócio vida risco, sendo utilizados para o seu cálculo os métodos e principais pressupostos descritos no ponto D.2.1 do presente relatório. Nos ramos não vida as linhas de negócio que mais contribuem para o valor são o Seguro de doença, Seguro de Incêndio e Outros Danos, Assistência e Outros seguros de veículos motorizados.

Importa frisar que os prémios considerados no cálculo destes lucros encontram-se líquidos das responsabilidades de resseguro.

Por fim, refira-se que a avaliação a que se refere a subalínea ii), da alínea d), do n.º 1 do artigo 260.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, não se ajusta às características dos produtos associados a esta classe de negócios.

C.5. Risco operacional

O risco operacional traduz-se no risco de perdas resultantes quer da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas, quer da ocorrência de eventos externos.

Trata-se do módulo de risco com menor peso no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia, sendo o seu decréscimo reflexo da evolução da atividade da Companhia no negócio vida e do aumento das despesas respeitantes a *unit-linked*.

Na gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia identifica, no âmbito dos seus processos, os riscos operacionais mais relevantes a que cada um deles se encontram expostos (com base numa matriz de riscos pré-definida) e documenta os controlos existentes que os mitigam.

Adicionalmente, no sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos previamente identificados e é efetuada uma avaliação do sistema de controlo interno, suportada por um processo de autoavaliação das atividades de controlo documentadas.

C.6. Outros riscos materiais

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão.

Os riscos seguintes são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais.

C.6.1. Risco de reputação

A gestão do risco de reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente:

- Na existência de uma função responsável pela comunicação corporativa e de relação com os *media*;
- Na existência de uma função de comunicação da marca;
- Na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas Áreas da Companhia e Comissão Executiva;
- No planeamento e acompanhamento dos Recursos Humanos da Companhia;
- No Programa de Responsabilidade Social.

Adicionalmente, ciente da crescente importância da reputação para a afirmação e sucesso das organizações, a Companhia instituiu igualmente um Comité de Coordenação da Comunicação, que reunirá regularmente, e será liderado pelo Presidente da Comissão Executiva, de forma a melhor articular todos os fluxos de comunicação interna e externa da Companhia.

As ações desenvolvidas neste âmbito têm tido reflexo, como pode ser comprovado pelos inúmeros prémios atribuídos no âmbito da excelência de serviço/ satisfação do cliente. Considera-se, assim, que este risco está adequadamente mitigado, pelo que o mesmo é classificado como baixo.

C.6.2. Risco estratégico

A concretização da estratégia da companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível (processo este, enquadrado num modelo de governação que envolve o Conselho de Administração, Comissão de Investimentos e Conselho Consultivo), passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Direção, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos, e termina nos colaboradores da companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia. Deste modo, este risco é considerado como baixo.

C.6.3. Risco de (continuidade de) negócio

A Companhia, como qualquer outra empresa de seguros a operar em Portugal, pode estar exposta a potenciais eventos de mercado. Não obstante, este risco é classificado como baixo, atendendo ao forte posicionamento que a Companhia tem no mercado segurador português e que tem vindo, inclusive, a ser reforçado.

No âmbito da análise deste risco, teve-se também em conta, a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas como consequência de centrar o desenvolvimento da sua atividade num determinado setor, área geográfica ou clientes específicos.

Ora, o risco de concentração de negócio da Companhia é considerado baixo, dado o alto nível de diversificação que se verifica na tipologia de produtos comercializados, nos canais de comercialização e dos seus clientes. Contudo, devemos mencionar que o nível de concentração geográfica ainda é elevado, com a maior parte do negócio a estar centrada em Portugal. Contudo, a Companhia encontra-se num processo de expansão da sua atividade a nível internacional, nomeadamente, em mercados fora da Europa onde já se encontrava a desenvolver a sua atividade.

C.6.4. Risco legal

Embora este risco esteja incluído na definição de risco operacional, optou-se por isolar a sua análise atendendo, quer à sua importância, quer à forma de avaliação/medição prevista na fórmula-padrão para o risco operacional onde não é possível destacá-lo.

A Companhia encontra-se num processo de adaptação contínua às normativas em vigor (tanto a nível nacional, como internacional) e às modificações que as mesmas impactam na sua atividade. Contudo, existe um risco, considerado médio, procedente de possíveis modificações regulatórias.

Relativamente às alterações fiscais a que poderá estar sujeita, realçam-se as relacionadas com os impostos diferidos, designadamente ao nível da taxa de imposto e/ou do prazo de reporte de prejuízos fiscais.

Aliado a este risco existe também o risco de possíveis alterações ao nível dos benefícios fiscais relacionados com certos produtos de investimento. Caso haja alterações a este nível, alguns produtos podem perder as vantagens competitivas associadas, o que leva a um risco relacionado com a sua comercialização. Embora esta situação já se tenha verificado no passado nalguns produtos, sem que tivesse tido um impacto relevante na Companhia, não pode deixar-se de considerar este risco.

Adicionalmente, a Companhia encontra-se exposta a riscos em termos de *compliance* no decorrer normal das suas operações.

Concluindo, e tendo em conta todos os pontos abordados anteriormente, o risco legal associado à Companhia é considerado médio, devido aos impactos que teriam eventuais alterações na legislação fiscal e às incertezas relacionadas com a aplicação do regime Solvência II.

C.7. Eventuais informações adicionais

C.7.1. Ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos

A Companhia reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não só do impacto no imposto diferido passivo, mas também o impacto no imposto diferido ativo. No caso do reconhecimento do ajustamento relativo ao imposto diferido ativo, a companhia testa a recuperabilidade do mesmo tendo em conta os lucros fiscais futuros estimados após o choque, num horizonte temporal limitado.

Sem o uso do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos o rácio de cobertura do requisito de capital de solvência seria de 182%.

C.7.2. Sensibilidade ao risco

A sensibilidade do rácio de solvência, em 31 de dezembro de 2023, aos principais riscos a que a Companhia está exposta, expresso como o impacto absoluto naquele rácio (em pontos percentuais), é apresentada no quadro seguinte:

Tipo de Risco	Efeito das variações nos:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-18,1 p.p.	+9,1 p.p.	-9,8 p.p.
Imobiliário	-13,3 p.p.	+5,8 p.p.	-7,9 p.p.
Spread	-9,7 p.p.	+0,7 p.p.	-9,1 p.p.
Taxa de Juro (Up)	+2,8 p.p.	+0,7 p.p.	+3,5 p.p.
Taxa de Juro (Down) 50	-2,0 p.p.	-0,3 p.p.	-2,3 p.p.
Taxa de Juro (Down) 100	-4,4 p.p.	-0,9 p.p.	-5,3 p.p.

Em 31 de dezembro de 2022 a sensibilidade do rácio de solvência era a seguinte:

Tipo de Risco	Efeito das variações nos:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-16,5 p.p.	+8,1 p.p.	-9,0 p.p.
Imobiliário	-13,9 p.p.	+6,1 p.p.	-8,2 p.p.
Spread	-11,3 p.p.	+1,5 p.p.	-9,9 p.p.
Taxa de Juro (Up)	+1,1 p.p.	+0,4 p.p.	+1,6 p.p.
Taxa de Juro (Down) 50	-0,8 p.p.	-1,9 p.p.	-2,7 p.p.
Taxa de Juro (Down) 100	n.a	n.a	n.a

Explicação das análises de sensibilidade Solvência II:

Risco	Cenário
Acionista	Impacto de uma descida de 20% no valor das ações, incluindo os Fundos de ações.
Imobiliário	Impacto de uma descida de 10% no valor dos imóveis, incluindo os Fundos Imobiliários.
Spread	Impacto de uma subida de 100 pontos base nos títulos de dívida.
Taxa de juro	Impacto de um aumento paralelo de 100 pontos base ao longo de toda a curva.
	Impacto de uma diminuição paralela de 100 pontos base ao longo de toda a curva
	Impacto de uma diminuição paralela de 50 pontos base ao longo de toda a curva.

D. Avaliação para efeitos de Solvência

Neste capítulo apresenta-se a informação relativa à avaliação dos ativos, provisões técnicas e outros passivos para efeitos de solvência e a comparação dessa avaliação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2023.

É também apresentada a mesma informação, para efeitos de solvência, relativa a 31 de dezembro de 2022.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais, em comparação com o período abrangido pelo relatório anterior, quer nas bases, métodos e principais pressupostos utilizados na avaliação dos elementos do ativo da Companhia, quer nos pressupostos relevantes utilizados no cálculo das suas provisões técnicas.

Nos parágrafos seguintes são descritas as bases, os métodos e os principais pressupostos usados na valorização para efeitos de Solvência II, com a seguinte decomposição:

Valores em milhares de euros

		Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativo					
D.1	Total do Ativo	15.154.826	15.224.861	-70.035	15.199.642
Passivo					
D.2	Provisões Técnicas	10.615.822	11.427.301	-811.479	10.890.505
D.3	Outras responsabilidades	1.882.832	1.600.275	282.557	1.727.022
Total do Passivo		12.498.654	13.027.576	-528.922	12.617.527
Excesso do ativo sobre o passivo		2.656.172	2.197.285	458.887	2.582.115

D.1. Ativos

A avaliação dos ativos para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Ativos financeiros;
- Ativos imobiliários;
- Outros ativos; e
- Recuperáveis de resseguro.

São também apresentados neste capítulo os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos subcapítulos seguintes:

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	13.553.382	13.561.101	-7.719	13.513.555
Ativos imobiliários	218.793	214.801	3.992	301.105
Outros ativos	1.013.665	935.932	77.733	1.069.014
Recuperáveis de resseguro	368.986	513.027	-144.041	315.968
Total	15.154.826	15.224.861	-70.035	15.199.642

D.1.1. Ativos financeiros

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	3.193.191	2.997.809
Ações — cotadas em bolsa	309.887	374.852
Ações — não cotadas em bolsa	1.223	1.092
Obrigações de dívida pública	1.975.475	2.439.393
Obrigações de empresas	4.090.798	4.211.843
Títulos de dívida estruturados	181.689	166.272
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0
Organismos de investimento coletivo	606.657	602.673
Derivados	184.800	112.128
Depósitos que não equivalentes a numerário	161.779	140.346
Outros investimentos	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.847.883	2.467.147
Total	13.553.382	13.513.555

Para efeitos de solvência os ativos financeiros são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos financeiros são registados ao justo valor, correspondendo este ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado (*exit price*).

Para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros, os ativos são classificados à luz de critérios de hierarquia de justo valor definidos no âmbito da norma IFRS 13 (*Fair Value Measurement*). No âmbito do regime Solvência II esses critérios de hierarquia são definidos pelo método de avaliação dos ativos segundo as seguintes categorias:

QMP - Quoted market price in active markets for the same assets

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando o *bid price* do mercado ativo disponível na plataforma eletrónica.

QMPS - Quoted market price in active markets for similar assets

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando preços obtidos junto do *market maker*.

AVM - Alternative valuation methods

A Companhia não efetua valorizações a partir de modelos financeiros.

AEM - Adjusted equity method

Os ativos considerados nesta categoria, são reconhecidos inicialmente a custo sendo periodicamente sujeitos a reavaliações em função da divulgação das demonstrações financeiras.

IEM - IFRS equity methods

Atualmente não aplicável.

MV – Market valuation

Atualmente não aplicável.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	3.193.191	3.136.870	56.321
Ações — cotadas em bolsa	309.887	309.887	0
Ações — não cotadas em bolsa	1.223	1.297	-74
Obrigações de dívida pública	1.975.475	1.987.327	-11.852
Obrigações de empresas	4.090.798	4.090.798	0
Títulos de dívida estruturados	181.689	181.689	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	606.657	609.378	-2.721
Derivados	184.800	185.593	-793
Depósitos que não equivalentes a numerário	161.779	209.602	-47.823
Outros investimentos	0	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.847.883	2.848.660	-777
Total	13.553.382	13.561.101	-7.719

As principais diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações

Resulta, da valorização, para efeitos de solvência, das participadas não cotadas pelo Adjusted Equity Method (AEM). Em termos líquidos, o valor total destas participações para efeitos de solvência aumentou em 56.321 milhares de euros.

No valor total da diferença, estão incluídos (entre outros menos relevantes) os impactos das valorizações da Luz Saúde pelo Adjusted Equity Method (o valor desta participação para efeitos de solvência reduziu-se em 296.904 milhares de euros), da Fidelidade Property Europe (aumento de 212.590 milhares de euros na valorização em solvência), da Multicare (aumento de 53.653 milhares de euros na valorização em solvência) e da Fidelidade Assistência (o valor desta participação para efeitos de solvência reduziu-se em 26.019 milhares de euros).

Ações – não cotadas em bolsa

Resulta da valorização, para efeitos de solvência, de títulos não cotados pelo Adjusted Equity Method (AEM).

Obrigações de dívida pública

A diferença corresponde a valias potenciais da carteira de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reconhecidas em Solvência II.

Organismos de investimento coletivo

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem Look-through. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

Derivados

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.) estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

Depósitos que não equivalentes a numerário

A maioria do ajustamento de Solvência II deve-se ao facto de a partir do reporte trimestral relativo ao quarto trimestre de 2022, os ativos referentes a contas margem e de colateral deixaram de ser integrados na rubrica do balanço "Depósitos que não equivalentes a numerário" devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica "Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço".

Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação

Resulta da utilização de valores de cotação a 31 de dezembro de 2023, obtidos, em diferentes momentos no tempo. Nas demonstrações financeiras, a valorização a 31 de dezembro de 2023 foi efetuada algumas horas antes do fecho de alguns mercados financeiros, aqueles que têm horários de funcionamento alargado ou contínuo. Para Solvência II foi possível considerar o valor final após o fecho de todos os mercados financeiros.

Ao mesmo tempo, a diferença resulta também de ajustes à valorização dos fundos em carteiras *unit-linked* para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano, entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

D.1.2. Ativos imobiliários

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Ativo	Valores em milhares de euros	
	Solvência II	Solvência II ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	76.981	70.904
Imóveis (que não para uso próprio)	11.061	31.903
Organismos de investimento coletivo	130.751	198.298
Total	218.793	301.105

Para efeitos de solvência, os ativos imobiliários são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos imobiliários da Companhia são contabilizados ao seu Valor de Mercado, consistindo o mesmo no preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador, interessados e independentes, subentendendo-se que:

- i) o ativo é objeto de uma oferta pública no mercado;
- ii) as condições deste permitem uma venda regular;
- iii) se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do imóvel.

Neste seguimento, um dos seguintes métodos de avaliação deve ser utilizado na determinação do Valor de Mercado:

Método Comparativo (Market Approach)

O Método Comparativo consiste na determinação do valor de um imóvel através da comparação deste com imóveis idênticos ou semelhantes, em função da informação disponível no mercado relativamente a valores de transação ou de preços praticados para imóveis comparáveis.

De acordo com esta metodologia, o valor do imóvel resulta do ajustamento dos valores e preços obtidos no mercado, face à localização e características físicas do imóvel em avaliação.

Método do Custo (Cost Approach)

O Método do Custo consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos.

Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência.

Método do Rendimento (Income Approach)

O Método do Rendimento considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável.

Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Por forma a refletir a regulamentação aplicável ao setor segurador português, é seguida a seguinte metodologia no âmbito da avaliação de ativos imobiliários na Fidelidade e respetivas empresas participadas:

- Devem ser, salvo se explicitado de forma diferente nos pontos seguintes, seguidos os critérios definidos para a avaliação de imóveis por entidades do setor segurador no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), nomeadamente conforme previsto no regime futuro do documento “A Avaliação e Valorização de Imóveis – Uma Abordagem Integrada para o Sistema Financeiro Português”;
- O perito avaliador deverá, além de estar registado na CMVM (com exceção para processos de avaliação de ativos localizados fora do território português, para os quais são considerados avaliadores locais) e ter subscrito um seguro de responsabilidade civil, ser membro RICS, seguindo deste modo as normas previstas por esta entidade;
- No caso de imóveis cujo Valor de Mercado se estime ser superior €2,5 milhões, deverão ser realizadas duas avaliações por peritos distintos, prevalecendo a de menor valor;

- Deverão ser usados pelo menos um dos três métodos da IFRS 13, sendo um deles obrigatoriamente o *Income Approach* (método do rendimento);
- O relatório de avaliação deverá apresentar uma discriminação do valor de avaliação do(s) terreno(s) e do valor de avaliação do(s) edifício(s);
- No caso de edifícios em propriedade horizontal, o relatório de avaliação deverá apresentar adicionalmente uma alocação dos valores de avaliação por fração, ou seja, incluir uma discriminação da quota-parte do(s) terreno(s) e do(s) edifício(s) por fração;
- O relatório de avaliação poderá incluir uma análise de sensibilidade às variáveis mais relevantes na respetiva avaliação;
- Quanto à periodicidade mínima para a avaliação dos ativos imobiliários, por um princípio de prudência, os mesmos deverão ser reavaliados anualmente.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	76.981	73.036	3.945
Imóveis (que não para uso próprio)	11.061	11.061	0
Organismos de investimento coletivo	130.751	130.704	47
Total	218.793	214.801	3.992

As diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio

Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização ao custo, pelo que a diferença resulta do facto de em Solvência II se estar a utilizar a valorização ao justo valor, conforme requerido pelas Autoridades de Supervisão.

Organismos de investimento coletivo

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

D.1.3. Outros Ativos

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Goodwill	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Ativos por impostos diferidos	424.498	444.903
Excedente de prestações de pensão	22.588	25.212
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	73.090	32.904
Empréstimos sobre apólices de seguro	1.183	1.143
Depósitos em cedentes	1.149	1.200
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	99.647	145.381
Valores a receber a título de operações de resseguro	65.042	17.141
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	52.418	87.719
Ações próprias (detidas diretamente)	149	149
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	202.405	217.706
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	71.496	95.556
Total	1.013.665	1.069.014

Os outros ativos encontram-se avaliados nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor. Situações particulares em que tal não ocorra encontram-se explicadas na tabela seguinte onde é apresentada a comparação da avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Goodwill	0	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	743	-743
Ativos intangíveis	0	76.743	-76.743
Ativos por impostos diferidos	424.498	346.778	77.720
Excedente de prestações de pensão	22.588	22.588	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	73.090	73.090	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	1.183	1.183	0
Depósitos em cedentes	1.149	1.149	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	99.647	99.647	0
Valores a receber a título de operações de resseguro	65.042	65.042	0
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	52.418	52.418	0
Ações próprias (detidas diretamente)	149	149	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	202.405	177.579	24.826
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	71.496	18.823	52.673
Total	1.013.665	935.932	77.733

As diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

Custos de aquisição diferidos

O valor destes ativos para efeitos de solvência é zero.

Ativos intangíveis

Para que estes ativos tenham valor no balanço para efeitos de solvência, deveriam ser suscetíveis de serem vendidos separadamente e, para além disso, seria necessário demonstrar que existe um mercado ativo onde se transacionam ativos intangíveis semelhantes. Visto que os ativos da Companhia considerados nesta classe não reúnem estas características, o seu valor para efeitos de solvência é zero.

Ativos por impostos diferidos

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto às perdas com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto negativo nos fundos próprios.

Caixa e equivalentes de caixa

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos dos depósitos à ordem que na avaliação para efeitos de Solvência II foram consideradas na rubrica “Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço” das outras responsabilidades.

Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço

A partir do reporte trimestral relativo ao quarto trimestre de 2022, os ativos referentes a contas margem e de colateral deixaram de ser integrados na rubrica do balanço “Depósitos que não equivalentes a numerário” devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica “Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço”.

D.1.4. Recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais

Os recuperáveis de resseguro foram calculados seguindo metodologias consonantes com as usadas para a avaliação das provisões técnicas, considerando-se o ajustamento para refletir a probabilidade de incumprimento do ressegurador.

Os valores recuperáveis dos ramos Não Vida, Saúde SLT e Saúde NSLT foram obtidos com base nos seguintes pressupostos:

- À exceção de despesas médicas, no cálculo da provisão para sinistros, o valor das provisões foi assumido como o valor base, que foi distribuído em cash-flows anuais futuros calculados com base no padrão de pagamentos futuro obtido para o seguro direto em cada uma das linhas de negócio;
- Na componente de despesas médicas do ramo saúde NSLT, dado existir um tratado de cedência a 100%, à melhor estimativa do seguro direto de sinistros foi aplicado o peso que o valor da provisão contabilística de resseguro cedido representa na provisão de seguro direto do ramo;
- A componente de provisão para prémios dos ramos Não Vida e Saúde NSLT foi calculada conforme descrito nos pontos D.2.2. e D.2.4..

Os valores recuperáveis do ramo Vida foram obtidos com base nos seguintes pressupostos:

- Para o apuramento dos recuperáveis de resseguro do ramo Vida, projetam-se os cash-flows futuros de prémios, sinistros, comissões e despesas de acordo com os contratos de resseguro, considerando os limites contratuais dos contratos do seguro direto. Todos os fluxos de caixa do passivo assentam no conceito de valor esperado, na medida em que têm associados probabilidades de ocorrência dos eventos a que estão sujeitos, tendo em conta o valor temporal do dinheiro.

Aos *cash-flows* dos ramos Vida, Não Vida, Saúde SLT e Saúde NSLT foram aplicadas as estruturas de inflação esperada e de taxa juro referidas nos pontos D.2.5. e D.2.6., respetivamente.

A tabela seguinte apresenta os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais, por classe de negócio.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	25.379	41.891	-16.512	28.682
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	0	0	0	0
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	224.866	299.927	-75.061	173.252
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	0	0	0	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	118.741	171.209	-52.468	114.034
Total	368.986	513.027	-144.041	315.968

As diferenças decorrem da metodologia aplicada no cálculo da melhor estimativa a qual assume pressupostos que não são considerados nas demonstrações financeiras, como é o caso de:

- Distintas estruturas de desconto das responsabilidades estimadas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletido nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II.

D.2. Provisões técnicas

A avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Vida;
- Não vida;
- Saúde:
 - SLT (*Similar to Life Techniques*);
 - NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos subcapítulos seguintes:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida	8.427.319	8.988.337	-561.018	8.907.249
Não Vida	927.210	1.067.377	-140.167	850.280
Saúde – SLT	1.012.036	1.095.634	-83.598	897.493
Saúde – NSLT	249.257	275.953	-26.696	235.483
Total	10.615.822	11.427.301	-811.479	10.890.505

A avaliação das provisões técnicas resulta da aplicação de métodos estatísticos que têm associado um grau de incerteza resultante de fatores aleatórios que podem não estar ainda refletidos na informação base utilizada, designadamente, fatores de mercado, alterações legais e fatores políticos.

Refira-se, contudo, que o facto de a Companhia não utilizar simplificações no cálculo das provisões técnicas, reduz aquele grau de incerteza.

D.2.1. Vida

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Vida por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa, da margem de risco e o valor da aplicação da dedução transitória às provisões técnicas.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	MTPT	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguros ligados a índices e unidades de participação					
Contratos sem opções ou garantias	2.504.094	4.012	0	2.508.106	2.325.234
Contratos com opções ou garantias	295.669	1.434	0	297.103	94.958
Capitalização					
Contratos com participação nos resultados	1.227.067	9.195	-94.947	1.141.315	1.309.330
Contratos sem participação nos resultados	4.600.588	9.192	-133.452	4.476.328	5.166.170
Risco					
Contratos com participação nos resultados	17.294	223	0	17.517	19.661
Contratos sem participação nos resultados	-302.866	111.498	0	-191.368	-202.731
Rendas					
Contratos com participação nos resultados	78.172	3.777	0	81.949	96.053
Contratos sem participação nos resultados	90.828	2.968	0	93.796	97.921
Resseguro aceite					
Resseguro aceite	2.573	0	0	2.573	653
Total	8.513.419	142.299	-228.399	8.427.319	8.907.249

As provisões técnicas Vida resultam da soma do valor da melhor estimativa e da margem de risco deduzida da medida transitória das provisões técnicas (MTPT).

A melhor estimativa corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados à curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6). Na determinação do valor temporal das opções e garantias foram usadas técnicas estocásticas.

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de mortalidade, invalidez, sobrevivência, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Vida, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Vida), alocado por linha de negócio.

O valor da melhor estimativa resulta da soma da provisão para sinistros e do valor da melhor estimativa de *cash-flows* futuros das apólices em carteira.

O valor das provisões para sinistros corresponde ao valor reportado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, já que o prazo médio de pagamento é muito reduzido pelo que a redução provocada pelo efeito desconto seria residual.

Todos os *cash-flows* do passivo assentam no conceito de valor esperado, na medida em que têm associados probabilidades de ocorrência dos eventos a que estão sujeitos. Estas probabilidades constituem as bases técnicas de segunda ordem, sendo, por isso, aquele valor esperado a melhor estimativa da Companhia, o qual foi objeto de uma análise histórica de vários anos.

A determinação dos rendimentos para cálculo das participações nos resultados, incluídas nas estimativas de sinistros, foi feita com base nos ativos em carteira em 31 de dezembro de 2023 e nas suas valias potenciais nessa data. Para o efeito, efetuou-se uma projeção “*risk neutral*”, em que os diferentes títulos rendiam à curva das taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6), adicionado do reconhecimento das valias potenciais a essa data.

Assim, no caso dos títulos de rendimento fixo, para a determinação dos *cash-flows* foram calculadas probabilidades de *default* de forma que o valor atual desses *cash-flows*, descontados à curva de referência, fosse igual ao valor de mercado.

O cálculo da participação nos resultados foi efetuado com base na percentagem mínima de atribuição, definida contratualmente.

Nos seguros com risco demográfico, o cálculo da participação nos resultados incidiu sobre os resultados técnico e financeiro, sendo a sua distribuição feita por pagamento em numerário. No caso dos seguros de rendas, o cálculo da participação nos resultados provém também dos resultados técnico e financeiro, sendo a sua atribuição feita por aumento das rendas futuras. Nos produtos de capitalização, o cálculo da participação nos resultados incidiu sobre os resultados financeiros, sendo a sua afetação feita por acréscimo da provisão matemática, com o conseqüente aumento dos capitais seguros, ou seja, incremento dos montantes pagos nos vencimentos, resgates ou mortes.

Na determinação do valor temporal das opções e garantias utilizou-se o método de *Monte Carlo*.

Nos *unit-linked* sem garantia, a provisão técnica é calculada através da soma da provisão técnica estatutária (correspondente ao valor dos ativos) com as correspondentes provisão para despesas e margem de risco. As provisões para despesas são calculadas através do valor atual da diferença entre as despesas estimadas e os encargos de gestão cobrados ao fundo em cada ano.

Nos *unit-linked* com garantia, a melhor estimativa é apurada através do valor atual da melhor estimativa dos *cash-flows* futuros, vencimentos, resgates, sinistros, comissões, despesas e deduzido de eventuais prémios futuros. No apuramento do *cash-flow* de vencimento é considerado o máximo entre o valor garantido e o valor estimado dos ativos na data de vencimento, sendo estes últimos obtidos com base no seu valor de mercado na data de avaliação, na curva de referência (ver ponto D.2.6) e líquidos dos encargos de gestão dos produtos.

As despesas são estimadas através de custos unitários apurados com base nos custos totais imputados aos *unit-linked* no ano anterior. As comissões são estimadas de acordo com os acordos de distribuição de cada produto. Os *cash-flows* de resgates e morte são estimados com base em probabilidades calculadas de acordo com o histórico da Companhia.

Para o cálculo foram utilizados os seguintes pressupostos:

Decrementos por Morte e por Invalidez

A análise de mortalidade foi efetuada por classe de produtos, nomeadamente: produtos em caso de morte, em caso de vida e de componente financeira. O risco de invalidez teve tratamento análogo ao risco de morte.

Decrementos por Resgate e Anulação

Os decrementos por anulação e os decrementos por resgate foram determinados em função da experiência histórica de cada modalidade.

Custos de Gestão Técnicos

Por se estar em presença da determinação do valor económico do negócio existente, retiraram-se os custos de aquisição à totalidade da despesa imputada ao Ramo Vida, em 31 de dezembro de 2023. Dividiu-se a totalidade das despesas por três classes de produtos distintas: Risco, Rendas (incluindo os produtos de risco tipo funeral) e financeiros (*unit linked* e capitalização).

Prémios

Nos produtos com risco demográfico consideraram-se todos os prémios futuros, enquanto nos produtos de capitalização assumiu-se que, encontrando-se a apólice em vigor, o tomador cumprirá o plano estabelecido de pagamento de prémios, desde que as condições gerais e particulares do produto assim o permitam e apenas nos cenários em que a taxa de juro de referência (ver ponto D.2.6) seja inferior à taxa técnica do produto. Para os produtos que contratualmente permitem entregas extraordinárias, entrou-se em linha de conta com a média das entregas feitas nos últimos cinco anos.

Comissões

Os *cash-flows* de comissões foram calculados com base nos acordos de prestação de serviço/comissionamento em vigor na Companhia, definidos nas fichas e notas técnicas das modalidades.

Medidas de gestão futuras

Com relação às medidas de gestão futuras, admitiu-se que manter-se-á a proporção do *asset mix* da carteira à data da avaliação. Assim, será tendencialmente constante ao longo do tempo a proporção de cada classe de ativos e a estrutura de títulos dentro da mesma, na representação das provisões matemáticas.

Comportamento dos tomadores de seguros

No que concerne a resgates e anulações o comportamento do tomador de seguro segue o descrito no ponto Decrementos por Resgate e Anulação.

Nos produtos de capitalização o tratamento dos planos de entregas é feito de harmonia com o exposto no ponto Prémios.

Margem de risco

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Na tabela seguinte apresenta a comparação da avaliação das provisões técnicas Vida para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguros ligados a índices e unidades de participação			
Contratos sem opções ou garantias	2.508.106	2.544.895	-36.789
Contratos com opções ou garantias	297.103	303.765	-6.662
Capitalização			
Contratos com participação nos resultados	1.141.315	1.312.916	-171.601
Contratos sem participação nos resultados	4.476.328	4.496.737	-20.409
Risco			
Contratos com participação nos resultados	17.517	6.523	10.994
Contratos sem participação nos resultados	-191.368	128.649	-320.017
Rendas			
Contratos com participação nos resultados	81.949	79.650	2.299
Contratos sem participação nos resultados	93.796	112.234	-18.438
Resseguro aceite			
Resseguro aceite	2.573	2.968	-395
Total	8.427.319	8.988.337	-561.018

Nos produtos de risco as diferenças justificam-se essencialmente pelos diferentes limites contratuais usados para efeitos das provisões técnicas nas demonstrações financeiras de um conjunto de contratos vida grupo temporário anual renovável (TAR), conforme descrito no ponto D.5.1.. Esta alteração aos limites contratuais provoca um impacto positivo no rácio de cobertura do requisito de capital de solvência da Companhia de cerca de 6,4 p.p..

As diferenças apresentadas na classe dos *Index-linked and unit-linked insurance* provêm do valor atual da diferença entre os custos de gestão técnicos estimados e os encargos de gestão futuros.

Para os produtos de capitalização, com e sem participação nos resultados, as diferenças resultam, por um lado, da aplicação da medida transitória de provisões técnicas e, por outro, da diferença entre as taxas garantidas aos clientes e as taxas constantes na curva das taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

D.2.2. Não Vida

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Não Vida por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguro RC automóvel	402.375	9.588	411.963	370.035
Outros seguros de veículos motorizados	85.652	4.077	89.729	85.782
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	4.470	471	4.941	4.675
Seguro incêndio e outros danos	226.540	3.741	230.281	215.399
Seguro RC geral	177.075	2.400	179.475	154.942
Seguro crédito e caução	505	18	523	365
Seguro proteção jurídica	221	29	250	401
Assistência	-3.542	134	-3.408	-2.243
Perdas pecuniárias diversas	12.179	1.277	13.456	20.924
Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0
Total	905.475	21.735	927.210	850.280

As provisões técnicas Não Vida resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Não Vida, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Não Vida), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Não Vida para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Valores em milhares de euros
			Diferença
Seguro RC automóvel	411.963	414.802	-2.839
Outros seguros de veículos motorizados	89.729	125.506	-35.777
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	4.941	9.825	-4.884
Seguro incêndio e outros danos	230.281	295.187	-64.906
Seguro RC geral	179.475	187.877	-8.402
Seguro crédito e caução	523	448	75
Seguro proteção jurídica	250	2.895	-2.645
Assistência	-3.408	18.713	-22.121
Perdas pecuniárias diversas	13.456	12.124	1.332
Resseguro não proporcional aceite	0	0	0
Outras provisões técnicas	0	0	0
Total	927.210	1.067.377	-140.167

As principais diferenças identificadas entre os montantes das demonstrações financeiras e as provisões técnicas de Solvência II decorrem de:

- Aplicação de estruturas de desconto distintas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletido nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II;
- Diferenças metodológicas na avaliação da margem para riscos não financeiros em Solvência II (Margem de Risco, de acordo com a fórmula padrão) e nas demonstrações financeiras (Ajustamento de risco, de acordo com a norma contabilística IFRS 17).

D.2.3. Saúde – SLT

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Saúde-SLT por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa, da margem de risco e o valor da aplicação da dedução transitória às provisões técnicas:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	MTPT	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguro de doença (seguro direto)					
Contratos sem opções ou garantias	0	0	0	0	0
Contratos com opções ou garantias	0	0	0	0	0
Seguro de doença (resseguro aceite)					
Seguro de doença (resseguro aceite)	0	0	0	0	0
Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida					
relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	1.100.406	89.472	-177.842	1.012.036	897.493
relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	0	0	0	0	0
Total	1.100.406	89.472	-177.842	1.012.036	897.493

As provisões técnicas Saúde – SLT resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e da margem de risco, ajustada pela medida transitória das provisões técnicas (MTPT).

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo sinistros e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sobrevivência, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Saúde – SLT e Operacional (na parte correspondente ao negócio Saúde – SLT).

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Saúde-SLT para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguro de doença (seguro direto)			
Contratos sem opções ou garantias	0	0	0
Contratos com opções ou garantias	0	0	0
Seguro de doença (resseguro aceite)			
Seguro de doença (resseguro aceite)	0	0	0
Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida			
relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	1.012.036	1.095.634	-83.598
relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	0	0	0
Total	1.012.036	1.095.634	-83.598

Tendo em atenção a aplicação do ajustamento da medida transitória das provisões técnicas o impacto da reavaliação de provisões decorre fundamentalmente da evolução da estrutura de taxas de juro referida no ponto D.2.6..

D.2.4. Saúde – NSLT

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Saúde-NSLT por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguros despesas médicas	97.313	363	97.676	103.557
Seguros proteção de rendimentos	59.412	9.946	69.358	54.093
Seguros acidentes trabalho	76.701	5.522	82.223	77.833
Total	233.426	15.831	249.257	235.483

As provisões técnicas Saúde – NSLT resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Saúde - NSLT, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Saúde - NSLT), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Saúde-NSLT para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguros despesas médicas	97.676	122.505	-24.829
Seguros proteção de rendimentos	69.358	66.595	2.763
Seguros acidentes trabalho	82.223	86.853	-4.630
Total	249.257	275.953	-26.696

As principais diferenças identificadas entre os montantes das demonstrações financeiras e as provisões técnicas de Solvência II decorrem de:

- Aplicação de estruturas de desconto distintas;
- Diferenças metodológicas na avaliação de responsabilidades por cobertura remanescente refletido nas demonstrações financeiras e na provisão para prémios de Solvência II;
- Diferenças metodológicas na avaliação da margem para riscos não financeiros em Solvência II (Margem de Risco, de acordo com a fórmula padrão) e nas demonstrações financeiras (Ajustamento de risco, de acordo com a norma contabilística IFRS 17).

D.2.5. Taxa de inflação

Para o apuramento da melhor estimativa, é utilizado o índice de preços harmonizados, projetado a três anos, divulgado em dezembro de 2023 pelo Banco de Portugal.

Nas projeções da melhor estimativa, considerou-se 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025 e nos anos subsequentes.

D.2.6. Taxas de juro de referência

Na avaliação das provisões técnicas em Solvência II, a Companhia utilizou as estruturas pertinentes das taxas de juro sem risco estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2024/456 da Comissão, de 7 de fevereiro de 2024 sem o ajustamento de volatilidade.

Nas demonstrações financeiras, foram usadas as seguintes abordagens, conforme prescrito pela Norma IFRS 17.

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo Vida	Rendas	Top-down
	Risco	Bottom-up
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
Ramo Não Vida	Resseguro	Bottom-up
	Seguro Direto	

D.3. Outras responsabilidades

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Passivos contingentes	0	0	0	0
Provisões que não provisões técnicas	29.692	29.692	0	35.452
Obrigações a título de prestações de pensão	7.347	7.347	0	6.053
Depósitos de resseguradores	186.679	186.679	0	149.623
Passivos por impostos diferidos	395.981	133.139	262.842	420.404
Derivados	309.436	310.222	-786	167.770
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	55.675	44.192	11.483	34.854
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	96.805	96.805	0	103.968
Valores a pagar a título de operações de resseguro	94.414	94.414	0	91.905
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	62.878	62.878	0	64.467
Passivos subordinados	482.667	503.325	-20.658	462.590
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	161.258	131.582	29.676	189.936
Total	1.882.832	1.600.275	282.557	1.727.022

As outras responsabilidades encontram-se avaliadas nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor. Situações particulares em que tal não ocorre descrevem-se de seguida.

As diferenças, por classe de passivos, são as seguintes:

Passivos por impostos diferidos

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

Derivados

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Derivados".

Passivos subordinados

A diferença resulta de, em Solvência II, os passivos subordinados serem valorizados ao justo valor, enquanto nas demonstrações financeiras, os mesmos foram inicialmente reconhecidos ao justo valor (menos os custos de transação diretamente atribuíveis) e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos das contas à ordem relacionadas com os contratos de futuros e as componentes relativas, quer à valorização dos contratos ainda não vencidos (registadas na rubrica "Derivados"), quer à margem inicial (colateral), que na avaliação para efeitos de demonstrações financeiras foram consideradas na rubrica "Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos de balanço", e os "Depósitos à ordem" com saldos negativos que na avaliação para efeitos da demonstração financeira foram considerados na rubrica "Caixa e equivalente de caixa".

D.4. Métodos alternativos de avaliação

Conforme referido no ponto D.1.1. do presente relatório, a Companhia não efetua valorizações dos seus ativos a partir de modelos financeiros.

D.5. Eventuais informações adicionais

D.5.1. Alteração dos limites contratuais dos contratos de seguro temporário anual renovável

No cálculo da melhor estimativa das responsabilidades Vida relativas a contratos de seguro vida temporários anuais renováveis (TAR) a fronteira contratual considerada é a data da próxima renovação exceto para os contratos em que a Companhia renunciou, de forma comprovada, ao direito unilateral de rescindir o contrato e de rejeitar ou de alterar as tarifas vigentes.

Para esses contratos, ligados a crédito à habitação, a Companhia considerou que a respetiva fronteira contratual, para efeitos de avaliação das respetivas provisões técnicas, corresponde ao termo do prazo contratado para o crédito à habitação associado a cada adesão e sem termo do prazo para os contratos e para os contratos com as coberturas de “Organização e Despesas do Serviço de Funeral” e de “Adequação do serviço fúnebre a Jazigo, Gavetão ou Sepultura Perpétua”, tomando em consideração as probabilidades de descontinuidade. Muito embora o tratado de resseguro associado aos contratos ligados a crédito à habitação tenha uma duração anual, a Companhia assumiu no cálculo dos recuperáveis de resseguro, conforme entendimento da ASF, um limite temporal consistente com os limites contratos de seguro aos quais dizem respeito. Para efeitos da Demonstrações Financeiras os lucros são reconhecidos ao longo da duração dos contratos pelo que os lucros futuros não estão ainda reconhecidos como fundos próprios.

D.5.2. Aplicação da dedução transitória às provisões técnicas

A Companhia aplicou, ao abrigo do artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a dedução transitória às provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida, ao nível dos seguintes grupos de risco homogêneos:

- Produtos de capitalização, com e sem participação nos resultados;
- Saúde – SLT, relacionado com responsabilidades de contratos de seguro de acidentes de trabalho.

A ASF determinou que em 2019 se deveria efetuar o recálculo da dedução transitória às provisões técnicas, com base na informação relativa a 31 de dezembro de 2018, devendo a redução decorrente desse recálculo (se superior à redução gradual normal) ser reportada ao primeiro dia de 2019.

Neste sentido, a tabela seguinte, contém os respetivos montantes das provisões técnicas brutas e dos recuperáveis de resseguro para efeitos de solvência, com data de referência a 1/1/2019¹⁰, quer das demonstrações financeiras, com data de referência a 31 de dezembro de 2018, bem assim, como o montante da dedução transitória aplicado.

¹⁰ Nos termos do n.º 5 do artigo 25.º, da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a ASF solicitou o recálculo da dedução transitória a todas as empresas de seguros abrangidas pelo regime transitório, devendo ser considerada como base para o recálculo a informação referente a 31 de dezembro de 2018 e com data efeito o dia 1 de janeiro de 2019.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogêneos de Risco		Provisões Técnicas Brutas			Recuperáveis de Resseguro		Dedução Transitória
		Demonstrações Financeiras	Solvência II		Demonstrações Financeiras	Solvência II	
			Melhor Estimativa	Margem de Risco			
29 e 33	Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	699.747	881.404	75.225	0	0	256.882
30	Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	1.254.522	1.382.107	9.559	0	0	137.145
32	Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	5.087.284	5.268.160	11.889	0	0	192.764
Total		7.041.553	7.531.671	96.673	0	0	586.791

Conforme previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia efetuou o decréscimo da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2023, apresentando-se no quadro seguinte o valor daquela dedução em 31 de dezembro de 2023.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogêneos de Risco		Dedução Transitória			
		Recálculo 1/1/2019	Decréscimo Anual	Decréscimo Acumulado até 31/12/2023 (4 anos)	Valor em 31/12/2023
29 e 33	Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	256.882	-19.760	-79.041	177.841
30	Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	137.145	-10.550	-42.198	94.947
32	Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	192.764	-14.828	-59.312	133.452
Total		586.791	-45.138	-180.551	406.240

No quadro seguinte apresenta-se uma quantificação do impacto da não aplicação desta dedução transitória na situação financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, nomeadamente, sobre o montante das provisões técnicas, o requisito de capital de solvência, o requisito de capital mínimo, os fundos próprios de base e os montantes de fundos próprios elegíveis para satisfazer o requisito de capital mínimo e o requisito de capital de solvência.

Valores em milhares de euros

	Medida transitória aplicável às provisões técnicas		
	Montante com a medida transitória	Montante sem a medida transitória	Impacto da medida transitória
Provisões técnicas	10.615.822	11.022.063	-406.241
Fundos próprios de base			
Excedente do ativo sobre o passivo	2.656.172	2.377.897	278.274
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do SCR	3.138.690	2.860.415	278.275
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	1.492.206	1.498.705	-6.499
Rácio de cobertura do SCR	210,34%	190,86%	
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do MCR	2.705.623	2.300.378	405.245
Requisito de Capital Mínimo (MCR)	390.588	395.565	-4.977
Rácio de cobertura do MCR	692,71%	581,54%	

O impacto do decréscimo anual da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2024, é de aproximadamente 0,4% do montante total das provisões técnicas da Companhia e 2,1 p.p. do seu SCR, pelo que os efeitos sobre a posição de solvência são imateriais.

E. Gestão de Capital

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações significativas relacionadas com os objetivos, as políticas e os processos adotados pela Companhia na gestão dos seus fundos próprios.

As variações ocorridas em 2023, quer nos fundos próprios da Companhia, quer no seu requisito de capital de solvência, encontram-se explicadas ao longo do presente capítulo.

E.1. Fundos próprios

E.1.1. Gestão dos fundos próprios

O novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora exige que as empresas de seguros possuam um sistema eficaz de gestão de riscos.

Neste sentido, a autoavaliação do risco e da solvência, normalmente identificada pelo acrónimo ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*), é considerada o elemento central deste sistema ao relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela empresa de seguros.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

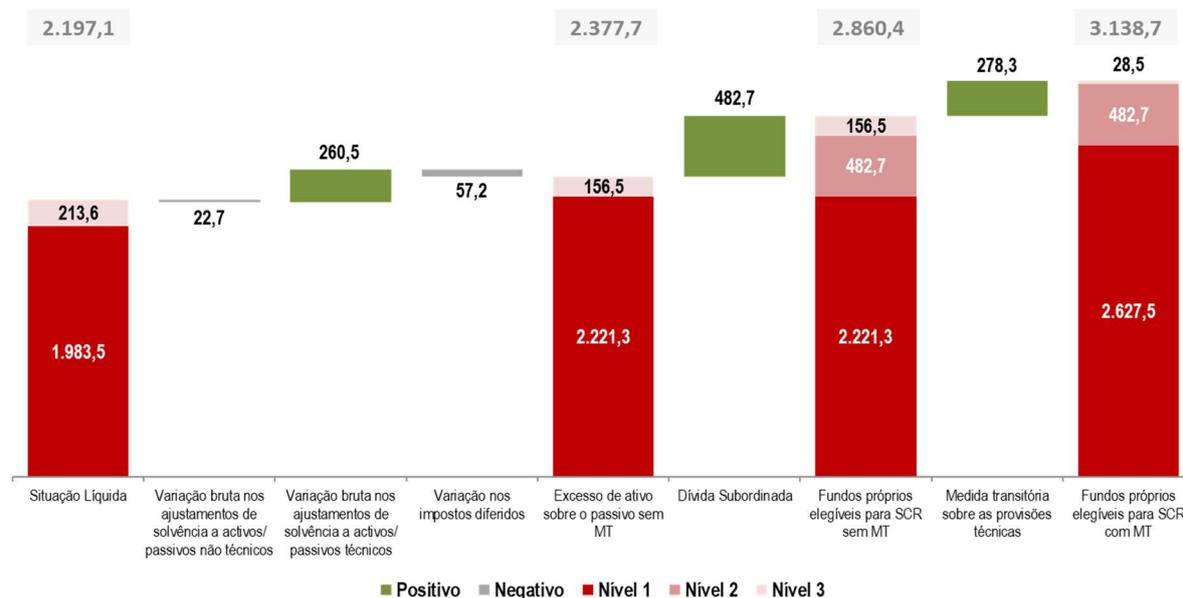
E.1.2. Estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios

Apresenta-se no quadro seguinte, a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência.

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	15.154.826	15.224.861	-70.035	15.199.642
Provisões Técnicas	10.615.822	11.427.301	-811.479	10.890.505
Outras responsabilidades	1.882.832	1.600.275	282.557	1.727.022
Excedente do ativo sobre o passivo	2.656.172	2.197.285	458.887	2.582.115

A diferença encontra-se justificada no gráfico seguinte em milhões de euros.



No quadro seguinte, apresenta-se informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

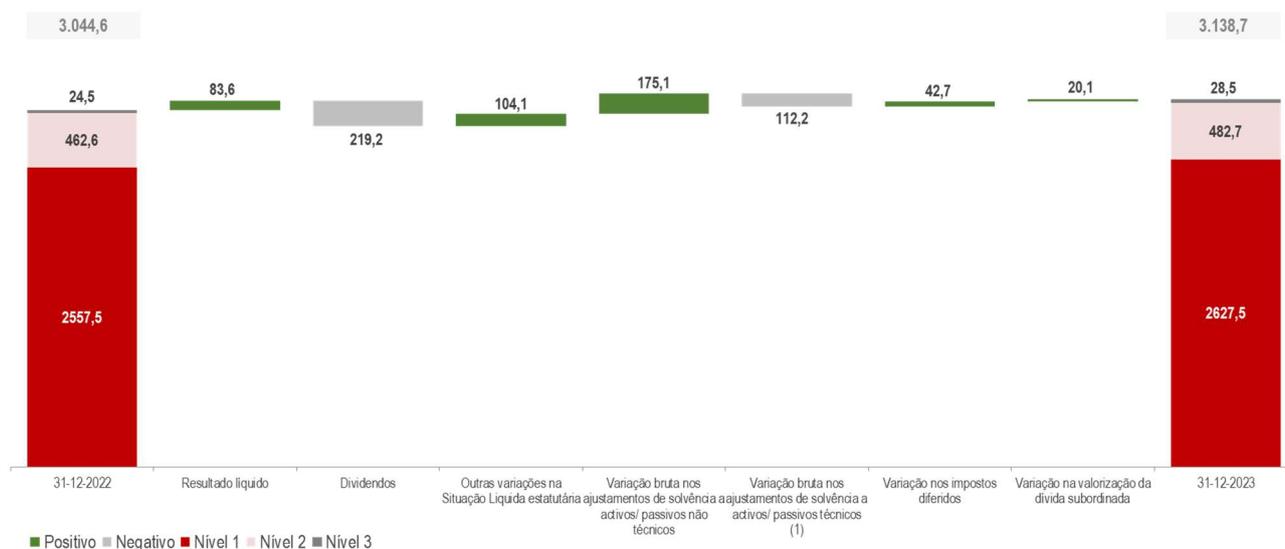
Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura			Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios de base	Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)		509.264	1	509.264	1
	Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias		382.666	1	382.666	1
	Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua		0		0	
	Contas subordinadas dos membros de mútuas		0		0	
	Fundos excedentários		0		0	
	Ações preferenciais		0		0	
	Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais		0		0	
	Reserva de reconciliação		1.735.576	1	1.665.537	1
	Passivos subordinados		482.667	2	462.590	2
	Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos		28.517	3	24.499	3
	Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima		0		0	
	Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II		0		0	
	Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito		0		0	
	Total dos fundos próprios de base		3.138.690		3.044.556	

Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura		Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios complementares	Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	0		0	0
	Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Outros fundos próprios complementares	0		0	0
Total dos fundos próprios complementares		0		0	
Total dos fundos próprios disponíveis		3.138.690		3.044.556	

O gráfico seguinte apresenta em milhões de euros, as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório:



(1) A variação bruta nos ajustamentos de solvência a ativos/passivos técnicos inclui a redução da medida transitória sobre as provisões técnicas no montante de 45,1 milhões de euros.

Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, encontram-se no quadro seguinte:

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível1	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467	2.627.506	2.557.467
Nível 2	482.667	462.590	482.667	462.590	482.667	462.590	78.117	77.952
Nível 3	28.517	24.499	0	0	28.517	24.499	0	0
Total	3.138.690	3.044.556	3.110.173	3.020.057	3.138.690	3.044.556	2.705.623	2.635.419

Não foi identificada qualquer restrição que afete a disponibilidade e a transferibilidade dos fundos próprios na empresa.

E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Companhia aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi efetuado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele Regime.

Apresenta-se, de seguida, informação sobre o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Valores em milhares de euros

	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
SCR	1.492.206	1.442.830	210,34%	211,01%
MCR	390.588	389.758	692,71%	676,17%

No quadro seguinte apresenta-se a decomposição do SCR por módulos de risco, com a referência a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, focando, nomeadamente, a composição do BSCR e os ajustamentos para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e dos impostos diferidos.

Valores em milhares de euros

	Decomposição do SCR	Decomposição do SCR ano anterior
Risco de mercado	1.248.287	1.255.566
Risco de incumprimento pela contraparte	149.562	187.340
Risco específico dos seguros de vida	287.476	319.746
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	259.103	191.420
Risco específico dos seguros não-vida	275.037	245.928
Diversificação	-628.422	-609.919
Risco de ativos intangíveis	0	0
Requisito de Capital de Solvência de Base	1.591.043	1.590.081
Risco operacional	136.040	90.771
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	-235	-2.904
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-234.643	-235.118
Requisito de Capital de Solvência	1.492.205	1.442.830

As informações relativas às principais alterações ao requisito de capital de solvência no período abrangido pelo presente relatório, bem como os motivos dessas alterações, encontram-se incluídas no Capítulo C.

E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

A Companhia não utiliza o submódulo de risco acionista baseado na duração, previsto no n.º 5 do artigo 125.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

Conforme referido, a Companhia utiliza a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Não ocorreu qualquer incumprimento do requisito de capital mínimo ou do requisito de capital de solvência durante o período abrangido pelo presente relatório.

E.6. Informações relativas aos impostos diferidos

A Companhia reconhece no seu balanço de Solvência em 2023 o montante de 424.498.039 euros relativo a ativos por impostos diferidos.

Este montante corresponde na quase totalidade a ativos por impostos diferidos reconhecidos com base na existência de diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia reconheceu ativos por impostos diferidos passíveis de serem utilizados em função dos prováveis lucros tributáveis futuros de cerca de 38 milhões de euros.

Existem elementos dos fundos próprios de base disponíveis referentes a ativos líquidos por impostos diferidos no montante de 28.517 mil euros.

E.7. Eventuais informações adicionais

E.7.1. Medida transitória sobre o risco acionista

A Companhia não aplicou o regime transitório aplicável ao risco acionista previsto nos números 2 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

E.7.2. Contratos de futuros, *Forward* e *Swaps*

O cálculo dos requisitos de capital do submódulo de risco cambial incorpora o efeito da cobertura da exposição cambial dos ativos em carteira denominados em dólar americano (USD), dólar de Hong Kong (HKD) e libra esterlina (GBP), através do recurso a contratos de futuros, *forward* cambiais e *swaps* cambiais e dos ativos denominados em iene (JPY) e francos suíços (CHF) através de contratos *forward* cambiais.

A exposição às contrapartes com as quais a cobertura referida acima é efetuada também é tida em conta no módulo de risco de incumprimento pela contraparte.

E.7.3. Informações suplementares facultativas

A Companhia continua a monitorizar os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, e reagirá ativamente a possíveis impactos no seu rácio de solvência.

Anexos

Anexo - Informação quantitativa*

* Valores apresentados em milhares de euros

S.02.01.02
Balançaço

Valor
Solvência II
C0010

ATIVOS		
Goodwill	R0010	
Custos de aquisição diferidos	R0020	
Ativos intangíveis	R0030	0
Ativos por impostos diferidos	R0040	424.498
Excedente de prestações de pensão	R0050	22.588
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	R0060	76.981
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0070	10.847.311
Imóveis (que não para uso próprio)	R0080	11.061
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	R0090	3.193.191
Títulos de fundos próprios	R0100	311.110
Ações — cotadas em bolsa	R0110	309.887
Ações — não cotadas em bolsa	R0120	1.223
Obrigações	R0130	6.247.962
Obrigações de dívida pública	R0140	1.975.475
Obrigações de empresas	R0150	4.090.798
Títulos de dívida estruturados	R0160	181.689
Títulos de dívida garantidos com colateral	R0170	0
Organismos de investimento coletivo	R0180	737.408
Derivados	R0190	184.800
Depósitos que não equivalentes a numerário	R0200	161.779
Outros investimentos	R0210	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0220	2.847.883
Empréstimos e hipotecas	R0230	74.273
Empréstimos sobre apólices de seguro	R0240	1.183
Empréstimos e hipotecas a particulares	R0250	0
Outros empréstimos e hipotecas	R0260	73.090
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	R0270	368.986
Não-vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0280	343.607
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	R0290	224.866
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0300	118.741
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0310	25.379
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	R0320	0
Vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0330	25.379
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	R0340	0
Depósitos em cedentes	R0350	1.149
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	R0360	99.647
Valores a receber a título de operações de resseguro	R0370	65.042
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	R0380	52.418
Ações próprias (detidas diretamente)	R0390	149
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	R0400	0
Caixa e equivalentes de caixa	R0410	202.405
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	R0420	71.495
ATIVOS TOTAIS	R0500	15.154.825

S.02.01.02
Balança

Valor
Solvência II
C0010

PASSIVOS		
Provisões técnicas — não-vida	R0510	1.176.466
Provisões técnicas — não-vida (excluindo acidentes e doença)	R0520	927.209
PT calculadas no seu todo	R0530	0
Melhor Estimativa	R0540	905.474
Margem de risco	R0550	21.735
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	R0560	249.257
PT calculadas no seu todo	R0570	0
Melhor Estimativa	R0580	233.426
Margem de risco	R0590	15.831
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros ligados a índices e a unidades de participação)	R0600	6.634.146
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	R0610	1.012.036
PT calculadas no seu todo	R0620	0
Melhor Estimativa	R0630	922.565
Margem de risco	R0640	89.472
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0650	5.622.110
PT calculadas no seu todo	R0660	0
Melhor Estimativa	R0670	5.485.257
Margem de risco	R0680	136.853
Provisões técnicas — contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0690	2.805.209
PT calculadas no seu todo	R0700	2.544.895
Melhor Estimativa	R0710	254.868
Margem de risco	R0720	5.446
Outras provisões técnicas	R0730	
Passivos contingentes	R0740	0
Provisões que não provisões técnicas	R0750	29.692
Obrigações a título de prestações de pensão	R0760	7.347
Depósitos de resseguradores	R0770	186.679
Passivos por impostos diferidos	R0780	395.981
Derivados	R0790	309.437
Dívidas a instituições de crédito	R0800	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	R0810	55.675
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	R0820	96.805
Valores a pagar a título de operações de resseguro	R0830	94.414
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	R0840	62.878
Passivos subordinados	R0850	482.667
Passivos subordinados não classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0860	0
Passivos subordinados classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0870	482.667
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	R0880	161.258
TOTAL DOS PASSIVOS	R0900	12.498.654
EXCEDENTE DO ATIVO SOBRE O PASSIVO	R1000	2.656.172

S.05.01.02

Prêmios, sinistros e despesas por classe de negócio

	Classe de negócio: responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida (atividade direta e resseguro proporcional aceite)												Classe de negócio: resseguro não proporcional aceite				Total
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro infortúnio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Acidentes e doença	Acidentes	Marítimo, aviação, transporte	Imobiliário	
	C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0200
Prêmios emitidos																	
Valor bruto - Atividade direta	R0110	480.196	48.435	332.995	316.351	241.056	26.044	368.317	82.568	451	7.272	52.894	26.306				1.982.885
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0120	86	56	497	21.279	639	118	8.723	434	6		169					32.007
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0130																
Parte dos resseguradores	R0140	477.530	17.030	17.351	3.374	62	13.849	172.601	40.121	383	5.409	41.403	16.891				806.004
Líquido	R0200	2.752	31.461	316.141	334.255	241.632	12.313	204.439	42.881	74	1.863	11.492	9.585				1.208.888
Prêmios adquiridos																	
Valor bruto - Atividade direta	R0210	464.881	43.292	331.371	307.871	230.150	26.208	356.862	95.993	401	6.964	51.078	26.798				1.941.870
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0220	86	56	497	21.279	639	141	8.841	710	6		123					32.377
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0230																
Parte dos resseguradores	R0240	462.171	14.281	17.351	3.374	61	14.409	172.216	55.597	328	5.409	41.433	16.984				803.612
Líquido	R0300	2.796	29.068	314.518	325.776	230.728	11.939	193.488	41.106	79	1.555	9.645	9.937				1.170.634
Sinistros ocorridos																	
Valor bruto - Atividade direta	R0310	352.875	13.099	218.966	246.375	127.882	5.951	176.153	55.019	-54		-7	13.039				1.209.298
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0320	-34	19	-646	16.005	64	-16	13.298	972	11							29.673
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0330																
Parte dos resseguradores	R0340	350.166	511	-18	4.138	6	1.448	71.742	42.227	-5		-3	4.199				474.411
Líquido	R0400	2.675	12.607	218.337	258.242	127.940	4.486	117.709	13.764	-38		-4	8.840				764.560
Despesas efetuadas	R0550	-3.244	18.411	87.160	106.968	66.667	3.916	84.717	22.213	77	1.425	15.109	1.196				404.616
Outras despesas	R1200																75.293
Despesas técnicas totais	R1300																479.909

S.05.01.02
Prêmios, sinistros e
despesas por classe de
negócio

		Classe de negócio: Responsabilidades de seguros de vida					Responsabilidades de resseguro de vida		Total	
		Seguros de acidentes e doença	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro de acidentes e doença		Resseguro do ramo vida
		C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0300
Prêmios emitidos										
Valor bruto	R1410		39.338	336.029	1.221.052				8.282	1.604.701
Parte dos resseguradores	R1420		1.105		21.760					22.865
Líquido	R1500		38.232	336.029	1.199.292				8.282	1.581.836
Prêmios adquiridos										
Valor bruto	R1510		39.259	336.029	1.221.692				8.282	1.605.262
Parte dos resseguradores	R1520		1.105		21.768					22.873
Líquido	R1600		38.154	336.029	1.199.924				8.282	1.582.389
Sinistros ocorridos										
Valor bruto	R1610		51.644	154.296	1.933.932				4.156	2.144.029
Parte dos resseguradores	R1620		-55		7.044					6.989
Líquido	R1700		51.699	154.296	1.926.889				4.156	2.137.040
Despesas efetuadas	R1900		14.597	24.439	98.326				143	137.505
Outras despesas	R2500									
Despesas técnicas totais	R2600									137.505

S.12.01.02
Provisões Técnicas Vida e Acidentes e Doença
STV

		Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação		Outros seguros de vida		Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro aceite	Total (Vida exceto seguros de acidentes e doença, incluindo contratos ligados a unidades de participação)	Seguro de doença (seguro direto)			Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Seguro de doença (resseguro aceite)	Total (Seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo vida)		
			Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias	C0060	C0070				C0080	C0160	C0170				C0180	
		C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0150	C0160	C0170	C0180	C0190	C0200	C0210
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0010	0	2.544.895			0			0	0	2.544.895	0		0	0	0	0
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0020	0	0			0			0	0	0	0		0	0	0	0
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR																	
Melhor Estimativa																	
Melhor Estimativa bruta	R0030	1.322.532		-40.801	295.669		-212.038	4.600.588	0	2.574	5.968.524		0	0	1.100.406	0	1.100.406
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0080	100		0	0		24.964	0	0	316	25.379		0	0	0	0	0
Melhor estimativa menos montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e resseguro finito — total	R0090	1.322.433		-40.801	295.669		-237.002	4.600.588	0	2.258	5.943.144		0	0	1.100.406	0	1.100.406
Margem de Risco	R0100	13.195	5.446			123.658			0	0	142.299	0			89.472	0	89.472
Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas																	
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0110	0	0			0			0	0	0	0			0	0	0
Melhor estimativa	R0120	-94.946		0	0		0	-133.452	0	0	-228.398		0	0	-177.842	0	-177.842
Margem de Risco	R0130	0	0			0			0	0	0	0			0	0	0
Provisões Técnicas - Total	R0200	1.240.781	2.805.209	0	0	4.378.756	0	0	0	2.574	8.427.319	0	0	0	1.012.036	0	1.012.036

S.17.01.02

Provisões Técnicas Não-Vida

	Seguro direto e resseguro proporcional aceite											Resseguro não proporcional aceite					Responsabilidades Totais Não-Vida
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Resseguro de acidentes e doença não proporcional	Resseguro de acidentes não proporcional	Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Resseguro de danos patrimoniais não proporcional	
	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0170	C0180
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0050	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR																	
Melhor Estimativa																	
Provisões para prémios																	
Valor bruto	R0060	10.198	11.710	11.441	91.000	54.370	-2.699	58.870	50.068	15	221	-3.546	-2.095	0	0	0	279.553
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0140	8.309	-119	0	0	7	-328	26.498	49.290	2	-3.348	-26.218	527	0	0	0	54.620
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para prémios	R0150	1.889	11.828	11.441	91.000	54.363	-2.371	32.372	778	12	3.570	22.672	-2.621	0	0	0	224.932
Provisões para sinistros																	
Valor bruto	R0160	87.115	47.703	65.260	311.375	31.281	7.169	167.670	127.006	490	0	4	14.274	0	0	0	859.348
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0240	83.680	24.700	2.171	14.243	29	1.146	107.951	52.794	0	0	0	2.273	0	0	0	288.987
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para sinistros	R0250	3.435	23.003	63.089	297.132	31.252	6.023	59.719	74.213	490	0	4	12.001	0	0	0	570.361
Melhor estimativa total — valor bruto	R0260	97.313	59.412	76.701	402.375	85.652	4.470	226.540	177.075	505	221	-3.542	12.179	0	0	0	1.138.900
Melhor estimativa total — valor líquido	R0270	5.325	34.831	74.530	388.131	85.615	3.652	92.091	74.991	502	3.570	22.676	9.380	0	0	0	795.293
Margem de Risco	R0280	363	9.946	5.522	9.588	4.077	471	3.741	2.400	18	29	134	1.277	0	0	0	37.566
Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas																	
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0290	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Melhor estimativa	R0300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Margem de Risco	R0310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL																	
Provisões técnicas - Total	R0320	97.676	69.358	82.223	411.962	89.729	4.941	230.280	179.475	523	250	-3.408	13.457	0	0	0	1.176.466
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte — total	R0330	91.989	24.581	2.171	14.243	36	818	134.449	102.084	2	-3.348	-26.218	2.799	0	0	0	343.607
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito — total	R0340	5.687	44.777	80.052	397.719	89.693	4.122	95.831	77.391	521	3.598	22.810	10.657	0	0	0	832.859

S.19.01.21

Sinistros de seguros não-vida

Total do negócio não-vida

Ano do acidente/Ano de subscrição

Z0020 1

Valor Bruto dos Sinistros Pagos (não cumulativo)
(montante absoluto)

Exercício	Ano de desenvolvimento	Ano de desenvolvimento											Exercício em curso	Soma dos exercícios (cumulativo)		
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +			C0170	C0180
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110				
Anteriores	R0100															
N-9	R0160	356.639	132.400	27.186	11.640	6.259	4.221	1.973	2.363	1.727	2.227	0	R0100	4.473	4.473	
N-8	R0170	366.983	152.094	24.527	10.968	7.867	4.780	3.578	3.697	1.484	0	0	R0160	2.227	546.634	
N-7	R0180	413.674	164.849	64.573	31.513	10.520	5.767	3.903	1.157	0	0	0	R0170	1.484	575.979	
N-6	R0190	457.188	197.565	35.269	16.265	9.803	3.839	4.579	0	0	0	0	R0180	1.157	695.955	
N-5	R0200	494.422	197.424	27.532	12.459	12.989	6.291	0	0	0	0	0	R0190	4.579	724.508	
N-4	R0210	509.549	196.701	27.134	20.454	15.214	0	0	0	0	0	0	R0200	6.291	751.117	
N-3	R0220	475.719	151.805	23.632	15.389	0	0	0	0	0	0	0	R0210	15.214	769.052	
N-2	R0230	546.403	213.111	36.719	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	15.389	666.545	
N-1	R0240	604.855	236.379	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	36.719	796.233	
N	R0250	696.583	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	236.379	841.234	
													R0250	696.583	696.583	
Total	R0260													1.020.496	7.068.312	

(montante absoluto)

Valor bruto não descontado da melhor estimativa das provisões para sinistros

Exercício	Ano de desenvolvimento	Ano de desenvolvimento											Final do exercício (dados descontados)	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +		C0360
		C0200	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0290	C0300		
Anteriores	R0100													
N-9	R0160	0	0	47.529	34.552	23.802	18.894	17.610	15.356	13.541	10.668	0	R0100	47.688
N-8	R0170	0	74.867	42.165	28.001	20.862	16.074	14.544	11.719	8.560	0	0	R0160	9.880
N-7	R0180	272.063	140.907	68.543	30.649	19.879	16.006	12.000	8.024	0	0	0	R0170	7.835
N-6	R0190	292.091	89.717	53.735	38.175	28.771	25.444	21.497	0	0	0	0	R0180	7.368
N-5	R0200	267.820	73.175	49.787	38.619	28.612	19.557	0	0	0	0	0	R0190	19.924
N-4	R0210	262.357	88.037	66.959	49.073	34.162	0	0	0	0	0	0	R0200	18.097
N-3	R0220	215.635	74.015	63.200	61.928	0	0	0	0	0	0	0	R0210	31.836
N-2	R0230	323.496	102.053	64.747	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	57.489
N-1	R0240	333.408	109.782	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	61.118
N	R0250	396.661	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	103.908
													R0250	384.258
Total	R0260													749.400

S.22.01.21

Impacto das medidas de garantia de longo prazo e das medidas transitórias

		Montante com as Garantias a Longo Prazo e medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto das medidas transitórias ao nível da taxa de juro	Impacto da fixação do ajustamento de volatilidade em zero	Impacto da fixação do ajustamento de congruência em zero
		C0010	C0030	C0050	C0070	C0090
Provisões técnicas	R0010	10.615.822	406.240	0	0	0
Fundos próprios de base	R0020	3.138.690	-278.274	0	0	0
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital de Solvência	R0050	3.138.690	-278.274	0	0	0
Requisito de Capital de Solvência	R0090	1.492.206	6.499	0	0	0
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital Mínimo	R0100	2.705.623	-405.245	0	0	0
Requisito de Capital Mínimo	R0110	390.588	4.977	0	0	0

S.23.01.01

Fundos próprios

		Total	Nível 1 - sem restrições	Nível 1 - com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.o do Regulamento Delegado 2015/35						
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	R0010	509.264	509.264		0	
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	R0030	382.666	382.666		0	
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	R0040	0	0		0	
Contas subordinadas dos membros de mútuas	R0050	0		0	0	0
Fundos excedentários	R0070	0	0			
Ações preferenciais	R0090	0		0	0	0
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	R0110	0		0	0	0
Reserva de reconciliação	R0130	1.735.576	1.735.576			
Passivos subordinados	R0140	482.667		0	482.667	0
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	R0160	28.517				28.517
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	R0180	0	0	0	0	0
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II						
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	R0220	0				
Deduções						
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	R0230	0				
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES	R0290	3.138.690	2.627.506	0	482.667	28.517
Fundos próprios complementares						
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	R0300	0			0	
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	R0310	0			0	
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	R0320	0			0	0
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	R0330	0			0	0
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0340	0			0	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0350	0			0	0
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0360	0			0	
Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0370	0			0	0
Outros fundos próprios complementares	R0390	0			0	0

S.25.01.21

Requisito de Capital de Solvência — para as empresas que utilizam a fórmula-padrão

		Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro Específico da Empresa (PEE)	Simplificações
		C0110	C0090	C0120
Risco de mercado	R0010	1.248.287		
Risco de incumprimento pela contraparte	R0020	149.562		
Risco específico dos seguros de vida	R0030	287.476	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	R0040	259.103	0	0
Risco específico dos seguros não-vida	R0050	275.037	0	0
Diversificação	R0060	-628.422		
Risco de ativos intangíveis	R0070	0		
Requisito de Capital de Solvência de Base	R0100	1.591.043	0	0

Cálculo do Requisito de Capital de Solvência

		C0100	
Risco operacional	R0130	136.040	
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	R0140	-235	
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	R0150	-234.643	
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.º da Diretiva 2003/41/CE	R0160	0	
Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital	R0200	1.492.206	
Acréscimos de capital já decididos	R0210	0	
REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	R0220	1.492.206	
Outras informações sobre o RCS			
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	R0400	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para a parte remanescente	R0410	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para os fundos circunscritos para fins específicos	R0420	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para as carteiras de ajustamento de congruência	R0430	0	
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos FCFE para efeitos do artigo 304.º	R0440	0	
Abordagem à taxa de imposto		0	
	Sim/Não		
	C0109		
Abordagem relativamente à taxa de imposto	R0590	2	
		0	
Abordagem baseada na taxa média de imposto		0	
	LAC DT		
	C0130		
LAC DT	R0640	-234.643	
LAC DT justificada pela reversão de passivos por impostos diferidos	R0650	-69.215	
LAC DT justificada por referência aos prováveis lucros económicos tributáveis futuros	R0660	-165.428	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, ano em curso	R0670	0	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, anos futuros	R0680	0	
LAC DT máxima	R0690	-543.957	

S.28.02.01

Requisito de Capital Mínimo — Atividades de seguro dos ramos vida e não-vida em simultâneo

Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de RCM(NV,NV)	Resultado de RCM(NV,V)
	C0010	C0020
R0010	177.081	0

	Ramo Não Vida		Ramo Vida		
	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses	
	C0030	C0040	C0050	C0060	
Seguro de despesas médicas e resseguro proporcional	R0020	5.325	2.752	0	0
Seguro de proteção de rendimentos e resseguro proporcional	R0030	34.831	31.461	0	0
Seguro de acidentes de trabalho e resseguro proporcional	R0040	74.530	316.141	0	0
Seguro e resseguro proporcional de automóvel — responsabilidade civil	R0050	388.131	334.255	0	0
Seguro e resseguro proporcional de automóvel — outros ramos	R0060	85.615	229.691	0	0
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e resseguro proporcional	R0070	3.652	12.313	0	0
Seguro e resseguro proporcional de incêndio e outros danos patrimoniais	R0080	92.091	202.645	0	0
Seguro e resseguro proporcional de responsabilidade civil geral	R0090	74.991	44.676	0	0
Seguro e resseguro proporcional de crédito e caução	R0100	502	74	0	0
Seguro e resseguro proporcional de proteção jurídica	R0110	3.570	1.863	0	0
Assistência e resseguro proporcional	R0120	22.676	11.492	0	0
Seguro e resseguro proporcional de perdas financeiras diversas	R0130	9.380	21.526	0	0
Resseguro de acidentes e doença não proporcional	R0140	0	0	0	0
Resseguro de acidentes não proporcional	R0150	0	0	0	0
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	R0160	0	0	0	0
Resseguro de danos patrimoniais não proporcional	R0170	0	0	0	0

Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro de vida

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de RCM(V,NV)	Resultado de RCM(V,V)
	C0070	C0080
R0200	36.880	176.626

S.28.02.01

Requisito de Capital Mínimo — Atividades de seguro dos ramos vida e não-vida em simultâneo

	Ramo Não Vida		Ramo Vida	
	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total
	C0090	C0100	C0110	C0120
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios garantidos	R0210	0	1.236.351	
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios discricionários futuros	R0220	0	4.330	
Responsabilidades de seguros ligados a índices e a unidades de participação	R0230	0	2.799.763	
Outras responsabilidades de (re)seguro dos ramos vida e acidentes e doença	R0240	1.012.036	4.356.049	
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de (re)seguro do ramo vida	R0250			28.615.093
		22.325.202		
Cálculo do RCM global				
		C0130		
RCM linear	R0300	390.588		
RCS	R0310	1.492.206		
Limite superior do RCM	R0320	671.493		
Limite inferior do RCM	R0330	373.051		
RCM combinado	R0340	390.588		
Limite inferior absoluto do RCM	R0350	7.400		
REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO (RCM)	R0400	390.588		
		C0130		
Cálculo do RCM nocional dos ramos vida e não-vida				
		Ramo Não Vida	Ramo Vida	
		C0140	C0150	
RCM linear nocional	R0500	213.962	176.626	
RCM nocional excluindo os acréscimos de capital (anuais ou cálculo mais recente)	R0510	817.423	674.783	
Limite superior do RCM nocional	R0520	367.840	303.653	
Limite inferior do RCM nocional	R0530	204.356	168.696	
RCM combinado nocional	R0540	213.962	176.626	
Limite inferior absoluto do RCM nocional	R0550	3.700	3.700	
RCM nocional	R0560	213.962	176.626	

Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO

**CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA
INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO**

SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Lisboa, 12 de junho de 2024

Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito.....	5
3. Responsabilidades	7
4. Opinião.....	7

1. Introdução

A elaboração deste relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente sobre a solvência e a situação financeira da companhia Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. a 31 de dezembro de 2023.

Nos quadros seguintes resumimos os principais resultados da certificação efetuada:

Provisões Técnicas

Vida

Melhor Estimativa (após Dedução Transitória às Provisões Técnicas)	8.285.020.518
Margem de Risco	142.298.542
Total	8.427.319.060

Não Vida

Melhor Estimativa	905.474.055
Margem de Risco	21.734.911
Total	927.208.966

Saúde STV

Melhor Estimativa (após dedução Transitória às Provisões Técnicas)	922.564.532
Margem de Risco	89.471.967
Total	1.012.036.499

Saúde NSTV

Melhor Estimativa	233.426.209
Margem de Risco	15.830.917
Total	249.257.126

Total Provisões Técnicas	10.615.821.651
---------------------------------	-----------------------

U: Euros

Montantes Recuperáveis

Vida	25.379.378
Não Vida	224.866.115
Saúde STV	-
Saúde NSTV	118.740.792
Total Montantes Recuperáveis	368.986.285

U: Euros

Benefícios Discricionários Futuros

Benefícios Discricionários Futuros	4.329.947
---	-----------

U: Euros

Riscos Específicos de Seguros

	Requisito de Capital Líquido	Requisito de Capital Bruto
Riscos Específicos de Seguros de Vida	286.984.138	287.476.146
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	275.037.278	275.037.278
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	259.103.243	259.103.243
Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	-492.008	

U: Euros

Usando a informação da empresa concluímos ainda:

Requisitos de Capital e Fundos Próprios

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	1.492.205.974
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	390.587.598
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	210%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	693%

Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	3.138.689.845
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	3.110.172.657
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	3.138.689.845
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	2.705.623.072

U: Euros

2. Âmbito

O presente relatório apresenta-se como a certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

Este relatório encontra-se elaborado em consonância com a estrutura apresentada no Anexo II da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens.

Os elementos a certificar pelo atuário responsável são definidos em norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual também deve fixar o conteúdo, os termos, a periodicidade, os princípios e os moldes de apresentação do relatório de certificação, bem como os termos e meios de reporte e publicação, conforme habilitação regulamentar conferida pelos n.ºs 1 e 3 e alíneas a) a c) do n.º 11 do citado artigo 77.º.

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- a) Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, de ajustamentos de congruência e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- b) Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros;
- c) Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Este relatório só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

Convém ter presente que os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas que possam ter reflexo nos modelos aplicados.

3. Responsabilidades

O presente encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É responsabilidade do órgão de administração da entidade a aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

4. Opinião

Consideram-se adequados, de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os cálculos dos riscos específicos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens.

Lisboa, 12 de junho de 2024

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal
Sócio-Director

Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/ 2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) (“Norma Regulamentar”), fomos contratados pelo Conselho de Administração da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”) para a realização de um trabalho de garantia de fiabilidade sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023 (“Informação quantitativa”) da Companhia, com referência a 31 de dezembro de 2023.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, na sua redação atual (“Regulamento Delegado”).

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia razoável de fiabilidade, profissional e independente, sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (“OROC”), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia razoável de fiabilidade sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos

os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para tanto o referido trabalho consistiu nos seguintes procedimentos:

- (i) revisão da reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos do balanço para efeitos de solvência com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2023 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 22 de abril de 2024;
- (ii) revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) entendimento dos critérios adotados;
- (iv) recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito do nosso trabalho;
- (v) a revisão, em base de amostragem, da correta classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (vi) revisão da reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2023, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;
- (vii) revisão, em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (viii) revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2023, efetuados pela Companhia; e
- (ix) leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, o trabalho realizado não compreendeu a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados pela Companhia ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a validação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Na avaliação de risco tivemos em consideração o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, com o objetivo de planearmos e executar mos os procedimentos considerados apropriados nas circunstâncias.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, indicados no Relatório com referência a 31 de dezembro de 2023, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” do Relatório não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Para tanto o referido trabalho consistiu nos seguintes procedimentos:

- a apreciação da informação contida no Relatório, sobre o Sistema de governação da Companhia quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais; e
- a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” do Relatório, não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório e a informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre se a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação examinada e com o conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

Para tanto, o referido trabalho consistiu na leitura integral do Relatório e na avaliação da concordância dos seus conteúdos com a informação examinada, descrita nas secções anteriores do nosso relatório.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

Lisboa, 21 de junho de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2024.06.21 14:46:52+01'00'

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808